



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

JOACIL CARLOS VIANA BEZERRA

**MOTIVAÇÃO PARA COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO: CONSTRUÇÃO
DE UMA ESCALA**

JOÃO PESSOA – PB
2020



JOACIL CARLOS VIANA BEZERRA

MOTIVAÇÃO PARA COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO: CONSTRUÇÃO DE UMA ESCALA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Organizações e Sociedade, com ênfase em Estado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante

JOACIL CARLOS VIANA BEZERRA

MOTIVAÇÃO PARA COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO: CONSTRUÇÃO DE UMA ESCALA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração. Área de Concentração: Administração e Sociedade. Linha de Pesquisa: Organizações e Sociedade, com ênfase em Estado e Trabalho.

Dissertação aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Diogo Henrique Helal (Examinador externo)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Thiago Ferreira Dias (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Dedico este trabalho aos irmãos José Grosso e Dr. Romano. Sem a intervenção de vocês, lá em 2012, este trabalho não estaria sendo realizado. Gratidão por tudo que fizeram e fazem por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, a inteligência suprema, causa primária de todas as coisas e por ter enviado nosso modelo e guia Jesus, aquele que não se prevaleceu da sua superioridade para humilhar ou ferir.

Agradeço aos meus familiares, sobretudo a minha mãe. Mulher brava e guerreira, se eu escrevesse 10 páginas para agradecer ainda assim seriam poucas. Obrigado por tudo “mainha”. Agradeço aos meus irmãos, Joarleidson e Joseilton por vibrarem junto comigo nesta conquista.

Agradeço a minha esposa Georgiane, o amor da minha vida e meu porto seguro nas maiores batalhas, agora não foi diferente. Gratidão por tudo, amor. Aos meus filhos João Vitor e Guilherme, a razão maior da minha vida. Minhas desculpas pela ausência e pelas poucas brincadeiras neste período.

Aos meus amigos da turma 43 do mestrado do PPGA, Brena, Clara, Danielle, Elton, Joaquim, Mariene, Ulisses e Viviane por compartilharem os momentos felizes e os nem tanto. Lembrem-se sempre que “a vida vale mais que a p&%\$ do lattes”. Agradeço também aos amigos mestrandos e doutorandos de outras turmas, pela boa convivência.

Aos professores Thiago e Diogo Helal pelas enormes contribuições na construção deste trabalho e a todos os professores do PPGA por todo o conhecimento transmitido neste período de convivência. Continuem firmes em seus propósitos.

Aos amigos da Pró-Reitoria Administrativa (PRA) na pessoa do Professor Aluísio por entenderem minhas ausências e pelos incentivos nas horas difíceis. Aos amigos da Seção de Compras (SECOM), meu muito obrigado, em especial a Lilian por acreditar neste trabalho desde a elaboração do projeto.

Aos amigos do Grupo de Estudos em Terceiro Setor (GETS), os que estão e os que passaram, meu muito obrigado pela convivência e aprendizados. Em especial Antônio que compartilhou quase todos os momentos da elaboração deste estudo. Valeu demais GETS.

Por fim, agradeço ao Professor Carlos Eduardo. O senhor foi muito mais que um orientador nesta jornada. Gratidão pelos ensinamentos, pela forma de tratamento dispensada aos seus orientandos, pela condução do GETS, pela disponibilidade, pela amizade, por me atender a qualquer dia e hora, por acreditar em nossos sonhos. Por tudo isso e muito mais, gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal a construção de uma escala para mensuração dos aspectos que motivam o cidadão a participar na coprodução do bem público por meio das organizações da sociedade civil. O método seguido para a construção e validação da escala sobre motivação da coprodução do bem público está relacionado com os 10 passos propostos por Costa (2011). A pesquisa iniciou com uma revisão integrativa da literatura, tendo por finalidade identificar estudos com abordagem sobre motivação para a coprodução e para identificar aspectos que favoreçam o engajamento do cidadão na prestação de serviços públicos por meio das organizações da sociedade civil. A partir da revisão foram gerados itens a serem utilizados em duas atividades de amostragem, com aplicação de questionários elaborados com a ferramenta *Google Forms*. O estudo tem natureza quantitativa e percorreu etapas exploratórias e descritivas com os dados analisados por meio dos softwares SPSS e R mediante realização de análises exploratórias preliminares, análise de correlação, análise fatorial exploratória e confirmatória, confiabilidade e validade de construto. Após a realização dos passos e os procedimentos metodológicos, foi apresentada a escala para motivação da coprodução do bem público, composta por quatro dimensões (autoeficácia, natureza do serviço, sociabilidade e relevância percebida) e doze itens. Além de buscar preencher uma lacuna da literatura, a escala pode ser útil a gestores públicos e de organizações da sociedade civil, principalmente no que se refere à gestão de pessoas. A principal contribuição deste trabalho é seu ineditismo em construir uma escala de motivação para coprodução do bem público no contexto brasileiro. Outra contribuição da pesquisa é poder informar aos gestores sobre as estratégias de incentivos a serem utilizadas com a finalidade de aumentar a participação dos cidadãos na prestação de serviços públicos. Como sugestão de novos estudos pode-se apontar uma pesquisa para identificar os efeitos da coprodução individual e em grupo e a realização de uma pesquisa para testar a validade da escala sobre motivação da coprodução do bem público em outros contextos.

Palavras-chave: Motivação; Coprodução; Organizações da Sociedade Civil; Escala.

ABSTRACT

This research had as main objective the construction of a scale to measure the aspects that motivate the citizen to participate in the co-production of the public good, through civil society organizations. The method followed for the construction and validation of the scale on motivation for the co-production of the public good, is related to the 10 steps proposed by Costa (2011). The research started with an integrative literature review, aiming to identify studies with an approach on motivation for co-production and to identify aspects that favor citizen engagement in the provision of public services through civil society organizations. From the review, items were generated to be used in two sampling activities, with the application of questionnaires prepared with the Google Forms tool. The study is quantitative in nature and went through exploratory and descriptive steps with the data analyzed using the SPSS and R software through preliminary exploratory analysis, correlation analysis, exploratory and confirmatory factor analysis, reliability and construct validity. After performing the steps and the methodological procedures, the scale for motivating the co-production of the public good was presented, composed of four dimensions (self-efficacy, nature of the service, sociability and perceived relevance) and twelve items. In addition to seeking to fill a gap in the literature, the scale can be useful to public managers and civil society organizations, especially with regard to people management. The main contribution of this work is its originality in building a scale of motivation for the co-production of the public good in the Brazilian context. Another contribution of the research is to be able to inform managers about the incentive strategies to be used in order to increase the participation of citizens in the provision of public services. As a suggestion for new studies, it is possible to point out a research to identify the effects of individual and group coproduction and the realization of a research to test the validity of the scale on motivation for coproduction of the public good in other contexts.

Keywords: Motivation; Coproduction; Civil Society Organizations; Scale.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Oito degraus da escada da participação cidadã	18
Quadro 2: Modelos de coprodução baseados nas tipologias de participação.....	19
Quadro 3: Características dos agentes e finalidade dos setores.....	21
Quadro 4: Estudos sobre coprodução envolvendo organizações da sociedade civil.....	24
Quadro 5: Aspectos motivacionais identificados no referencial teórico	31
Quadro 6: Comportamentos de coprodução na Austrália.....	35
Quadro 7: Hipóteses do estudo de Vanleene, Verschuere e Voets.....	37
Quadro 8: Gradação para validação de face e conteúdo.....	48
Quadro 9: Critérios para exclusão de itens	53
Quadro 10: Itens reescritos para a segunda coleta de dados.....	67
Quadro 11: Missing Value Analysis – 2ª amostragem	68
Quadro 12: Critérios para exclusão de itens - AFC.....	72
Quadro 13: Escala para motivação da coprodução do bem público.....	83
Quadro 14: Estudos pré-selecionados para inclusão ou exclusão	99
Quadro 15: Estudos selecionados para categorização dos aspectos motivacionais.....	101
Quadro 16: Aspectos motivacionais para a coprodução.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Itens após validação de face e conteúdo	49
Tabela 2: Matriz de correlação das variáveis da dimensão autoeficácia	54
Tabela 3: AFE e alpha para dimensão autoeficácia.....	55
Tabela 4: Matriz de correlação e KMO - dimensão natureza do serviço	56
Tabela 5: AFE e alpha para dimensão natureza do serviço.....	56
Tabela 6: AFE e alpha após exclusão de NATS1 e NATS4	57
Tabela 7: AFE e alpha após exclusão de NATS2 e NATS3	58
Tabela 8: Matriz de correlação das variáveis da dimensão sociabilidade	59
Tabela 9: AFE e alpha para dimensão sociabilidade.....	59
Tabela 10: AFE e alpha após exclusão de SOC1	60
Tabela 11: Matriz de correlação das variáveis da dimensão recompensas.....	61
Tabela 12: AFE e alpha para dimensão recompensas	61
Tabela 13: Matriz de correlação das variáveis da dimensão relevância percebida	63
Tabela 14: AFE e alpha para dimensão relevância percebida	63
Tabela 15: AFE e <i>alpha</i> final da dimensão relevância percebida	64
Tabela 16: Itens selecionados após os primeiros procedimentos de limpeza.....	65
Tabela 17: Itens selecionados para a segunda coleta de dados.....	66
Tabela 18: Dados sociodemográficos da segunda amostra	69
Tabela 19: Área de atuação das organizações	70
Tabela 20: AFC dimensão autoeficácia.....	72
Tabela 21: AFC dimensão natureza do serviço	74
Tabela 22: AFC dimensão sociabilidade	75
Tabela 23: AFC dimensão relevância percebida	77
Tabela 24: Itens analisados conjuntamente na AFC.....	78
Tabela 25: Itens para validade e confiabilidade	80
Tabela 26: Validade convergente	81
Tabela 27: Validade discriminante	82
Tabela 28: Confiabilidade da escala.....	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 Participação Cidadã	17
2.2 Terceiro Setor/ Organizações da Sociedade Civil – OSC	21
2.3 Coprodução do Bem Público	25
2.3.1 Origens e conceitos.....	25
2.3.2 Motivações para coprodução	27
2.4 Modelo Conceitual de Motivação para a Coprodução do Bem Público.....	32
2.4.1 Variáveis para a construção da escala	32
2.4.2 Dimensão autoeficácia.....	39
2.4.3 Dimensão natureza do serviço.....	39
2.4.4 Dimensão sociabilidade.....	40
2.4.5 Dimensão recompensas	40
2.4.6 Dimensão relevância percebida	41
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
4.1 Desenvolvimento da Escala.....	47
4.1.1 Passo 1 - Especificação do domínio do construto	47
4.1.2 Passo 2 - Atividades de geração de itens e validação de face e conteúdo.....	48
4.1.3 Passo 3 - Decisões sobre as respostas.....	50
4.1.4 Passo 4 - Construção do instrumento de pesquisa.....	50
4.1.5 Passo 5 - Primeira atividade de amostragem	51
4.1.6 Passo 6 - Procedimentos de limpeza da escala	52
4.1.7 Passo 7 – Trabalhos de campo adicionais	66
4.1.8 Passo 8 - Procedimentos de limpeza da escala adicionais.....	68
4.1.9 Passo 9 - Análise de validade e de confiabilidade da escala final	80
4.1.10 Passo 10 - Desenvolvimento de normas e recomendações.....	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A – Revisão Integrativa da Literatura.....	98
APÊNDICE B – Instrumento para Validação de Face e Conteúdo.....	104

APÊNDICE C – Comentários e/ou Sugestões da Validação de Face e Conteúdo	110
APÊNDICE D – Versões Originais e Finais dos Itens após Validação de Face e Conteúdo	118
APÊNDICE E – Instrumento de Coleta de Dados – 1ª Amostragem	122
APÊNDICE F – Instrumento de Coleta de Dados – 2ª Amostragem	125
APÊNDICE G – Estatística Descritiva – 1ª Amostragem	127
APÊNDICE H – Estatística Descritiva – 2ª Amostragem	129
ANEXO A – Instrumento de Coleta de Dados do Estudo Realizado por Alford e Yates (2015)*	130
ANEXO B – Instrumento de Coleta de Dados do Estudo Realizado por Vanleene, Verschuer e Voets (2017)*	134
ANEXO C – Instrumento de Coleta de Dados do Estudo Realizado por Van Eijk e Stenn (2014) *	136

1 INTRODUÇÃO

A participação pode ser compreendida como o compartilhamento de poder que fará com que os cidadãos sejam efetivamente inseridos em processos decisórios e suas ações promovam reformas significativas na sociedade (ARNSTEIN, 2002). Esse compartilhamento foi especialmente reforçado no Brasil, encontrando guarida na Constituição Federal promulgada em 1988, que exigiu a participação de representantes de associações populares no processo de organização das cidades e a participação das associações civis na implementação de políticas de saúde, educação e assistência social.

Sob a perspectiva em comento, a formulação dessas políticas deixa de ser vista como um processo puramente impositivo e passa a ser encarada como uma integração entre o Estado e o cidadão, o que faz com que este tenha mais informações sobre o processo e adquira “voz”, aumentando, conseqüentemente, as percepções de inclusão, justiça e transparência nas ações desempenhadas.

O cidadão, assim, passa a ser ouvido na formulação, implantação e execução de políticas públicas e começa a desempenhar um papel ativo na produção de bens e serviços públicos relevantes para eles e para a comunidade em geral.

Ao referir-se a essa participação ativa na produção de bens e serviços públicos, Ostrom (1996) a caracteriza como coprodução, destacando que a produção dos serviços passa a ser não mais uma atividade exclusiva do Estado, dos seus servidores ou dos agentes públicos, mas uma produção conjunta efetivada por usuários, cidadãos e organizações.

A importância do estudo da coprodução baseia-se nessa nova forma de prestar serviços públicos, nos conceitos da Nova Gestão Pública, na quebra de concepções tradicionais no planejamento e na gestão dos serviços que precisam ser revisados na forma de coprodução, provocando maior participação cidadã.

A participação, sob essa abordagem, tem um conceito multidimensional e pode ser caracterizada como categoria de práticas políticas dos atores sociais, elemento da teoria democrática, variando conforme as vertentes teóricas e os autores, ou um procedimento com atribuições delimitadas por leis e disposições regimentais (LAVALLE, 2011). Pode ser entendida também como sendo a redistribuição de poder que permite aos cidadãos serem ativamente incluídos no futuro (ARNSTEIN, 2002), constituindo o meio pelo qual o cidadão

pode promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente.

No Brasil, essas reformas sociais começam a ocorrer como categoria prática norteadora da ação em 1960, como ideário carregado de uma visão emancipatória das camadas populares, adquirindo feições mais abstratas. Os efeitos dessas práticas são consagrados na Constituição de 1988 (LAVALLE,2011).

A Constituição promulgada em 1988 exigiu a participação de representantes de associações populares no processo de organização das cidades (art. 29, XII). Foi igualmente requerida a participação das associações civis na implementação de políticas de saúde, educação e assistência social como preconiza o art. 29, inciso XIII e outros da Carta Constitucional.

Nesse período, as formas de participação no Brasil passaram a ser disseminadas em áreas como saúde, assistência social, educação, habitação, orçamentos participativos, conselhos gestores, planos diretores e outras (LAVALLE, 2011; AVRITZER, 2008).

Além das diversas formas de participação individual citadas acima, o cidadão também poderá participar das ações implementadas pelo Estado mediante Organizações da Sociedade Civil (OSC), as quais possuem composições variadas, atuam em áreas distintas e podem representar interesses diversos (GOHN, 2004; SALAMON; ANHEIER, 1998).

Avritzer (2008) aponta para a necessidade de alterações de cenários, visando uma maior efetividade da participação. O autor entende que a heterogeneidade presente nas OSC seja capaz de proporcionar maior participação e, assim, tornar os serviços públicos mais acessíveis. Cabe ressaltar, no entanto, que a forma de participação cidadã, nas diversas OSC, será influenciada pela sua estrutura e pelo grau de democracia nas decisões internas (ALVES, 2002; PESTOFF, 2012).

Uma cooperativa social ou empreendimento social pode criar confiança e ajudar a superar os limites do interesse pessoal de curto prazo dos membros daquele grupo. Isso os encoraja a contribuir com seu tempo, esforço e outros recursos para alcançar os frutos de seus esforços coletivos que não podem ser alcançados atuando isoladamente (BRUDNEY; ENGLAND, 1983; OSTROM, 2000; PESTOFF, 2012; ALFORD, 2012; BOVAIRD et al., 2012).

Além disso, dada a ampla variedade e diversidade das organizações, algumas podem ser mais adequadas para promover a coprodução que outras (PESTOFF, 2012; BRANDSEN; PESTOFF, 2006). Isso se justifica no fato de a promoção da coprodução estar relacionada

diretamente à participação. Quanto maior for o grau de participação do cidadão, maior a capacidade da organização em promover a coprodução (PARKS et al., 1981; OSTROM, 1996; PESTOFF, 2012).

A ideia de coprodução não é nova, surge com Sharp (1980), Whitaker (1980), Kiser e Percy (1980), Parks et al. (1981) e Brudney e England (1983). Os primeiros estudos mostram que existiam esforços de colaboração de várias partes para produzir um resultado comum, seja na forma de produto ou serviço.

Ostrom (1996) define coprodução como sendo processos por meio dos quais os insumos utilizados para produzir um bem ou serviço são fornecidos por cidadãos que não estão na mesma organização. Parks et al. (1981), por sua vez, define como um *mix* de atividades que tanto os agentes do serviço público como os cidadãos contribuem para os serviços públicos.

Essa contribuição cidadã fica evidenciada em casos como o do governo do estado de Santa Catarina por meio da “Polícia Comunitária”. A Polícia Comunitária visa à participação dos cidadãos que moram, estudam ou trabalham na comunidade e que possam, voluntariamente, auxiliar a instituição policial na busca de soluções que atuem sobre as causas da violência e da criminalidade, proporcionando, dessa forma, mais segurança e maior qualidade de vida.

No contexto apresentado, a participação acontece por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), que são grupos de pessoas de uma mesma comunidade que se reúnem para discutir, analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas de segurança (SANTA CATARINA, 2019).

Outro caso de coprodução de bem público ocorre em João Pessoa na Paraíba. A Prefeitura Municipal de João Pessoa realiza, por mês, 60 cirurgias de castração em gatos e cachorros no Centro de Vigilância Ambiental e Zoonoses (CVAZ). Para que a cirurgia possa ser feita, o responsável pelo animal deve dirigir-se ao CVAZ e fazer um cadastro. O animal é conduzido para castração tanto pelo seu dono, quanto por ONGs ligadas à causa animal. Sendo assim, não basta a ação do Estado em querer reduzir a perpetuação de doenças geneticamente transmissíveis, a sociedade civil precisa participar para que a coprodução em política pública de saúde aconteça (JOÃO PESSOA, 2019).

Ainda a título de exemplo, cabe mencionar o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Abrir um diálogo permanente entre a "Escola, a Polícia Militar e a Família", para discutir questões correlatas à formação cidadã de crianças e adolescentes é um

dos objetivos desse programa. O PROERD é desenvolvido pelas Polícias Militares em todo o território brasileiro, por meio de atividades educacionais em sala de aula com a presença de estudantes e pais/responsáveis. O policial militar, devidamente capacitado, fornece aos jovens as estratégias adequadas para tornarem-se bons cidadãos, resistir à oferta de drogas e ao apelo da violência.

Com ações direcionadas a toda a comunidade escolar e aos pais/responsáveis, o PROERD também promove a inclusão da família no processo educacional e de prevenção. Sendo assim, a coprodução se apresenta numa relação de parceria entre o Estado e a sociedade civil (PROERD, 2019).

Insere-se também como um caso de coprodução um novo sistema de mutirão que atua em parceria entre a sociedade civil e o município desenvolvido em Blumenau, Santa Catarina. Trata-se do programa “Pavimenta Ação”, que surge da necessidade da Administração Municipal em implementar critérios técnicos para garantir a transparência na gestão das pavimentações de vias públicas em regime de mutirão.

A coprodução nesse programa acontece mediante os papéis desempenhados pela prefeitura e pela comunidade. Dentre outras atribuições, a prefeitura elabora o projeto de cada via, executa a licitação, financia 60% da obra e fiscaliza a execução. A comunidade, entre outras ações, financia 40% da obra, participa na elaboração do projeto da via e monitora a execução da obra (ROCHA et al., 2019, BLUMENAU, 2019).

Um dos maiores casos de coprodução no Brasil consiste no orçamento participativo, o qual envolve um grande número de cidadãos e tem uma grande influência nas decisões fiscais do município. Ele ilustra o potencial para os cidadãos se envolverem na formulação e na implementação de serviços dentro de um sistema em que a prestação destes ocorre em grande parte por métodos tradicionais e profissionalizados.

O modelo de orçamento participativo utilizado no Brasil foi estudado em duas ocasiões pelo professor da Universidade de Birmingham (UK) e integrante da ONG Governance International (UK), Tony Bovaird. O autor estudou o orçamento participativo em Porto Alegre (2007) e Recife (2011). Os motivos de sucesso no orçamento participativo do Recife deram origem a um estudo de caso publicado pelo autor (BOVAIRD, 2007; GOVINT, 2019).

Além dos casos citados acima e buscando entender o interesse dos gestores públicos pelo tema, foi realizada uma visita à coordenadora do projeto de combate a doenças sexualmente transmissíveis da Secretaria de Saúde do estado da Paraíba, a qual ressaltou a

importância de poder identificar o que motivaria o cidadão a participar da coprodução da política pública do combate a essas doenças, desde seu planejamento até a execução.

A importância destacada pela gestora e a incidência do fenômeno no Brasil demonstram a relevância empírica do estudo aqui proposto. Cabe, ainda, ressaltar a relevância teórica desta pesquisa.

A literatura sobre coprodução do bem público é fortemente marcada pelas tipologias, quem coproduz, o que coproduz e quais os efeitos dessa coprodução (BRANDSEN; HONINGH, 2015; PESTOFF; BRANDSEN; VERSCHUERE, 2012; PARRADO et al., 2013; BRUDNEY; ENGLAND, 1983; SALM; MENEGASSO, 2010).

Seguindo essa mesma linha, alguns estudos realizados no Brasil apontam os efeitos da coprodução (SILVA; KNOL; MORETTO NETO, 2016; AGE; SCHOMMER, 2017; ROCHA et al., 2019), quem coproduz (RONCONI; DEBETIR; MATTIA, 2011; SCHOMMER; NUNES; MORAES, 2012; RIBEIRO; ANDION; BURIGO, 2015; SOARES; FARIAS, 2019) ou ambos (SALM; MENEGASSO; RIBEIRO, 2007; KLEIN JR et al., 2012; CHAEDO; MEDEIROS, 2017).

Porém, pouco se abordou sobre a motivação para a coprodução do bem público e o tema é apontado como sugestão de pesquisas em diversos estudos. Dentre eles, Alford (2002) aponta que as motivações dependem da forma como a coprodução está sendo promovida e aponta a comparação entre a eficácia da coprodução e as motivações para coproduzir, como instrumento de pesquisa futura. Van Eijk e Steen (2014) abordam que para termos uma visão mais ampla sobre as motivações dos cidadãos em coproduzir, é necessário pesquisar as coproduções nas diversas formas e organizações. Enquanto Chaedo e Medeiros (2017) sugerem pesquisar quem participa, como participa e o que motiva essa participação.

Como um esforço inicial na busca de suprir essa lacuna e visando ampliar o conhecimento sobre a motivação para coprodução, foi realizada uma revisão integrativa da literatura. Os passos e os resultados detalhados da revisão estão no APÊNDICE A. Após a realização da revisão entende-se como relevante o desenvolvimento e a validação de um instrumento capaz de mensurar os aspectos motivacionais para a coprodução.

A construção e a validação do instrumento seguirão os passos descritos por Costa (2011) e utilizará como base os modelos teóricos desenvolvidos por Van Eijk e Steen (2014), Alford e Yates (2015) e Vanleene, Verschuere e Voets (2017). Além da contribuição teórica, a construção do instrumento poderá auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas vinculadas ao Grupo de Estudos do Terceiro Setor da Universidade Federal da Paraíba –

GETS/UFPB. A construção do instrumento trará, ainda, contribuição teórica para os estudos quantitativos em coprodução, apontados como lacuna em Bovaird et al. (2012), Van Eijk e Steen (2016) e Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012).

O instrumento poderá, também, auxiliar o Estado e as OSC no desenvolvimento de ações visando aumentar a participação cidadã na coprodução, uma vez que poderão identificar os aspectos que motivam o cidadão a se engajar na coprodução do bem público. Como existem diferentes perspectivas sobre o engajamento do cidadão na coprodução, as organizações da sociedade civil e o Estado precisam de um instrumento capaz de identificar os aspectos motivacionais para que possam selecionar os cidadãos e fazer com que estes permaneçam na atividade coprodutiva.

Como apresentado anteriormente, alguns estudos apontam os efeitos da coprodução (BRANDSEN; HONINGH, 2015; VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012), as características dos cidadãos que coproduzem (PARRADO et al. 2013) e as tipologias de coprodução (BRUDNEY; ENGLAND, 1983; SALM; MENEGASSO, 2010). Diante do exposto, acredita-se que, para otimizar os processos de coprodução, os gestores públicos e as OSC precisam identificar quem são os coprodutores, que expectativas eles têm e o que lhes motivam a se engajar (VAN EIJK, 2018; ALFORD; YATES, 2015).

Assim, esta pesquisa se propõe a contribuir empírica e teoricamente com o campo da motivação para a coprodução do bem público, apresentando uma resposta para a seguinte pergunta de pesquisa: **Como mensurar os aspectos que motivam o cidadão a participar na coprodução do bem público por meio das organizações da sociedade civil?**

Considerando o problema de pesquisa delimitado, este estudo tem como objetivo principal a construção de uma escala para mensuração dos aspectos que motivam o cidadão a participar na coprodução do bem público, por meio das organizações da sociedade civil.

Especificamente, a pesquisa busca identificar os aspectos que motivam o cidadão a participar na coprodução por meio das organizações da sociedade civil; traçar o perfil do cidadão que coproduz por meio dessas organizações e validar a escala de motivação para coprodução do bem público.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Visando dar suporte teórico à pesquisa, será apresentada nesta seção uma revisão dos conceitos que servem de base para o estudo da motivação em coprodução. A seção inicia abordando a participação cidadã e sua relação com coprodução, os aspectos das organizações da sociedade civil e como ocorre a coprodução nestas organizações e, por fim, os conceitos, a evolução histórica da coprodução e os aspectos que motivam o cidadão a se engajar na coprodução do bem público.

2.1 Participação Cidadã

A participação pode ser entendida como o compartilhamento de poder que fará com que os cidadãos sejam ativamente incluídos no futuro e promovam reformas sociais significativas na sociedade. Pode ser definida, também, como uma categoria prática com o objetivo de mobilizar, coletivamente, os atores populares. Sendo assim, a participação norteia a ação como um conjunto de ideias centradas na liberdade dos que pertencem às classes sociais desfavorecidas (ARNSTEIN, 2002; LAVALLE, 2011).

A participação surge como uma *máquina de guerra* no combate à injustiça social, como forma de avanço na busca de distribuir as demandas por acesso a serviços públicos e pela conquista de direitos dos cidadãos.

Embora a participação sem compartilhamento de poder seja um processo insignificante e desalentador para as classes sociais desfavorecidas, ao ser considerada valiosa, torna-se reflexo de princípios básicos democráticos como a emancipação e a integração (ARNSTEIN, 2002; LAVALLE, 2011; TENÓRIO; COSTA, 1998).

A emancipação e a integração constituem valores essenciais que perpassam a história da democracia e dispõem de capacidade para intervir nos resultados do processo. A participação sem compartilhamento de poder autoriza os que o detêm a alegar que toda sociedade foi ouvida, porém os benefícios serão para os escolhidos (ARNSTEIN, 2002).

Os níveis de poder para o cidadão que podem interferir nos resultados são descritos na escada da participação cidadã, conforme descrito no quadro 1, proposta por Arnstein (2002).

Quadro 1: Oito degraus da escada da participação cidadã

8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não-participação
1	Manipulação	

Fonte: Adaptado de Arnstein (2002).

Os níveis formam o que a autora chama de escada e mostra uma contraposição da classe social desfavorecida com detentores do poder, para estabelecer a hierarquia entre eles. A escada começa com os níveis *manipulação* e *terapia*. Estes níveis são considerados pela autora como a ausência de participação, mesmo se alguns considerarem que há participação por haver envolvimento de pessoas.

Nesses níveis, o objetivo não é permitir que o cidadão participe, planeje junto com o Estado ou coordene programas, mas permitir que os detentores do poder eduquem ou “curem” os participantes.

Os níveis *informação* e *consulta* apresentam algum avanço a nível de consentimento limitado de poder que permite ao cidadão ouvir e ser ouvido. A autora aponta para o risco de os poderosos estipularem estes níveis como sendo o ápice da participação e interpretarem que o cidadão ouvir e ser ouvido é o bastante. Estes níveis indicam a impossibilidade do cidadão se certificar que suas ideias serão aceitas pelos detentores do poder.

No nível *pacificação*, o cidadão começa a intervir nas decisões e pode aconselhar os que detêm o poder. No entanto, a tomada de decisão continua atribuída aos poderosos. Já no nível *parceria*, começa a aparecer o poder de decisão do cidadão, o que lhes permite negociar com os detentores do poder. Nos níveis *delegação de poder* e *controle cidadão*, um maior poder de decisão recai sobre o cidadão que passa a ter maior representatividade nos ambientes de tomada de decisão. Nestes níveis superiores, o cidadão assume a responsabilidade pela definição das ações, negocia as orientações para as mudanças e quem irá implementá-las.

Baseados na escada de participação cidadã e nas tipologias de participação desenvolvidas por outros autores, Salm e Menegaso (2010) apresentam os modelos de

coprodução dos serviços públicos. Esses modelos serão identificados pelos nomes que mais se aproximam da síntese das tipologias de participação conforme descritos no quadro 2.

Quadro 2: Modelos de coprodução baseados nas tipologias de participação

MODELOS DE COPRODUÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Nominal	<p>Não há participação efetiva e de poder do cidadão sobre o Estado.</p> <p>A coprodução difere de comunidade para comunidade e pode ser levada a efeito pelo cidadão, por grupos informais e por organizações formais sem fins lucrativos.</p>
Simbólica	<p>A coprodução tem, quase sempre, um caráter manipulativo e serve para demonstrar a eficácia do Estado.</p> <p>O cidadão é envolvido na produção dos serviços públicos para demonstrar a presença do Estado.</p>
Funcional	<p>A coprodução deve ser organizada com base em resultados e dentro do princípio do menor custo. A participação do cidadão no processo de coprodução se dá por meio da solicitação dos serviços, de assistência ao Estado.</p> <p>A coprodução também pode ocorrer com a participação do indivíduo, do grupo ou da coletividade.</p>
Representativa com sustentabilidade	<p>A coprodução resulta da interação do cidadão com o aparato administrativo do Estado e da delegação de poder por este.</p> <p>Esse modelo é o resultado da sinergia que se estabelece na realização dos serviços públicos de que participam os cidadãos, as organizações da comunidade e o aparato administrativo do Estado que, no seu conjunto, interagem em prol do bem comum.</p>
Para a mobilização comunitária	<p>Os serviços públicos são coproduzidos como uma estratégia para a permanente mobilização da comunidade e de superação da organização burocrática.</p> <p>O modelo se propõe a transformar a comunidade e o aparato do Estado.</p> <p>As bases do modelo se estruturam sobre a democracia normativa e em princípios éticos.</p>

	Nesse modelo participa toda comunidade, orientada por princípios éticos e pela democracia normativa, com o propósito de manter a sociedade permanentemente mobilizada.
--	--

Fonte: Adaptado de Salm e Menegasso (2010)

A participação na coprodução também foi estudada por Brudney e England (1983), que apontam uma tipologia dividida em três níveis, de acordo com o alcance dos benefícios auferidos: individual, grupal e coletiva.

Na coprodução individual, o cidadão participa da produção do bem ou serviço que ele mesmo usufrui. A coprodução grupal envolve a participação voluntária e ativa de vários cidadãos e pode exigir mecanismos formais de coordenação entre agentes de serviço e grupos de cidadãos participantes. Nesse nível, o conjunto de indivíduos melhora a qualidade dos serviços prestados àquele grupo. Por fim, a coprodução coletiva é caracterizada pelo fato de independentemente de quais cidadãos participam do processo de prestação de serviços, os benefícios são usufruídos por toda a comunidade, a partir da cooperação contínua entre profissionais e usuários.

A participação do cidadão na coprodução ainda pode ser analisada por meio de algumas dimensões. Estudos realizados por Pestoff (2006, 2012) classificaram-nas como: econômicas, sociais, políticas e específicas do serviço. O Primeiro estudo explora a participação dos cidadãos nos serviços de cuidados infantis em oito países europeus: Bulgária, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha e Suécia. O segundo, faz uma comparação dos resultados do primeiro com outro realizado na Suécia, sobre a participação dos pais em serviços educacionais. Os estudos confirmam as diferentes dimensões participativas que serão descritas a seguir.

A participação econômica envolve contribuição em dinheiro, doação de materiais para a execução ou manutenção de uma instalação e disponibilidade de tempo. A participação social pode assumir várias formas: reuniões regulares, organização de eventos sociais, acolhimento de crianças etc. A participação política assume formas indiretas, representativas ou corporativistas em órgãos decisórios. A participação em serviços específicos pode variar desde a gestão e manutenção de uma instalação até preenchimento de fichas na seleção de pessoal. Estas dimensões de participação envolvem diferentes grupos, funcionários e autoridades públicas responsáveis pelo fornecimento do serviço e, em alguns casos, as organizações da sociedade civil.

2.2 Terceiro Setor/ Organizações da Sociedade Civil – OSC

Para entender o termo terceiro setor, é necessária uma compreensão do primeiro setor — Estado —, que consiste nas ações de governo que são praticadas por agentes públicos buscando o bem público; segundo setor — mercado —, relacionando as ações realizadas por particulares com finalidade lucrativa; e terceiro setor, que tem características privadas, mas tem como finalidade o bem público (FERNANDES, 1994). O quadro 3 apresenta uma melhor visualização dessas características.

Quadro 3: Características dos agentes e finalidade dos setores

AGENTES	FINALIDADE	SETOR
Públicos	Pública	Estado
Privados	Privada	Mercado
Privados	Pública	Terceiro setor

Fonte: Adaptado de Fernandes (1994)

O termo terceiro setor foi criado nos Estados Unidos, em meados dos anos 70, com a finalidade de diferenciar as instituições de caráter filantrópico dos outros setores. Ainda nas décadas de 70 e 80, outras expressões são usadas para caracterizar o terceiro setor, como *setor não-lucrativo*, e em algumas nações são encontrados termos como *setor da caridade*, *setor independente*, *setor voluntário*, *organizações não-governamentais*, *economia social*, *filantropia etc.* (ALVES, 2002).

No Brasil, o tema foi abordado pela primeira vez por Rubem César Fernandes e Leilah Landim, com seus estudos na década de 90. Os levantamentos feitos pelos autores foram trabalhosos à medida que não existia um debate sobre o tema, uma vez que o cidadão brasileiro se mostrava frágil diante da centralização imposta pelo Estado brasileiro (FERNANDES, 1994; LANDIM, 1993).

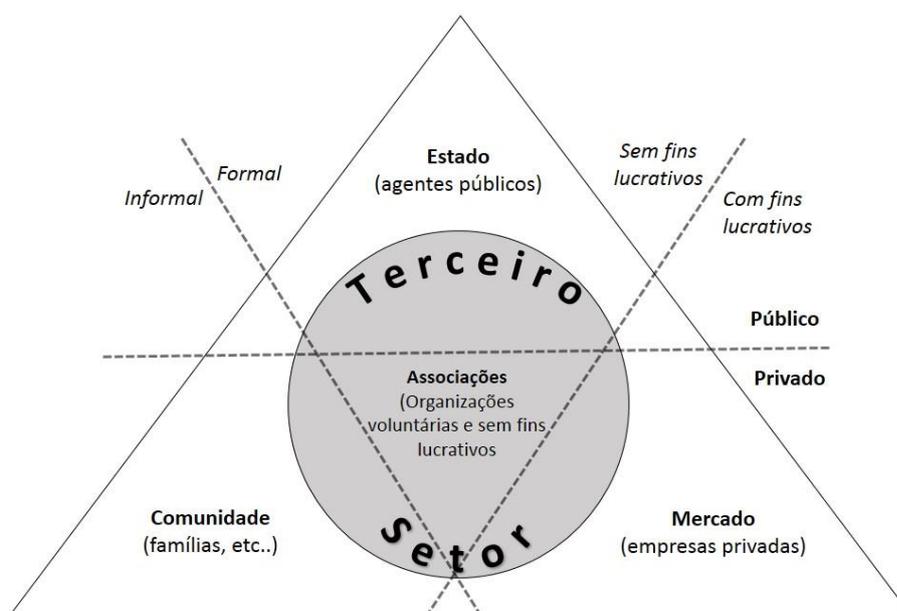
Mesmo diante de tanta dificuldade, Fernandes apresentou uma definição para terceiro setor como uma série de ações privadas com finalidades públicas. O autor aponta que enquanto a percepção de *sociedade civil* é uma complementaridade ao Estado, a noção de um *terceiro setor* norteia a reflexão para direções com fronteiras imperceptíveis.

Visando delimitar essas fronteiras, Salamon e Anheier (1998) apontam que as organizações do terceiro setor devem apresentar algumas características determinantes, a

saber: organizadas ou com certo grau de institucionalização; natureza privada, institucionalmente separadas do Estado; sem fins lucrativos; autogovernadas e o voluntariado como forma de participação nas atividades operacionais e administrativas.

Ainda como características das organizações do terceiro setor, Evers (1995) aponta que elas são multifuncionais; ocupam um espaço político, social, econômico e híbrido entre o Estado, setor lucrativo e a comunidade; e têm capacidade de aglutinar recursos e racionalidades advindas dos outros setores. Essa capacidade aglutinadora de recursos e racionalidades de outros setores faz com que as organizações do terceiro setor sejam *plurais* e tenham capacidade de substituir um setor pelo outro com a finalidade de prover serviços e bens públicos. O hibridismo apontado por Evers fica latente na figura 1.

Figura 1: O terceiro setor e o triângulo do bem-estar



Fonte: Adaptado de Pestoff (2014)

O triângulo do bem-estar apresenta as relações entre os diversos setores, apontando que as linhas divisórias podem mudar consideravelmente ao longo do tempo e variar significativamente de um país para outro.

Pestoff (2014) salienta que grande parte do debate nas últimas décadas diz respeito à linha divisória entre o Estado e o mercado ou entre os setores público e privado. O autor aponta também que os atores do terceiro setor são capazes de demonstrar certo grau de “privado/público”, “sem fins lucrativos/com fins lucrativos” e “formal/Informal”, fazendo com que se aproximem dos outros setores.

Os aspectos citados decorrem das sobreposições demonstradas na figura 1. A sobreposição entre a comunidade e o terceiro setor trará informações sobre organizações que atuam em campos diversos, independente de formalidades, a exemplo dos grupos de autoajuda ou associação de bairro.

Nessa interseção, é relevante mencionar que acontece a produção por pares, que é uma forma de produção em que os cidadãos se engajam para prover bens e serviços de forma compartilhada para a comunidade (PESTOFF, 2014). Essa forma de produção não será fruto de análise nesta pesquisa, pois optamos por abordar a produção de cidadãos em parceria com organizações do terceiro setor.

A segunda sobreposição é entre o terceiro setor e o mercado e aponta que algumas organizações do terceiro setor atuam na lógica das empresas privadas e buscam um excedente, porém seus regulamentos não seguem a mesma lógica na distribuição desses excedentes.

A parte superior do triângulo aponta a conexão que será utilizada nesta pesquisa, a sobreposição entre o Estado e o terceiro setor. É de suma importância destacar o campo de interação entre o governo e o terceiro setor, pois este pode aprimorar, descomplicar e até viabilizar uma maior participação dos cidadãos na provisão de serviços públicos por meio da coprodução (PESTOFF, 2012).

A coprodução do bem público fornece um modelo para a combinação do terceiro setor e os cidadãos que se engajam no fornecimento de bens e serviços públicos. Pestoff (2009) destaca que Países da União Europeia têm buscado maximizar este envolvimento dos cidadãos e o terceiro setor na coprodução de bens e serviços públicos, com a finalidade de solucionar barreiras demográficas, políticas e econômicas enfrentadas pelo Estado no século XXI. O autor aponta ainda que as organizações do terceiro setor podem contribuir para melhorar, facilitar e promover a coprodução do bem público pela diversidade de seus prestadores de serviços.

No que tange ao tema, é possível destacar que estudos realizados na Europa mostram maiores níveis de participação dos pais em provedores do terceiro setor, como associações de pais na França, iniciativas de pais na Alemanha e cooperativas de pais na Suécia. Os resultados apontam que as quatro dimensões participativas, apresentadas no tópico anterior, foram evidenciadas nos prestadores de serviços pré-escolares do terceiro setor e que os serviços pré-escolares cooperativos promovem maior diálogo entre pais e professores, levando a serviços de maior qualidade do que aqueles prestados pelo setor público (BRANDSEN; PESTOFF, 2006; VAMSTAD, 2007; PESTOFF, 2012).

A prestação de serviços públicos tende a aumentar à medida que mais organizações informais passam a coproduzir com o Estado, uma vez que nessas organizações a participação cidadã é maior. Uma cooperativa social ou empreendimento social pode criar confiança e ajudar a superar os limites do interesse pessoal de curto prazo dos membros daquele grupo. Isso os encoraja a contribuir com seu tempo, esforço e outros recursos para alcançar os frutos de seus esforços coletivos que não podem ser alcançados atuando isoladamente (BRUDNEY; ENGLAND, 1983; OSTROM, 2000; PESTOFF, 2012; ALFORD, 2012; BOVAIRD et al., 2012).

A coprodução do bem público desenvolvida em parceria entre organizações representativas da sociedade civil e o Estado é apresentada em diversos estudos. Alguns desses estudos são retratados no quadro 4.

Quadro 4: Estudos sobre coprodução envolvendo organizações da sociedade civil

ÁREA DO ESTUDO	PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	AUTOR(ES)/ANO
Combate às drogas	Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD	Salm, Menegasso e Ribeiro (2007)
Educação	Cooperativa de trabalhadores pré-escolares	Vamstad (2007)
Defesa dos direitos sociais	Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM)	Silva (2011)
Saúde	Programas de agentes comunitários de saúde	Cepiku e Giordano (2014)
Saúde	Conselhos de clientes em organizações de saúde	Van Eijk e Steen (2014)
Habitação	Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER)	Ribeiro, Andion e Burigo (2015)
Reciclagem	Associação de Catadores de Material Reciclável (ACMR).	Silva, Knol e Moretto Neto (2016)
Defesa dos direitos sociais	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.	Braga e Santo (2018)
Educação	Conselho Escolar ou da Associação de Pais e Professores.	Soares e Farias (2019)

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Cabe ressaltar que as organizações do terceiro setor não são igualmente capazes de

facilitar uma maior participação cidadã. Isso será influenciado pela sua estrutura e pelo grau de democracia nas decisões internas. As organizações em formato de associações e as que praticam a tomada de decisão de forma democrática, muito provavelmente, facilitarão uma maior participação e desenvolvimento da coprodução. Além disso, dada a ampla variedade e diversidade das organizações, algumas podem ser mais adequadas para promover a coprodução do que outras (PESTOFF, 2012; BRANDSEN; PESTOFF, 2006).

Apesar das diferenças de ênfase, o que os estudos sobre coprodução e as organizações da sociedade civil apontam é a noção de que o envolvimento dessas organizações transforma a prestação de serviços públicos e favorece a participação da sociedade civil na coprodução do bem público.

2.3 Coprodução do Bem Público

2.3.1 Origens e conceitos

A concepção da coprodução como ferramenta de mudança surge com os estudos sobre a participação cidadã na administração pública (OSTROM, 1996; VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012). Os primeiros estudos sobre o tema são da década de 80, Sharp (1980), Whitaker (1980), Kiser e Percy (1980), Parks et al. (1981), Brudney e England (1983) e mostram que existiam esforços de colaboração de várias partes para produzir um resultado comum, seja na forma de produto ou serviço.

A coprodução mostrou-se um tema relevante quando, em 2009, Elinor Ostrom, recebeu o Prêmio Nobel de Economia por estudar os bens comuns e a importância dos usuários, nas diversas formas de associações, para a produção destes bens (OSTROM, 2009).

Acadêmicos e funcionários públicos argumentaram que os cidadãos, como clientes, receberiam serviços mais efetivos e eficientes caso estes fossem prestados apenas por funcionários profissionais (BRANDSEN; PESTOFF, 2006). Depois de estudar os serviços policiais em várias áreas metropolitanas, eles não encontraram evidências de que um departamento de polícia centralizado pudesse fornecer um melhor serviço, ou a um custo menor, para bairros vizinhos (OSTROM, 1996). Eles também perceberam que a produção de um serviço, em contraste com um bem, era difícil sem a participação ativa daqueles que supostamente recebiam o serviço. Assim, eles desenvolveram o conceito de coprodução.

O conceito foi desenvolvido em 1970 por Elinor Ostrom e seus colegas na Universidade de Indiana (EUA) para descrever e delimitar o envolvimento dos cidadãos na produção de serviços públicos. Eles descreveram o termo coprodução como sendo uma relação que poderia existir entre o "produtor regular", como os policiais de rua, os professores ou os trabalhadores da saúde, e seus clientes que queriam ser transformados pelo serviço em pessoas mais seguras, mais instruídas ou mais saudáveis. A coprodução seria um mix de atividades na qual tanto os profissionais do setor público como os cidadãos, combinam esforços na realização de serviços públicos (PARKS et al,1981; OSTROM, 1996).

Inicialmente, a coprodução tinha um foco claro no papel de indivíduos ou grupos de cidadãos na produção de serviços públicos. Atualmente, o termo é usado tanto como um conceito mais preciso que se refere à participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil na prestação de serviços públicos, como um termo geral que engloba todos os tipos de participação cidadã na prestação de serviços públicos e nos seus diferentes níveis; desde a formulação até a implementação de políticas públicas (PESTOFF, 2012).

Os primeiros conceitos eram centrados apenas no indivíduo e no agente do serviço público, como demonstrado anteriormente e na definição de Brudney e England (1983) que apontam a coprodução como a mistura de atividades que os agentes públicos e cidadãos contribuem para a prestação de serviços públicos. Percebe-se que não há amplitude do conceito. Isso só acontece com Alford, em 2002, quando considera uma ampla variedade de tipos de coprodutores que uma organização governamental pode recorrer, incluindo cidadãos, voluntários, organizações voluntárias ou comunitárias, outras organizações governamentais e clientes ou usuários de serviços.

Uma definição que contempla, de forma resumida, a variedade de coprodutores citadas acima é proposta por Salm (2014), que coloca a coprodução como uma estratégia que permite a produção de bens e serviços públicos por meio do compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos. Os diversos tipos de coprodutores citados por Alford são retomados em várias definições sobre coprodução e que não serão apresentadas por não trazerem novas contribuições para esclarecimento do termo.

Para os aspectos abordados nesta pesquisa, a definição de coprodução do bem público que reúne os elementos capazes de atenderem aos objetivos propostos é a apresentada por Schommer et al. (2011), apontando a coprodução do bem público como estratégia de produção de bens e serviços públicos em redes e parcerias, contando com engajamento mútuo

de governos e cidadãos, individualmente ou em torno de organizações associativas ou econômicas.

Percebe-se nos conceitos apresentados que houve uma “evolução”, partindo do individual para a diversidade de atores envolvidos na coprodução. Essa crescente mistura e diversidade dos atores são percebidos ao longo dos estudos.

Foram desenvolvidos estudos em diversos países, com uma maior concentração no Reino Unido, Europa e Estados Unidos, analisando quem coproduz, o que coproduz e quais os efeitos dessa coprodução. Porém, poucos estudos foram centrados na perspectiva do que motiva o cidadão a coproduzir (PARKS et al., 1981; ALFORD, 2002; VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012; VAN EIJK; STEEN, 2014; FLEDDERUS; BRANDSEN; HONINGH, 2015).

Para Alford (2002), existem diferentes motivos além do interesse próprio para coprodução. A seguir, serão apresentados os motivos citados por Alford, bem como os resultados de outros autores que estudaram a motivação para coprodução.

2.3.2 Motivações para coprodução

O que motiva o cidadão a participar da coprodução não foi objeto de estudo no Brasil, mesmo o tema sendo apontado como lacuna em diversos estudos (PARKS et al., 1981; VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012; CEPIKU; GIORDANO, 2014; CHAEBÓ; MEDEIROS, 2017). As definições de coprodução apontam que o cidadão deve ser capaz de contribuir com recursos (BOVAIRD et al., 2015), porém, para que haja tal contribuição, eles precisam estar motivados (ALFORD, 2002; VAN EIJK; STEEN, 2014, 2015; PETUKIENE; TIJUNAITIENE; DAMKUVIENE, 2012; VAN EIJK; STEEN; VERSCHUERE, 2017).

A motivação para a coprodução tem sua base no estudo realizado por Alford (2002), que apresenta uma conceituação dos fatores que podem influenciar na coprodução, com base em evidências de quatro estudos de caso do setor público australiano. A partir de literaturas sobre motivação de clientes e voluntários, ele cita cinco possíveis motivadores da coprodução: sanções, recompensas materiais, recompensas intrínsecas, incentivos solidários e recursos normativos.

O autor aponta que as sanções são deficientes como motivadoras para coprodução, pelo fato de enviarem sinais errados para os cidadãos que podem entender que o comportamento requerido para a coprodução é algo desagradável.

Ele elenca as recompensas não materiais como intrínsecas, incentivos solidários e recursos normativos. Analisando os casos estudados, foram identificados alguns aspectos não materiais, a saber: autodeterminação, competência, propósito, responsividade, pertencimento a um grupo, uso da tecnologia e normas esclarecedoras. Esses aspectos mostram que fazer uma abordagem do valor do bem coproduzido e do envolvimento do cidadão é determinante para a motivação do cidadão.

O envolvimento dos cidadãos na coprodução de serviços sociais na Europa foi o tema do estudo de Pestoff (2012), o qual aponta que a facilidade de envolvimento depende, entre outras coisas, da distância até o provedor de serviços e as informações sobre o serviço a ser desenvolvido. Esses aspectos podem ser vistos como os custos de transação da participação. Quanto menor forem os custos de transação para o cidadão, mais fácil a participação. Outro aspecto evidenciado no estudo é que quando uma pessoa sentir que um serviço é muito importante para ela ou seus familiares, ou aumenta suas chances de vida, existe uma probabilidade maior em se envolver na coprodução daquele serviço.

Aspectos materiais e não materiais foram abordados por Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvienė (2012) como influenciadores na motivação. Os autores realizaram um estudo em bairros da Lituânia, em que analisaram a motivação por meio da interdisciplinaridade, apontando as formas de motivar o cidadão em participar ativamente na coprodução do bem público. O estudo aponta que os relacionamentos construídos sobre confiança mútua, o respeito, a crença no poder da comunidade e a união são as bases da motivação. As recompensas materiais não se mostram eficazes para motivar a coprodução.

O estudo de Fledderus e Honingh (2016) teve como referência as motivações verificadas por Alford (2002): (a) motivação extrínseca, baseada na expectativa de recompensas materiais ou punição de uma parte externa; (b) motivação intrínseca, associada à ideia de que alguém participa de certas atividades porque acha as atividades interessantes, dignas e agradáveis; (c) motivação normativa, relacionada às pessoas que recebem benefícios e acreditam que precisam fazer algo em retribuição; e (d) a sociabilidade, referente ao prazer de se associar, desfrutar da companhia, companheirismo e estima dos outros.

Os autores detectaram que a motivação geral dos participantes foi muito alta. A sociabilidade foi muito importante para a maioria dos participantes, bem como o conteúdo do trabalho em si representou um importante motivador. Eles concluíram que a motivação intrínseca é necessária para participar da coprodução e que os participantes foram motivados

por diferentes fatores simultaneamente. Por fim, apontaram o quão é difícil projetar serviços coproduzidos acessíveis e bem-sucedidos.

A divisão da motivação para coprodução em dois grupos — motivações pessoais e circunstanciais — foi utilizada por Vanleene, Verschuere e Voets (2017). O primeiro grupo subdivide-se em motivações extrínsecas e intrínsecas. O segundo, é composto por causas relevantes e de fácil envolvimento.

O estudo aponta que as motivações extrínsecas exercem uma influência mínima na motivação do cidadão. Por outro lado, as motivações pessoais intrínsecas são fortes gatilhos para coproduzir. No entanto, os autores afirmam que essas motivações nunca são autônomas quando influenciam o cidadão, motivo pelo qual recomendam testar os efeitos da combinação de motivações extrínsecas e intrínsecas em pesquisas futuras, de modo a ter iniciativas de coprodução mais sustentáveis e eficazes.

Estudo realizado por Bovaird et al (2016) apresentou cinco hipóteses dos aspectos motivacionais (condições, desempenho público, iniciativas de envolvimento público, autoeficácia e características pessoais) que já haviam sido confirmadas em pesquisas anteriores (PARRADO et al., 2013; ALFORD; YATES, 2015). Os autores ainda defenderam que, em diferentes graus, essas mesmas categorias de variáveis provavelmente afetariam a coprodução individual e coletiva.

Sob a perspectiva apresentada, a categoria “condições” está relacionada à percepção dos cidadãos sobre a existência de um problema sério a ser enfrentado. O “desempenho público” se refere à percepção dos cidadãos de quão bem o setor público está enfrentando esse problema. As “iniciativas de envolvimento público” verifica a percepção dos cidadãos de como o setor público os envolvem no enfrentamento do problema ou na melhoria do serviço. A “autoeficácia”, por sua vez, é a percepção dos cidadãos de que “as pessoas podem fazer a diferença” ao envolverem-se na prestação de um serviço ou resolução de um problema. E, por fim, as “características pessoais” se preocupam com idade, sexo, nível educacional, localização, origem étnica.

A pesquisa constatou, ainda, que tanto a coprodução individual quanto a coletiva tendem a ser maiores quando os entrevistados têm um forte senso de que as pessoas podem fazer a diferença ("autoeficácia"), reforçando o resultado obtido em outra pesquisa internacional (PARRADO et al., 2013). Eles também são mais propensos a relatarem altos níveis de coprodução individual e coletiva quando estão relativamente satisfeitos com a consulta do setor público.

O estudo de Thijssen e Van Dooren (2016), por sua vez, buscou compreender quais são as motivações para a coprodução, analisando o perfil, características e referências do indivíduo, relacionando ao lugar onde ele mora e convive. Foi realizada uma análise multinível que avaliou, simultaneamente, o impacto das características da vizinhança e as variáveis individuais. Enquanto as variáveis individuais encontradas para explicar a coprodução estão presentes, as características da vizinhança explicam significativamente a coprodução. Assim, os resultados sugerem que a participação em atividades de coprodução é determinada não apenas por quem você é, mas também por onde você mora e convive.

Por meio de grupos focais, Van Eijk e Steen (2016) analisaram quatro casos de coprodução na Holanda e na Bélgica, com o objetivo de desenvolver um modelo para explicar o engajamento dos cidadãos na coprodução. Os autores assumem três conjuntos de fatores que podem impactar na decisão dos cidadãos em participarem da coprodução do bem público: percepções da tarefa de coprodução e competência para contribuir, características individuais em termos de perfil socioeconômico e conectividade social e motivações autointeressadas focadas na comunidade.

Assim, os autores apresentam elementos influenciadores para o engajamento na coprodução. São eles: fatores sociopsicológicos; variáveis socioeconômicas e conexões sociais; motivações egocêntricas; e motivações centradas na comunidade. Aparecem ainda como motivadores os seguintes elementos: a relevância do serviço prestado, que parece ser o ponto de partida para o cidadão se engajar; as redes de relacionamento; e o sentimento de insatisfação com os serviços prestados. O estudo aponta fatores limitadores para a coprodução, como: falta de tempo, diferenças culturais, falta de familiaridade e competência.

Os autores Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) destacam alguns pontos que devem ser considerados na decisão de se envolver em processos de coprodução. Dentre eles, merecem destaque: a relevância do assunto, a facilidade para se envolver e a competência para participar da atividade e a sensação de confiança no governo. Contribuir para o bem-estar de outras pessoas e para a sociedade em geral, pode ser um motivo para participar da coprodução, além de trazer recompensas pessoais e benefícios diretos para os cidadãos coprodutores.

Eles verificaram que o engajamento das pessoas para coproduzir é desencadeado por uma combinação de fatores. Constataram ainda que a coprodução pode ser explicada por fatores relacionados à tarefa, o interesse próprio e o foco na comunidade, enquanto as características individuais foram menos observáveis. Existem recompensas pessoais, mas os

benefícios também se expandem para a comunidade. Concluíram, nesse processo, que não existe um perfil único, mas que as pessoas podem ser motivadas de maneiras diferentes para coproduzir.

Para investigar por que o cidadão se envolve na coprodução, Uzochukwu e Thomas (2018) desenvolveram uma nova teoria com base em duas teorias de fenômenos semelhantes: a teoria da participação política e a teoria de contato iniciada pelo cidadão. A partir dessas teorias, eles propuseram um conjunto de hipóteses sobre o envolvimento na coprodução, as quais foram testadas com 797 participantes de organizações de bairro em várias formas de coprodução local em Atlanta (Estados Unidos).

Os autores constataram que os fatores psicológicos e sociais emergiram como os preditores significativos mais frequentes de envolvimento na coprodução, apresentando as razões mais importantes para ingressar na coprodução, mais importantes do que as necessidades de serviços pessoais. O senso de eficácia pessoal (sentindo-se capaz de fazer a diferença), a motivação de serviço público (senso de propósito ou realização) e o sentido de dever cívico apresentaram resultados mais significativos.

Observa-se acima que existe uma variação na nomenclatura utilizada para os diversos fatores motivacionais, mas que a grande maioria converge para os mesmos aspectos. Outro aspecto importante é que as pesquisas são concentradas em países desenvolvidos e os resultados encontrados podem não refletir a realidade da motivação para a coprodução no Brasil. Por isso, a temática é relevante e ainda desperta interesse nos estudiosos, que buscam compreender o que motiva os coprodutores, uma vez que se sabe que o engajamento das pessoas para coproduzir é desencadeado por múltiplos fatores para além do interesse material no resultado esperado pela coprodução (ALFORD, 2002).

Com o objetivo de demonstrar esses múltiplos fatores que motivam o cidadão a participar da coprodução do bem público, foi elaborado o quadro abaixo baseado nos estudos mencionados neste capítulo. Todavia, cabe reforçar, que os aspectos apresentados no referido quadro são de estudos realizados na Europa e nos Estados Unidos.

Quadro 5: Aspectos motivacionais identificados no referencial teórico

Autoeficácia
Confiança no provedor do serviço
Distância até o provedor do serviço
Facilidade para realizar o serviço
Fatores sociodemográficos

Incentivos solidários
Informações sobre o serviço
Motivações centradas na comunidade
Motivações egocêntricas
Recompensas intrínsecas
Recompensas materiais
Recursos normativos
Relevância do serviço
Sanções
Tempo disponível

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os estudos mais recentes trataram de investigar empiricamente a motivação para a coprodução. Os resultados, na maioria das vezes, replicaram os argumentos teóricos já existentes. Isso evidencia para os gestores públicos interessados em implementar/incrementar processos de coprodução que não há um modelo ou formato único para as diferentes formas de coprodução. Com isso, deve-se adotar diferentes estratégias destinadas ao envolvimento dos cidadãos.

2.4 Modelo Conceitual de Motivação para a Coprodução do Bem Público

Tomando-se por base os autores apresentados ao longo do referencial teórico e os achados na revisão integrativa, formar-se-á uma possível correlação entre os estudos que abordam modelos desenvolvidos para identificar aspectos motivacionais para a coprodução do bem público. Os estudos analisados na revisão integrativa foram citados no item 2.1.2 e terão influência na construção das dimensões, porém os estudos que incorporam múltiplas dimensões e apresentam itens que serão adaptados para a construção da escala são os de Van Eijk e Steen (2014), Alford e Yates (2015) e Vanleene, Verschuere e Voets (2017). Além destes, no primeiro instrumento de coleta de dados terão itens adaptados de Cavalcante (2012).

2.4.1 Variáveis para a construção da escala

Compreender a motivação dos cidadãos holandeses para coproduzir nos serviços de saúde mediante participação em conselhos deliberativos foi o objetivo do estudo desenvolvido

por Van Eijk e Steen (2014). O estudo é relevante para a literatura em coprodução do bem público por apresentar resultados empíricos sobre as motivações dos cidadãos em coproduzir, aspecto pouco abordado em estudos anteriores, e apresenta aspectos indicados como motivadores por Alford (2002, 2009), Pestoff (2012), Verschuere, Brandsen e Pestoff, 2012.

O estudo usou a metodologia Q, um método projetado para estudar, sistematicamente, os pontos de vista das pessoas. O método faz uso de declarações que são formuladas pelos próprios respondentes, em vez de itens propostos pelo pesquisador. Foram organizados dois grupos focais, nos quais os membros do conselho foram convidados a falar livremente sobre seu envolvimento na organização. Após a coleta de declarações foi solicitado a um grupo que classificasse as declarações do outro. Os autores apontam que este método de um grupo avaliar as declarações do outro grupo produz uma visão abrangente do ponto de vista do indivíduo.

A pesquisa analisou 182 declarações com o objetivo de identificar o número de agrupamentos naturais de tipos Q que eram semelhantes ou diferentes uns dos outros, ou seja, examinar quantos tipos Q eram evidenciados nas declarações. Os autores apontam que os entrevistados que carregam significativamente em um fator têm pontos de vista semelhantes sobre o envolvimento na coprodução. A análise resultou em quatro fatores distintos, representando os pontos de vista do cidadão sobre o engajamento na coprodução. Os 45 itens analisados na pesquisa estão apresentados no ANEXO C.

Baseados nos quatro fatores, e nas respostas para os 45 itens, os autores classificaram os cidadãos sob perspectivas diferentes sobre coprodução e os classificaram como: (a) semiprofissional, (b) socializador, (c) profissional da rede e (d) coprodutor consciente. Cada tipo de coprodutor reflete um conjunto único de percepções sobre motivações e envolvimento em conselhos de saúde. A análise fatorial revelou que a participação do cidadão é motivada de formas diferentes, pois distinguiu quatro diferentes discursos ou perspectivas. A seguir são apresentados os aspectos que motivam os diversos tipos de coprodutores identificados na pesquisa.

Os principais aspectos motivacionais encontrados no estudo foram: (I) motivações centradas na comunidade, (II) motivações egocêntricas, (III) capital humano e social, (IV) eficácia interna. Na discussão dos resultados, são apresentadas as análises fatoriais e os resultados das entrevistas nos grupos focais, com destaque para os seguintes aspectos: a competência pessoal do cidadão em prestar o serviço; as estruturas e políticas utilizadas pela organização; os esforços utilizados na realização do serviço; a confiança e as relações entre os

membros e a organização e a forma como a organização trata as sugestões apresentadas pelos cidadãos. A pesquisa corrobora os estudos apresentados no referencial teórico ao passo que não apresenta motivos egoístas como motivador para coprodução.

Outro estudo que norteará esta pesquisa é o desenvolvido na Austrália por Alford e Yates (2015), que realizou uma pesquisa telefônica com 1000 adultos australianos, replicando o estudo de Loeffler et al. (2008) com 4951 adultos no Reino Unido, França, Alemanha, Dinamarca e República Tcheca. A pesquisa concentrou-se em três potenciais áreas para o desenvolvimento da coprodução do bem público: segurança de bairro, meio ambiente e saúde e teve por objetivo identificar se as motivações dos coprodutores australianos seriam as mesmas dos clientes em marketing, ou seja, motivações centradas no interesse próprio.

Os autores partiram da análise de aspectos motivacionais apresentados em Sharp (1980) e Alford (2002, 2009) como: recompensas intrínsecas, afiliação social, propósitos normativos e capacidade do cidadão em prestar o serviço. Estes estudos apontam que quanto maior o senso de autoeficácia, maior é a ressonância com as motivações intrínsecas dos cidadãos. Ao mesmo tempo, quanto maior a capacidade dos cidadãos em relação ao serviço prestado, mais seu senso de autoeficácia é impulsionado. Em suma, a motivação para coproduzir está centrada na disposição em fazer mais e na autoeficácia. Após o referencial teórico, é apresentada a metodologia aplicada na pesquisa.

As questões originais foram ligeiramente modificadas para levar em conta o contexto australiano e para incorporar mudanças sugeridas por membros da equipe europeia com base na experiência com a pesquisa original em 2008. Em cada uma das três áreas de política, a pesquisa perguntou sobre cinco comportamentos representativos de coprodução e se os respondentes realizavam esses comportamentos com frequência, às vezes ou nunca. O anexo A apresenta as perguntas da pesquisa. Os dados foram analisados utilizando o SPSS 19 com realização de testes T para meios independentes; ANOVA para a comparação de múltiplas médias e as correlações de Pearson.

Na apresentação e análise dos dados, os autores apontam que a coprodução individual é muito mais comum que a coprodução coletiva. Isso fica evidente pelo fato de que as atividades mais realizadas não exigem interação com outras pessoas. Em contrapartida, as atividades menos realizadas envolvem a participação do grupo, estabelecendo a ligação proativa com as autoridades. Apontam ainda que, para cada área estudada, à medida que a eficácia dos cidadãos aumentava, também aumentava o índice de coprodução por área. Ou

seja, aqueles que achavam que os cidadãos poderiam fazer uma diferença maior relataram níveis mais altos de coprodução.

Seguindo com a apresentação dos resultados, o estudo mostra que as pessoas estavam dispostas a gastar mais tempo como voluntárias do que gastavam atualmente e aumentam a capacidade para coproduzir quando têm alto nível de informação sobre o serviço que será prestado. Outro aspecto apontado como motivador é o quanto as organizações consultam os cidadãos e os incluem na tomada de decisões sobre o serviço. Assim como em Van Eijk e Steen (2014), a pesquisa aponta a afiliação social como aspecto motivador da coprodução.

Nas considerações finais, os autores apontam que as descobertas sobre coprodução na Austrália são consistentes com as do estudo anterior de cinco nações e, ao contrário do estudo anterior, não se encontrou diferença de sexo ou idade nos níveis gerais de coprodução. Por fim, são apresentadas as seguintes orientações para os gestores públicos e de organizações da sociedade civil australiana: Reconhecer que os cidadãos preferem concentrar-se principalmente em atividades que eles podem realizar por conta própria; tentar envolver os cidadãos em atividades que incluam um componente de valor privado e não de interesse próprio e fornecer informações sobre o serviço que será prestado.

O quadro 6 apresenta os 15 comportamentos que receberam maior percentual de respostas dos cidadãos australianos ao citarem que “frequentemente” executam essa atividade.

Quadro 6: Comportamentos de coprodução na Austrália

Comportamento	Percentual de participantes (%)
Tento reciclar o lixo doméstico.	93,3
Tento economizar água e eletricidade em minha casa.	88,8
Tomo cuidado para trancar todas as portas e janelas da minha casa quando sair.	86,9
Tento me exercitar.	66,7
Fico de olho na casa de meus vizinhos quando eles estão fora.	60,6
Peço ao meu vizinho que fique de olho em minha casa quando estiver ausente.	58,0
Mudo para uma dieta mais saudável - por exemplo, consumo menos álcool, tabaco e açúcar.	54,6
Consulto o médico para exame de saúde e de sangue.	47,8
Caminho, ando de bicicleta ou uso o transporte público.	46,2
Cuido de um familiar ou amigo doente.	40,6
Digo às outras pessoas para não deixarem lixo ou seus cães nas ruas.	23,5
Participo de um grupo ou organização que lida com problemas de saúde.	17,9

Participo de um grupo ou organização que trabalhe para melhorar a qualidade do ambiente.	10,9
Participo de um grupo ou organização que trabalhe para melhorar a segurança na vizinhança.	5,8
Peço conselhos da polícia sobre a melhor forma de proteger minha propriedade.	5,4

Fonte: Alford e Yates (2015)

A motivação para a coprodução do bem público também foi analisada por Vanleene, Verschuere e Voets (2017). O estudo baseou-se em trabalhos anteriores sobre motivação em coprodução desenvolvidos por Sharp (1980), Alford (2002), Verschuere et al. (2012) e Van Eijk e Steen (2014). O estudo fornece evidências empíricas sobre coprodução e motivações dos cidadãos na Bélgica. Também desafia a hipótese da escolha racional econômica de que as pessoas são motivadas a participar porque têm um interesse material em fazê-lo como apontado em Alford (2002) e Verschuere et al. (2012).

O estudo se concentrou em um projeto de desenvolvimento comunitário, de Torekes, em um bairro carente da cidade de Ghent na Bélgica. Torekes é o nome da moeda complementar que é oferecida aos cidadãos em troca de coprodução em sua vizinhança. Inicialmente, o projeto Torekes estava programado para durar apenas o ano de 2011, mas seu sucesso logo ficou evidente e continuou até hoje. O estudo usa como referencial teórico as motivações pessoais e circunstanciais abordadas em outros estudos.

As motivações pessoais são apontadas como extrínsecas ou intrínsecas. O fator extrínseco aponta que os cidadãos coproduzem (mais) porque são motivados extrinsecamente. A motivação seria decorrente de benefícios tangíveis, como dinheiro, bens ou serviços, brindes, segurança, não exclusão e outros. O fator intrínseco diz que os cidadãos coproduzem (mais) por causa de influências intrínsecas. As motivações intrínsecas ou não materiais são aquelas que existem dentro do cidadão. Portanto, em vez de depender de recompensas tangíveis, a pessoa é motivada por um interesse ou pelo prazer de executar a tarefa.

As motivações circunstanciais são classificadas em facilidade de envolvimento e relevância do serviço. A primeira aponta que os cidadãos coproduzem (mais) quando percebem que é fácil se envolver. Tal facilidade decorre de fatores como a distância até um prestador de serviços, as informações disponíveis sobre o serviço, o tempo disponível pelo cidadão para participar e o esforço que os cidadãos devem na prestação do serviço. O fator relevância mostra que os cidadãos irão coproduzir (mais) quando perceberem que o projeto de coprodução é importante para eles. Nesse fator, também são levados em consideração pelo

cidadão a importância do serviço para seus familiares e amigos e se o serviço afeta suas vidas direta ou indiretamente.

A partir das motivações listadas acima, os autores construíram dez hipóteses para testar no estudo de caso. O quadro 7 apresenta as hipóteses testadas.

Quadro 7: Hipóteses do estudo de Vanleene, Verschuere e Voets

FATOR	MOTIVAÇÃO	HIPÓTESE
Extrínseco A	Recompensas de material	Os cidadãos coproduzem (mais) porque recebem recompensas materiais em troca.
Extrínseco B	Sanções materiais	Os cidadãos coproduzem (mais) porque estão ameaçados com sanções materiais.
Extrínseco C	Recompensas imateriais	Os cidadãos coproduzem (mais) porque recebem recompensas imateriais em troca.
Extrínseca D	Sanções imateriais	Os cidadãos coproduzem (mais) porque têm medo de sanções imateriais.
Intrínseco E	Solidário	Os cidadãos coproduzem (mais) porque desejam pertencer e socializar
Intrínseco F	Normativo	Cidadãos normativos intrínsecos coproduzem (mais) porque seus sistemas de crenças afirmam que é certo ou lógico.
Intrínseco G	Expressivo	Os cidadãos coproduzem (mais) porque isso lhes dá a sensação de satisfação de terem contribuído para uma causa que vale a pena.
Intrínseco H	Eficácia	Os cidadãos coproduzem (mais) quando seus objetivos foram alcançados e se o resultado é preferível
Circunstancial I	Facilidade de Envolvimento	Os cidadãos coproduzirão (mais) quando perceberem que é fácil se envolver.
Circunstancial J	Relevância	Os cidadãos coproduzirão (mais) quando perceberem que o projeto de coprodução é importante para eles.

Fonte: Vanleene, Verschuere e Voets (2017)

O teste das hipóteses sobre as motivações dos cidadãos faz com que o estudo seja caracterizado como dedutivo. A pesquisa foi realizada com 37 entrevistados sendo 11 homens e 26 mulheres. Todas as declarações foram apresentadas em uma escala Likert de sete pontos com variação de 1 (sem fator motivacional) a 7 (fator motivacional muito importante). Por tratar-se de medidas quantitativas, foi utilizado o programa estatístico SPSS para analisar os dados. Foram extraídos o alfa de Cronbach, realizado um teste T com amostras idênticas e

teste ANOVA para medir diferenças significativas entre as médias. Os itens originais da pesquisa são apresentados no Anexo B.

O estudo aponta que as motivações pessoais extrínsecas são as menos influentes para as pessoas coproduzirem. As motivações pessoais intrínsecas e motivações circunstanciais como facilidade de envolvimento e relevância do serviço são apontadas como fortes motivadoras. Esse aspecto é importante uma vez que o projeto de coprodução é amplamente baseado em recompensas materiais através do uso de uma moeda complementar. Outro reforço das motivações pessoais intrínsecas encontrado na pesquisa é que os cidadãos são guiados por seus valores básicos; e os motivos de solidariedade, diretamente ligados ao desejo de socialização, são importantes explicações sobre por que as pessoas coproduzem.

Motivadores igualmente importantes, ao lado da motivação intrínseca, são as motivações circunstanciais. O estudo mostra que a importância do serviço para o cidadão ou seus familiares e amigos e a facilidade de envolvimento são relevantes para as pessoas coproduzirem. Isso pode ser explicado de duas maneiras no estudo em questão. Em primeiro lugar, os cidadãos trabalham em estreita colaboração com os profissionais. Em segundo lugar, como coprodutores participantes, eles têm fácil acesso à informação e serão os primeiros a tomar conhecimento das mudanças, possivelmente até participando do processo de tomada de decisão.

Por fim, o estudo evidencia que os cidadãos não são apenas maximizadores de benefícios pessoais. Os coprodutores têm motivos muito mais complexos para participar. Isso deve ser mantido em mente pelos formuladores de políticas ao considerar um novo projeto de coprodução ou ajustar um antigo. Mesmo quando o projeto de coprodução é baseado em um sistema de recompensas, como é o caso em questão, os profissionais devem tentar encorajar os cidadãos com outros motivos intrínsecos. O estudo aponta, ainda, que o gênero não influencia nos motivos para o cidadão coproduzir e cita como principal limitação a pequena amostra de 37 entrevistados.

Tomando-se por base os modelos acima e os aspectos apresentados como motivadores na revisão integrativa da literatura, Apêndice A, são apresentadas as dimensões que apontam para os indicadores que constituem o instrumento de coleta de dados buscando compreender a motivação para a coprodução do bem público.

2.4.2 Dimensão autoeficácia

Esta categoria trata da percepção que os cidadãos têm sobre “fazer a diferença” ao envolverem-se na prestação de um serviço ou resolução de um problema (BOVAIRD et al., 2016).

Para Alford (2009), a autoeficácia está relacionada com a capacidade do cidadão em prestar o serviço. O autor aponta que, quanto maior o senso de autoeficácia, maior é a ressonância com as motivações intrínsecas dos cidadãos. Ao mesmo tempo, quanto maior a capacidade dos cidadãos em relação ao serviço prestado, mais seu senso de autoeficácia é impulsionado. Em suma, a motivação para coproduzir está centrada na disposição em fazer mais e na autoeficácia.

Para Fledderus (2015), a coprodução dará às pessoas a sensação de que suas ações realmente têm um impacto e a autoeficácia diminuirá o sentimento de risco, vulnerabilidade e dependência dos usuários, o que influencia positivamente a confiança. A autoeficácia está fortemente correlacionada tanto à coprodução individual quanto à coletiva. No entanto, é mais fortemente correlacionada à coprodução coletiva (BOVAIRD et al., 2016).

Fledderus (2015) aponta também as "crenças sobre a capacidade de resposta das autoridades e instituições governamentais às demandas dos cidadãos" como aspecto motivacional relacionado com autoeficácia.

Assim, nessa dimensão, são consideradas não apenas as competências e as capacidades pessoais, mas também os resultados potenciais da participação do cidadão e as respostas do Estado às demandas apresentadas.

2.4.3 Dimensão natureza do serviço

A dimensão natureza do serviço, de forma geral, poderia se caracterizar pela pergunta formulada por Pestoff (2012): Quão fácil é para os cidadãos se envolverem na prestação de serviços sociais e por que eles se tornam participantes ativos no processo de prestação de serviços? A facilidade de envolvimento do cidadão também é citada por Thijssen e Van Dooren (2016) e Uzochukwu e Thomas (2018). Para Verschuere et al. (2012) esta facilidade de envolvimento pode depender de vários fatores, como a distância até um prestador de serviços, se a informação sobre o serviço está ou não disponível etc.

A natureza do serviço também apresenta relação com o tempo e o esforço que o cidadão disponibilizará na sua prestação. Pestoff (2012) classifica esses dois aspectos como os ‘custos da transação’. Quanto mais baixos forem esses custos, mais fácil será para os cidadãos participarem. O autor aponta, ainda, que, se o cidadão classifica uma tarefa como ‘fácil’ de realizar, ele tem uma probabilidade maior de participar na prestação daquela tarefa. Outra característica importante na natureza do serviço é apontada por Uzochukwu e Thomas (2018), quando o governo também pode influenciar o comportamento coprodutivo fornecendo mecanismos que encorajem ou facilitem o envolvimento.

2.4.4 Dimensão sociabilidade

A dimensão sociabilidade é tratada como a recompensa que o cidadão recebe por se associar com outros, o senso de pertencimento ou identificação com um grupo e o desejo de afiliação (ALFORD, 2002). Verschuere et al. (2012) definem incentivos sociais como o prazer que se associaria a interagir com outras pessoas, bem como o objetivo de obter sua aprovação ou evitar sua desaprovação. Estudo realizado por Alford (2009) aponta que as pessoas podem participar mesmo que isso apresente um custo financeiro, pois, mediante a participação, elas desfrutam da companhia, convivência e estima dos outros.

Os cidadãos coproduzem (mais) porque desejam pertencer e socializar. Essa foi uma das hipóteses testadas e comprovadas por Vanleene, Verschuere e Voets (2017). Outro estudo que apresenta aspectos relevantes para essa dimensão foi o realizado por Cavalcante (2012). O autor apresenta a categoria afiliação, com indicadores que medem a motivação social como fazer novos amigos, conhecer pessoas ou ser bem aceito na comunidade.

Os incentivos solidários e as motivações centradas na comunidade ainda apresentam resultados nos estudos de Van Eijk e Steen (2015), Fledderus e Honingh (2016), Thijssen e Van Dooren (2016), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018).

2.4.5 Dimensão recompensas

Esta dimensão será caracterizada por duas recompensas: as materiais (extrínsecas) e não-materiais (intrínsecas). As recompensas materiais são benefícios, financeiros ou tangíveis, que a organização oferece aos cidadãos. As recompensas não-materiais são ações

ou comportamentos organizacionais, que podem aumentar a sensação de satisfação do cidadão, fazer sentir-se competente ou desfrutar da experiência de uma atividade.

Estudo desenvolvido por Alford (2002) analisou as duas formas de recompensas e concluiu que os motivadores mais significativos eram recompensas não materiais, como maior senso de justiça e responsabilidade do cidadão ao prestar um serviço.

A questão maior nesta dimensão é se existe algum padrão de reciprocidade, uma relação de troca, entre a organização e os cidadãos. Nessa relação, que é mais ampla do que a troca de dinheiro por serviços, os cidadãos contribuem com tempo e esforço, enquanto a organização fornece não apenas o serviço, mas também outros incentivos para motivar o comportamento coprodutivo. Segue-se, portanto, que a propensão das pessoas a coproduzir pode ser em parte uma função de sua satisfação com o próprio serviço em si (ALFORD; YATES, 2015).

Embora os motivos para coprodução possam partir do interesse próprio, esses benefícios são muito mais complexos do que benefícios puramente monetários (ALFORD, 2002). Dentre as hipóteses testadas por Vanleene, Verschuere e Voets (2017) estavam duas relacionadas com esta dimensão: os cidadãos coproduzem (mais) porque recebem recompensas materiais em troca e os cidadãos coproduzem (mais) porque recebem recompensas imateriais em troca.

O estudo aponta que, em vez de depender de recompensas materiais, a pessoa é motivada pelo prazer de realizar a tarefa. Van Eijk e Steen (2014) concordam com essa definição, alegando que recompensas intrínsecas ajudam a melhorar o senso de competência e autoestima do cidadão.

Estudos realizados por Petukiene, Tijunaitiene, e Damkuvienne (2012), Van Eijk e Steen (2015), Bovaird et al. (2016), Fledderus e Honingh (2016), Thijssen e Van Dooren (2016), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018), corroboram com os achados por Alford (2002), que assume a influência mínima de motivações materiais para coproduzir.

2.4.6 Dimensão relevância percebida

Diferente da natureza do serviço que pergunta sobre a facilidade em prestar um determinado serviço, a relevância percebida trata da importância do serviço e da organização que o prestará. A participação cidadã dependerá da relevância do serviço

(PESTOFF,2012). Isso lida com a questão de saber se o serviço é realmente importante para o cidadão, seus familiares ou amigos e de que forma o serviço os afeta. Quando essas questões são respondidas positivamente, e os cidadãos sentem que o serviço é importante, eles estarão mais propensos a se motivar na coprodução de serviços sociais (PESTOFF, 2012; VAN EIJK; STEEN, 2015).

Outro aspecto a ser considerado nesta dimensão é o social, ou seja, é a importância percebida da questão para o bairro, a cidade ou até mesmo a sociedade como um todo. Essa abordagem ajuda a explicar o interesse em formas de coprodução imediata ou de longo prazo em serviços sociais, tais como aqueles que envolvem assistência infantil, educação ou cuidados de saúde preventivos e de longo prazo (PESTOFF, 2012).

Um estudo de Thijssen e Van Dooren (2016) analisou os contextos de envolvimento com a comunidade. Os autores apontaram que cidadãos têm maior probabilidade de coproduzir quando os serviços são importantes para sua comunidade.

Nesse contexto, os cidadãos percebem que os serviços não estão sendo prestados de forma satisfatória ou enfrentam problemas e assim tornam-se conscientes de que podem contribuir para a solução desses problemas.

A hipótese de que os cidadãos coproduzirão (mais) quando perceberem que o projeto de coprodução é importante para eles foi testada por Vanleene, Verschuere e Voets (2017) e mostrou que se o serviço for realmente importante para o cidadão ou seus familiares faz com que os cidadãos se engajem na prestação de serviços. Aspecto também apontado como motivador nos estudos de Bovaird et al. (2016) e Van Eijk, Steen e Verschuere (2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão apresentados os processos metodológicos utilizados para o alcance dos objetivos estabelecidos, com destaque para o objetivo geral que é construir e validar uma escala para mensuração da motivação para coprodução do bem público. O presente estudo tem natureza quantitativa. Para alcançar os objetivos propostos, foram percorridas etapas exploratórias e descritivas.

A fase exploratória compreende uma revisão integrativa da literatura e a geração de itens para a escala. A fase descritiva visa detalhar os procedimentos utilizados para construção da escala e foi dividida em: pré-teste da escala, caracterização dos procedimentos de coleta de dados, apresentação e análise dos resultados, análise de validade de construto e análise de confiabilidade mediante o *alpha* de Cronbach.

A construção e validação da escala sobre motivação da coprodução do bem público, seguiu os 10 passos propostos por Costa (2011). A descrição dos passos e o procedimento a ser realizado em cada um deles visando a construção da escala é detalhado a seguir.

Passo 1 - Especificação do domínio do construto – Consiste na definição do construto, a verificação da necessidade de nova escala, a análise de dimensionalidade e a decisão da natureza formativa ou refletiva do construto.

Procedimento: Para esta pesquisa foi definido que o construto a ser analisado para a construção da escala é a motivação para a coprodução do bem público. O referencial teórico aponta para a ausência de uma escala de mensuração, bem como a multidimensionalidade do construto.

Passo 2 - Atividades de geração de itens e validação de face e conteúdo – Geração de indicadores que possam ser utilizados para mensurar o construto e submissão destes para validação de face e conteúdo.

Procedimento: Foi realizada uma revisão do primeiro passo, atividades de prospecção de itens e realizada a validação de conteúdo e face por especialistas.

Passo 3 - Decisões sobre as respostas - Análise das alternativas e decisão sobre qual escala de averiguação será utilizada.

Procedimento: A escala de verificação adotada para a pesquisa é a do tipo *Likert*, variando de 1 a 10.

Passo 4 - Construção do instrumento de pesquisa – Colocação do conjunto de itens, provenientes das etapas anteriores, em um instrumento de campo que viabilize a coleta de dados a serem utilizados nas duas etapas seguintes.

Procedimento: Foi construído um instrumento adequado aos propósitos da pesquisa, tomando-se por base os itens gerados após a validação de face e conteúdo.

Passo 5 - Primeira atividade de amostragem – Planejamento da primeira amostragem e a gestão do trabalho de campo.

Procedimento: Aplicação de questionário para obtenção de dados com a finalidade de realizar testes exploratórios iniciais. A primeira coleta de dados foi realizada mediante a ferramenta *Google Forms*, utilizando-se o questionário constante do Apêndice E. Definiu-se que os respondentes da primeira amostragem seria o público em geral, por tratar-se de um pré-teste da escala.

Passo 6 - Procedimentos de limpeza da escala – Processar os dados obtidos e em seguida analisar os resultados para proceder à primeira rodada de limpeza da escala.

Procedimento: Análise dos dados obtidos utilizando o software estatístico SPSS 20 (*Statistical Package for Social Sciences*), executando os testes de análise de correlação bivariada de Pearson, análise fatorial exploratória utilizando o método extração de componentes principais, sem a utilização de fixação de números de fatores e com método de rotação Varimax, realização de teste KMO e análise de confiabilidade mediante extração do *alpha* de Cronbach, bem como a variação deste, caso o item seja excluído.

Passo 7 – Trabalhos de campo adicionais – Encaminhar novas atividades de campo para levantar novos dados com vistas ao aprimoramento da escala.

Procedimento: Após a realização da primeira coleta de dados e os primeiros procedimentos de limpeza da escala, foi realizada a segunda amostragem. A segunda coleta de dados se deu mediante a ferramenta *Google Forms*, utilizando-se o questionário constante do Apêndice F. A coleta de dados foi realizada com os cidadãos que coproduzem junto com organizações da sociedade.

Passo 8 - Procedimentos adicionais de limpeza da escala – Aplicar procedimentos sobre os dados das novas amostras e, em seguida, realizar procedimentos exploratórios diversos e a análise fatorial confirmatória.

Procedimento: Realização de análise exploratória preliminar e análise dos dados obtidos utilizando o software estatístico SPSS 20 (*Statistical Package for Social Sciences*) executando teste de correlação das variáveis entre as dimensões, consistência interna dos

itens. Para a análise fatorial confirmatória, foi utilizado o software R, pacote *Lavaan*. Foram utilizados os métodos de ajustamento propostos por Marôco (2010) e Hair et. al. (2009), a saber:

Comparative Fit Index (CFI): Esta medida compara o modelo proposto e o modelo nulo. A medida não possui limitações quanto ao tamanho da amostra e tem variação entre 0 a 1. Sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor o ajuste da dimensão.

Goodness-of-fit (GFI): Esta medida explica a variância e covariância que o modelo proposto busca explicar. Assim como o CFI, o índice varia entre 0 e 1, com valores próximos de 1 indicando um melhor ajuste. É uma medida que não depende do tamanho da amostra e é robusta com relação a problemas de normalidade.

Tucker-Lewis Index (TLI): Esta mede a parcimônia do modelo, comparando os graus de liberdade do modelo proposto com os graus de liberdade do modelo nulo. Independe do tamanho da amostra. Varia de 0 a 1, com valores aceitáveis acima de 0,9.

Root Mean Square Error of Aproximation (RMSEA): Este índice leva em consideração a complexidade do modelo, refletido nos graus de liberdade. O que está em questão é a avaliação da extensão em que o modelo falha ao se ajustar aos dados. Também não é afetado pelo tamanho da amostra. Valores entre 0,05 e 0,08 são considerados aceitáveis.

Qui-quadrado sobre graus de liberdade (X^2/GL): Quanto menor for o qui-quadrado, melhor o ajuste do modelo. Hair et al. (2009) definem como aceitáveis valores iguais ou inferiores a 5, com um grau de significância igual ou superior a 0,05 para o qui-quadrado. Como este índice é influenciado pelo tamanho da amostra, os valores da medida e seu nível de significância não podem ser analisados sozinhos na avaliação do modelo.

Passo 9 - Análise de validade e de confiabilidade da escala final – Confirmação que a escala gerada tem características de validade e de confiabilidade.

Procedimento: Realização de validade de construto e confiabilidade da escala. A validade de construto se deu mediante validade convergente e discriminante. A validade convergente verifica se os indicadores designados para medir um mesmo construto são relacionados ou convergentes, ou seja, se existe uma elevada correlação entre os itens da escala. Enquanto a validade discriminante indica o grau de medida dos diferentes construtos, no caso desta pesquisa, as dimensões propostas para a escala. A confiabilidade da escala foi realizada mediante extração do *alpha* de Cronbach.

Passo 10 - Desenvolvimento de normas e recomendações - Objetiva apresentar as instruções de uso para os potenciais usuários do instrumento.

Procedimento: Apresentação do uso da escala e possíveis adaptações que se fizerem necessárias.

Os passos acima foram seguidos na construção da escala e são detalhados no item 4.1 - desenvolvimento da escala, no capítulo a seguir da apresentação e análise dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo descreve e analisa os resultados obtidos ao longo deste estudo, compreendendo o detalhamento dos passos propostos por Costa (2011) e mediante realização de análises exploratórias preliminares, análise de correlação, análise fatorial exploratória (AFE), análise fatorial confirmatória (AFC), análise de confiabilidade e validade de construto das dimensões presentes na escala.

4.1 Desenvolvimento da Escala

Nesta seção, serão detalhados os procedimentos realizados em cada passo para construção e validação da escala. Ao se abordar o assunto sobre construção e validação de escalas, logo surgem autores como Churchill (1979), Rossiter (2002) e DeVellis (2003) como os mais citados na literatura. Estes autores sugerem etapas a serem seguidas na construção e validação de uma escala. Tomando-os por base, Costa (2011) desenvolveu uma proposta em 10 passos que será o modelo utilizado neste estudo.

A seguir, o detalhamento de cada passo na construção e validação da escala sobre motivação para coprodução do bem público.

4.1.1 Passo 1 - Especificação do domínio do construto

Nesta pesquisa, o construto analisado na construção da escala é a motivação para a coprodução do bem público. Com o objetivo de identificar a produção científica sobre o tema, foi realizada uma revisão integrativa que embasa a decisão pela escolha do construto acerca da motivação para a coprodução. Os detalhes da revisão integrativa podem ser consultados no Apêndice A.

Dentre os vários resultados apontados na revisão, um deles indica a ausência de uma escala de mensuração para a motivação para a coprodução. A motivação para a coprodução do bem público aparece como um construto multidimensional e de natureza refletiva, ou seja, variam à medida que o construto motivação sofre variação. Alford (2002) aponta a necessidade de desenvolvimento de estudos envolvendo a motivação para coproduzir.

Diante do exposto e pela construção teórica revisada, adotou-se a seguinte definição para motivação para a coprodução do bem público: Motivação é um conjunto de aspectos que se evidenciam no cidadão e influenciam sua ação.

4.1.2 Passo 2 - Atividades de geração de itens e validação de face e conteúdo

Neste passo, foram gerados os indicadores a serem utilizados para mensurar o construto. Foi realizada uma verificação do primeiro passo, análise dos condicionamentos centrais, atividades de prospecção de itens e validação de conteúdo e face por especialistas. Após a revisão da literatura, foram gerados 27 itens de natureza refletiva.

Além da revisão da literatura, a geração dos itens foi baseada nos modelos teóricos desenvolvidos por Cavalcante (2012), Van Eijk e Steen (2014), Alford e Yates (2015) e Vanleene, Verschuere e Voets (2017). Os 27 itens foram distribuídos em cinco dimensões: autoeficácia, natureza do serviço, sociabilidade, recompensas e relevância percebida.

A descrição e escolha de cada dimensão estão detalhadas no item 2.4. Os itens foram submetidos à validação de face e conteúdo por 05(cinco) doutores e 03(três) doutorandos, todos com experiência acadêmica em participação cidadã e no desenvolvimento de escalas.

A avaliação de cada item foi realizada mediante instrumento de validação de face e conteúdo (Apêndice B) com uma graduação em cinco pontos, conforme quadro 8.

Os especialistas escolhidos foram doutores em administração, estatística e políticas públicas, que deveriam realizar a validade de face, quanto à clareza, pertinência e representatividade dos itens e a validação de conteúdo, que é a verificação da adequação dos itens ao construto.

As observações e sugestões obtidas nas avaliações dos especialistas estão descritas no Apêndice C.

Quadro 8: Gradação para validação de face e conteúdo

ADEQUAÇÃO DO ITEM				
1 - Inadequado	2 – Pouco adequado	3 - Adequado	4 – Bem adequado	5 – Adequação perfeita
CLAREZA DO ENUNCIADO				
1 – Muito ruim	2 – Ruim	3 – Razoável	4 - Boa	5 – Muito boa

Fonte: Costa (2011)

As avaliações dos especialistas foram apresentadas em reunião do Grupo de Estudos do Terceiro Setor – GETS, realizada no dia 24 de setembro de 2019 com a presença de 01(um) doutor, 05(cinco) doutorandos e 02(dois) mestrandos.

Esta reunião teve por finalidade analisar as avaliações dos especialistas e fazer a adequação dos itens para o questionário a ser aplicado. Levando-se em consideração os comentários e sugestões dos especialistas e dos presentes à reunião do GETS, optou-se pela reescrita de alguns itens, a exclusão de três deles, bem como a inclusão de quatro itens novos.

Os itens em suas versões originais e finais podem ser analisados no Apêndice D.

Após estes procedimentos, restaram os 28 itens constantes da tabela 1, distribuídos nas cinco dimensões.

Tabela 1: Itens após validação de face e conteúdo

CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO AUTOEFICÁCIA
AEF1	Participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los
AEF2	Participo porque os serviços prestados pelo Estado precisam de melhorias
AEF3	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo
AEF4	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO NATUREZA DO SERVIÇO
NATS1	Busco organizações que prestem serviços mais fáceis de realizar
NATS2	Ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação
NATS3	Conhecer os dirigentes da organização é fundamental para minha participação no serviço
NATS4	Procuro me informar sobre o tempo de execução dos serviços para saber se poderei executá-los
NATS5	For realizado perto da comunidade onde moro
NATS6	Exigir pouco esforço físico
NATS7	Exigir pouco esforço mental
NATS8	Eu tiver bastante tempo livre
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO SOCIABILIDADE
SOC1	Participo na prestação de serviços para não me sentir excluído da sociedade
SOC2	Prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo
SOC3	A participação de outras pessoas na prestação do serviço, é fundamental para que eu também participe
SOC4	Fazer novas amizades é importante para minha participação
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO RECOMPENSAS
REC1	Participo da prestação de serviços para aprender algo novo
REC2	Presto esse tipo de serviço para preencher meu tempo vago
REC3	Minha felicidade aumenta à medida que participo das atividades da organização

REC4	Analisar o que a organização pode me oferecer de benefício antes de me envolver
REC5	Elogios aumentam a minha disposição para a prestação de serviços
REC6	Receber algum brinde ao final da prestação do serviço
CÓDIGO	ITENS DIMENSÃO RELEVÂNCIA PERCEBIDA
RELP1	Participo dos serviços que tragam melhorias para a comunidade onde moro
RELP2	Engajo-me em serviços que possam melhorar o bem-estar da minha família
RELP3	For importante para mim
RELP4	For importante para um familiar
RELP5	For importante para um amigo
RELP6	A organização tiver regulamento formal

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

4.1.3 Passo 3 - Decisões sobre as respostas

Este passo é caracterizado pela análise das alternativas e a decisão sobre qual escala de averiguação utilizar. Nesta pesquisa, será utilizada a escala de verificação do tipo Likert de 10 pontos, com variação de 1 a 10, com 1 indicando discordância total e 10 concordância total. Optou-se pela escala de 10 pontos por favorecer o entendimento do respondente, uma vez que apresenta uma clara indicação de intensidade de concordância entre os dois extremos, tal intensidade poderia ser prejudicada na escala de 7 ou 5 pontos.

A escala a ser desenvolvida é de múltiplos itens e com mensuração refletiva em relação ao construto, assim a confiabilidade é melhor com escalas cujos itens são medidos com mais de 7 pontos, e diminui quando os itens possuem menos de 5 pontos (COSTA, 2011).

Portanto, para que houvesse maior confiabilidade dos dados, não foi utilizada a escala Likert de 5 pontos. Cabe ressaltar a desvantagem da utilização da escala com 10 pontos, uma vez que menos pontos parecem tornar mais fáceis as respostas.

4.1.4 Passo 4 - Construção do instrumento de pesquisa

Passo que consiste na colocação do conjunto de itens provenientes das etapas anteriores em um instrumento de campo que viabilize a coleta de dados que servirão para as duas etapas seguintes (trabalho de amostragem e limpeza da escala).

Neste passo realizou-se a construção do instrumento de pesquisa com os 28 itens constantes da tabela 1. Foram feitas as modificações de enunciados de alguns itens para melhor entendimento do respondente e melhor mensuração do construto.

O instrumento de pesquisa foi composto pelo título “motivação para coprodução”, uma breve apresentação e a definição de coprodução, com o objetivo de deixar claro para o respondente de que se trata a pesquisa. O questionário inicia com duas questões sobre gênero e faixa etária. Na próxima seção, uma sequência de 10 itens aleatórios das 5 dimensões.

Em seguida, duas questões sobre nível de escolaridade e renda e mais 9 itens aleatórios das 5 dimensões. Por fim, são apresentados outros 9 itens aleatórios e, ao final do questionário, uma frase de agradecimento. O questionário utilizado na primeira amostragem consta no Apêndice E.

4.1.5 Passo 5 - Primeira atividade de amostragem

Para Costa (2011), deve-se atentar neste passo para o planejamento da amostragem e a gestão do trabalho de campo. A amostra para esta pesquisa foi definida como sendo os cidadãos que coproduzem por meio das OSC. Por tratar-se do desenvolvimento e validação de uma escala, optou-se por não delimitar geograficamente a amostra.

Neste passo, que se caracteriza com uma atividade com finalidade exploratória, não foram utilizados os sujeitos principais da amostra, deixando-os para o passo 7. Assim, a escala proposta terá passado por duas amostras distintas com o objetivo de obter evidências de validade e confiabilidade consistentes.

Diante do exposto, definiu-se que o instrumento de coleta de dados para a realização da primeira amostragem seria aplicado com o público em geral, caracterizando, portanto, uma amostra não probabilística. Entende-se que para a primeira amostragem, por ser uma fase exploratória, o público em geral poderia ser o respondente, uma vez que o cidadão que coproduz com as organizações da sociedade civil poderá estar inserido na amostra.

Para a gestão do trabalho de campo da amostragem, optou-se pela coleta mediada, que é realizada sem a presença física de qualquer agente de coleta. O questionário foi elaborado utilizando-se a ferramenta *Google Forms*, e foi enviado por e-mail e pelo aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*. A coleta de dados da primeira amostragem foi realizada no período entre 01 e 20 de outubro de 2019, com o formulário on-line na situação ‘aceitando resposta’. Durante o período de coleta de dados, foram obtidas 370 respostas. O número de

respondentes foi superior a 10(dez) vezes o número de itens da escala, conforme sugere Costa (2011).

4.1.6 Passo 6 - Procedimentos de limpeza da escala

Neste passo, utilizou-se um conjunto de procedimentos exploratórios para analisar os resultados da primeira amostragem e proceder à primeira rodada de limpeza da escala. Ou seja, eliminar da escala aqueles itens que não se ajustam bem à dimensão proposta, ou realizar possíveis melhorias no item para um novo teste de amostragem.

As atividades desenvolvidas neste passo foram: (I) análise exploratória preliminar, (II) análise de correlação, (III) análise fatorial exploratória e (IV) análise de confiabilidade. Cada etapa é detalhada a seguir.

4.1.6.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA PRELIMINAR

Após a coleta de dados, as respostas foram exportadas para uma planilha em Excel com a finalidade de verificar se alguma resposta precisava ser excluída. Inicialmente, a planilha apresentou 370 respostas e foi realizada uma verificação para identificar *missing values*. Detectou-se apenas uma resposta que apresentou essa condição. Ela foi excluída e as 369 respostas foram analisadas utilizando-se o software estatístico SPSS 20.0 (*Statistical Package for Social Sciences*), com a finalidade de descrever os procedimentos adotados para a limpeza da escala.

Para a confirmação do passo anterior, foi realizada uma análise por meio do *Missing Value Analysis*, o que corroborou para a validade das 369 respostas. Ainda com relação à avaliação de entradas, foi analisado se algum item recebeu a mesma frequência de resposta e verificou-se que todos os itens tiveram resposta mínima 1 e máxima 10, o que demonstra que nenhum respondente marcou uma resposta única para os itens da escala. Tal procedimento serve também para detectar a não incidência de *outlier* nos dados, indicando que os itens são adequados com a pesquisa.

Para conclusão da análise exploratória preliminar, foi realizada a extração das estatísticas descritivas convencionais, como: a média, o desvio padrão, assimetria e curtose das variáveis, conforme Apêndice G.

As médias apresentadas estão no intervalo da escala e não existem médias extremas, o que indicaria a exclusão do item. A menor média foi 3,18 do item REC6 “receber algum brinde ao final da prestação do serviço” e a maior foi 8,87 para NATS2 “ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para a minha participação”, indicando certa atenção para esses itens.

Analisando o desvio padrão apresentado, não se verificou uma variação que possa indicar a exclusão de algum deles. Todos os itens apresentam alterações dentro dos limites aceitáveis pela literatura. Os valores de assimetria e curtose, que indicam a forma de distribuição dos dados nas variáveis, não apresentam distorções ou itens que possam ser excluídos.

4.1.6.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO, FATORIAL EXPLORATÓRIA E CONFIABILIDADE

A análise dos resultados para a primeira amostragem da coleta de dados foi realizada por dimensão. Foram extraídas as análises de correlação bivariada de Pearson e a adequação da amostra, mediante teste KMO. Segundo Costa (2011), os itens devem apresentar correlação mínima de 0,2 e máxima de 0,9, sendo estatisticamente não nula a $p < 0,05$.

A análise fatorial exploratória (AFE) foi executada mediante a extração de componentes principais, sem a utilização de fixação de números de fatores e com método de rotação Varimax, com base em autovalores superiores a 1 e suprimindo fatores com valor absoluto menor que 0,3.

Ainda foram extraídas as variâncias de explicação do fenômeno, a carga fatorial e as comunalidades. Para análise de confiabilidade, foi extraído o *alpha* de Cronbach, bem como a variação deste, caso o item seja excluído. Para Costa (2011), os itens com *alpha* abaixo de 0,6 merecem atenção para uma possível exclusão da escala.

Os critérios utilizados nesta pesquisa para verificar a necessidade de exclusão de itens são os apresentados no quadro 9.

Quadro 9: Critérios para exclusão de itens

FATOR	VALOR A SER CONSIDERADO
Correlação	Menor que 0,3 e maior que 0,9
Medida KMO	Menor que 0,7

Comunalidade	Menor que 0,4
Carga fatorial	Menor que 0,4
Variância	Menor que 50%
Alpha de Cronbach	Menor que 0,7

Fonte: Elaborado com base em Costa (2011) e Rossiter (2002).

A seguir são apresentados os procedimentos realizados em cada dimensão e, ao final do passo 6, é apresentada uma análise conjunta dos itens selecionados em cada dimensão e que comporão o segundo instrumento de coleta de dados.

4.1.6.3 ANÁLISE DA DIMENSÃO AUTOEFICÁCIA

Esta dimensão traz, nos itens, características relacionadas com a percepção que os cidadãos têm sobre “fazer a diferença” ao envolverem-se na prestação de um serviço ou resolução de um problema. É a capacidade do cidadão em prestar o serviço (BOVAIRD et al., 2016; ALFORD, 2009).

Para Fledderus (2015), a coprodução dará às pessoas a sensação de que suas ações realmente têm um impacto e a autoeficácia diminuirá o sentimento de risco, vulnerabilidade e dependência dos usuários, o que influencia positivamente a confiança.

O primeiro procedimento foi a análise de correlação de Pearson para os itens da dimensão. Todos os itens apresentaram correlação entre 0,3 e 0,9, sinalizando que os itens apresentam boa correlação. Em seguida, foi realizado o teste de adequação da amostra com o teste de KMO (0,777), sendo confirmada a adequação dos itens da dimensão, conforme dados da tabela 2.

Tabela 2: Matriz de correlação das variáveis da dimensão autoeficácia

	AEF1	AEF2	AEF3	AEF4
AEF1	1,000			
AEF2	0,448	1,000		
AEF3	0,485	0,423	1,000	
AEF4	0,511	0,541	0,439	1,000
KMO				0,777

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Prosseguindo com a análise, a matriz de componente rotativa apresentou apenas um fator. Todos os itens apresentaram comunalidade e carga fatorial maior que 0,4, e a variância de explicação do fenômeno foi superior a 60%. A extração do *alpha* de Cronbach apresenta 0,779 e não sofre alteração com a exclusão de algum item, conforme demonstrado na tabela 3.

O item AEF3 “tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo” apresenta a menor comunalidade e a carga fatorial mais baixa.

Tabela 3: AFE e alpha para dimensão autoeficácia

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
AEF1	0,619	0,787	0,723
AEF2	0,600	0,775	0,728
AEF3	0,556	0,746	0,743
AEF4	0,650	0,806	0,706
Variância %			60,616
Alpha de Cronbach			0,779

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A dimensão autoeficácia apresenta uma amostra adequada de itens para passar pela análise fatorial. Não foi realizada a exclusão de nenhum item e todos apresentaram índices satisfatórios com os estabelecidos na pesquisa.

4.1.6.4 ANÁLISE DA DIMENSÃO NATUREZA DO SERVIÇO

A dimensão natureza do serviço, de forma geral, pode ser entendida como a facilidade que os cidadãos têm de se envolverem na prestação dos serviços. Para Verschuere et al. (2012), essa facilidade de envolvimento pode depender de vários fatores, como a distância até um prestador de serviços, se a informação sobre o serviço está ou não disponível, o tempo e o esforço que o cidadão disponibilizará na prestação do serviço etc.

Esta dimensão é que contém o maior número de itens, oito itens, com abordagens sobre as organizações “busco organizações que prestem serviços mais fáceis de realizar”, “conhecer os dirigentes da organização é fundamental para minha participação no serviço”; informações sobre os serviços que serão prestados “ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação”, “procurar me informar sobre o tempo de execução dos serviços para saber se poderei executá-los”, e o esforço realizado pelo cidadão na prestação do serviço “for realizado perto da comunidade onde moro”, “exigir pouco esforço físico”, “exigir pouco esforço mental” e “bastante tempo livre”.

Os itens desta dimensão apresentaram correlações diversas e alguns abaixo de 0,3, que foi o mínimo adotado na pesquisa. Os itens que apresentam a correlações mais fracas são NATS1 “busco organizações que prestem serviços mais fáceis de realizar”, NATS2 “ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação”, NATS3 “conhecer os dirigentes da organização é fundamental para minha participação no serviço” e NATS4 “procuro me informar sobre o tempo de execução dos serviços para saber se poderei executá-los”. Esses itens poderão ser excluídos por ocasião da AFE.

Além da análise da correlação bivariada de Pearson, foi realizado o teste de adequação da amostra com o teste de KMO (0,752), apontado uma adequação aceitável, porém baixa para a adequação dos itens da dimensão. A tabela 4 aponta os índices citados acima.

Tabela 4: Matriz de correlação e KMO - dimensão natureza do serviço

	NATS1	NATS2	NATS3	NATS4	NATS5	NATS6	NATS7	NATS8	
NATS1	1,000								
NATS2	0,170	1,000							
NATS3	0,199	0,503	1,000						
NATS4	0,196	0,492	0,377	1,000					
NATS5	0,322	0,158	0,268	0,229	1,000				
NATS6	0,231	0,032	0,111	0,091	0,512	1,000			
NATS7	0,317	-,017	0,128	0,072	0,390	0,466	1,000		
NATS8	0,156	0,044	0,131	0,124	0,378	0,359	0,354	1,000	
KMO									0,752

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Após as correlações e o teste KMO, foi realizada a AFE na dimensão. Neste procedimento, a matriz de componente rotativa apresentou dois fatores, indicando que a dimensão precisa de ajustes. A variância de explicação do fenômeno foi superior a 50%, porém carregando mais de um fator. A extração do *alpha* de Cronbach apresenta 0,720 e não sofre alteração com a exclusão de itens, conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 5: AFE e alpha para dimensão natureza do serviço

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
NATS1	0,306	0,473	0,701
NATS2	0,721	0,849*	0,712
NATS3	0,592	0,753*	0,698
NATS4	0,587	0,759*	0,704
NATS5	0,600	0,735	0,653
NATS6	0,610	0,781	0,681
NATS7	0,581	0,761	0,685
NATS8	0,422	0,648	0,699
Variância %			55,243

Alpha de Cronbach	0,720
-------------------	-------

**carga fatorial em segundo fator*

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os mesmos itens que apresentaram correlações baixas, NATS1, NATS2, NATS3 e NATS4, são os que apontam necessidade de exclusão para o ajuste da dimensão. NATS1 por apresentar comunalidade baixa e os demais por ter carga fatorial alta em mais de uma dimensão.

O primeiro procedimento foi a exclusão de NATS1 e NATS4. Este procedimento reduziu o KMO para 0,696, abaixo do estabelecido para a pesquisa. A variância aumentou para 63,06% e as comunalidades também aumentaram, exceto o NATS7. Porém a matriz de componente rotativa continuou apresentando dois fatores. A segunda extração é apresentada na tabela 6.

Tabela 6: AFE e alpha após exclusão de NATS1 e NATS4

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
NATS2	0,763	0,873*	0,697
NATS3	0,738	0,845*	0,670
NATS5	0,615	0,740	0,579
NATS6	0,637	0,798	0,610
NATS7	0,569	0,754	0,631
NATS8	0,461	0,677	0,642
KMO			0,696
Variância %			60,06
Alpha de Cronbach			0,683

**carga fatorial em segundo fator*

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os itens NATS2 e NATS3 continuaram com carga fatorial em mais de uma dimensão. Assim, optou-se pela exclusão destes para uma nova AFE. A exclusão dos itens provocou um aumento do KMO para 0,750, indicando a adequação dos itens da dimensão. Provocou ainda uma diminuição das comunalidades e da variância de explicação da dimensão, mas os valores se mantiveram dentro do estabelecido para a pesquisa, assim como as cargas fatoriais dos itens.

Apesar da redução desses índices, houve a elevação do alpha e este não se altera com a exclusão de nenhum item. O resultado final da dimensão é apresentado na tabela 7.

Tabela 7:AFE e alpha após exclusão de NATS2 e NATS3

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
NATS5	0,595	0,771	0,657
NATS6	0,634	0,796	0,640
NATS7	0,546	0,739	0,681
NATS8	0,461	0,679	0,715
KMO			0,750
Variância %			55,884
Alpha de Cronbach			0,734

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os itens finais da dimensão natureza do serviço estão de acordo com os achados de Pestoff (2012). O autor aponta que quanto menos custo o cidadão tiver e quanto mais ele classificar uma tarefa como ‘fácil’ de realizar, ele tem uma probabilidade maior de participar na prestação daquela tarefa.

4.1.6.5 ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIABILIDADE

Nesta dimensão, são analisados itens que consigam mensurar a capacidade do cidadão em se associar com outros, o senso de pertencimento ou identificação com um grupo e o desejo de afiliação (ALFORD, 2002; VERSCHUERE et al., 2012).

Um estudo realizado por Alford (2009) aponta que as pessoas podem participar mesmo que isso apresente um custo financeiro, pois, mediante a participação, elas desfrutam da companhia, convivência e estima dos outros. Os itens desta dimensão abordam estes aspectos.

A primeira análise apresentou correlações baixas para SOC1 “participo na prestação de serviços para não me sentir excluído da sociedade” e SOC4 “fazer novas amizades é importante para a minha participação”, indicando que os itens podem ser excluídos. Em seguida, foi realizado o teste de adequação da amostra KMO (0,662), sendo necessário ajustar os itens da dimensão para que o valor do teste fique dentro do estabelecido na pesquisa. O primeiro procedimento de análise é apresentado na tabela 8.

Tabela 8: Matriz de correlação das variáveis da dimensão sociabilidade

	SOC1	SOC2	SOC3	SOC4
SOC1	1,000			
SOC2	0,185	1,000		
SOC3	0,323	0,573	1,000	
SOC4	0,221	0,352	0,357	1,000
KMO				0,662

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

O primeiro procedimento de AFE aponta a matriz de componente rotativa com apenas um fator, indicando que os itens da dimensão estão medindo o mesmo construto.

O item SOC1 apresentou comunalidade abaixo de 0,4, confirmando assim sua exclusão. A variância de explicação do fenômeno ficou muito próximo do limite de exclusão. A extração do *alpha* de Cronbach apresenta 0,663 e a exclusão do SOC1 provoca seu aumento, corroborando com a decisão de exclusão do item. Os dados da primeira rodada estão demonstrados na tabela 9.

Tabela 9: AFE e alpha para dimensão sociabilidade

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
SOC1	0,292	0,541	0,692
SOC2	0,611	0,782	0,560
SOC3	0,689	0,830	0,491
SOC4	0,444	0,667	0,622
Variância %			50,918
Alpha de Cronbach			0,663

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Após a exclusão de SOC1 pelos motivos expostos acima, procedeu-se a segunda rodada da AFE e a confiabilidade dos itens da dimensão. A segunda AFE apresentou aumento da variância de explicação do fenômeno e elevação do alpha. Porém, apresenta índices de KMO e alpha abaixo dos estabelecidos para a pesquisa.

Mesmo com os índices baixos, não será realizada uma terceira rodada para que a dimensão não fique apenas com dois itens. Os dados da segunda rodada estão demonstrados na tabela 10.

Tabela 10: AFE e alpha após exclusão de SOC1

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
SOC2	0,695	0,834	0,519
SOC3	0,699	0,836	0,521
SOC4	0,470	0,685	0,724
	KMO		0,630
	Variância %		62,130
	Alpha de Cronbach		0,692

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A sensação de pertencimento e fazer novas amizades são apontados na literatura (PESTOFF, 2012; THIJSEN; VAN DOOREN, 2016; UZOCHUKWU; THOMAS, 2018; VERSCHUERE et al., 2012; CAVALCANTE, 2012) como influenciadores para a participação do cidadão, porém a dimensão aponta para a exclusão de itens da dimensão. Por tratar-se da primeira versão do questionário e este não ter respondentes específicos, os itens SOC1 e SOC4 serão reescritos e mantidos na pesquisa por ocasião da realização do segundo questionário que será aplicado com cidadãos que integram organizações da sociedade civil.

4.1.6.6 ANÁLISE DA DIMENSÃO RECOMPENSAS

Esta dimensão tem por objetivo analisar as duas formas de recompensas apontadas por Alford (2002): as materiais (extrínsecas) e as não-materiais (intrínsecas). As recompensas materiais são benefícios, financeiros ou tangíveis, que a organização oferece aos cidadãos. As recompensas não-materiais são ações ou comportamentos organizacionais, que podem aumentar a sensação de satisfação do cidadão. No entanto, a literatura sobre motivação para a coprodução aponta para a baixa incidência das recompensas como propulsoras da coprodução (PETUKIENE; TIJUNAITIENE; DAMKUVIENE, 2012; BOVAIRD et. al., 2016; FLEDDERUS; HONINGH, 2016; THIJSEN; VAN DOOREN, 2016).

A análise da dimensão inicia apontando uma matriz de correlação, corroborando com a literatura sobre o tema, quando todos os itens da dimensão apresentam, ao menos, uma correlação abaixo de 0,3, indicando que podem ser excluídos. O teste de adequação da amostra KMO (0,689) aponta para a necessidade de ajuste dos itens da dimensão para que o valor do teste fique dentro do estabelecido na pesquisa. O primeiro procedimento de análise é apresentado na tabela 11.

Tabela 11: Matriz de correlação das variáveis da dimensão recompensas

	REC1	REC2	REC3	REC4	REC5	REC6
REC1	1,000					
REC2	0,329	1,000				
REC3	0,436	0,183	1,000			
REC4	0,294	0,259	0,164	1,000		
REC5	0,252	0,195	0,350	0,389	1,000	
REC6	0,112	0,255	0,072	0,381	0,241	1,000
KMO						0,689

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Após a análise correlação e do teste KMO, procedeu-se a AFE, que aponta uma matriz de componente rotativa com dois fatores, indicando que os itens da dimensão não estão medindo o mesmo construto e que a dimensão precisa de ajustes.

Os itens REC2 “presto esse tipo de serviço para preencher meu tempo vago” e REC 5 “elogios aumentam a minha disposição para a prestação de serviços” carregaram em dois fatores, com cargas fatoriais bem próximas, indicando uma possível exclusão destes.

O procedimento de análise da variância de explicação do fenômeno ficou muito próximo do limite de exclusão (57,173%) e este percentual leva em consideração a soma dos dois fatores, que não interessa nesta pesquisa. A extração do alpha de *Cronbach* aponta 0,679 e não se altera com a exclusão de algum item, conforme demonstrado na tabela 12.

Tabela 12: AFE e alpha para dimensão recompensas

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
REC1	0,634	0,777*	0,627
REC2	0,346	***	0,649
REC3	0,705	0,839*	0,652
REC4	0,609	0,752**	0,613
REC5	0,446	***	0,622
REC6	0,691	0,825**	0,661
Variância %			57,173
Alpha de Cronbach			0,679

* Carga fatorial no segundo fator/** Carga fatorial no primeiro fator/***Carga fatorial em dois fatores

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Considerando que todos os itens da dimensão apresentaram correlações abaixo de 0,3; que o teste KMO teve resultado abaixo de 0,7; que os itens tiveram cargas fatoriais diversas e em mais de uma dimensão; que o alpha apresenta resultado abaixo de 0,7 e não se altera com

a exclusão de nenhum item, optou-se pela exclusão de todos os itens da dimensão “recompensas” para a elaboração do segundo instrumento de pesquisa.

A decisão de exclusão desta dimensão corrobora com Alford (2002) ao estabelecer que ambas as recompensas são geralmente entendidas como não influentes ou minimamente influentes quando se discute a motivação para coproduzir.

Um estudo realizado por Vanleene, Verschuere e Voets (2017) estabeleceu, entre outras, duas hipóteses: “os cidadãos coproduzem (mais) porque recebem recompensas materiais em troca” e “os cidadãos coproduzem (mais) porque recebem recompensas imateriais em troca”. Os resultados apontaram para a refutação destas hipóteses, apontando-as como as de menores índices.

As recompensas, sejam elas intrínsecas ou extrínsecas, são apontadas pela literatura (PESTOFF, 2012; PARRADO et al., 2013; VAN EIJK; STEEN, 2014; FLEDDERUS; HONINGH, 2016; THIJSEN; VAN DOOREN, 2016; UZOCHUKWU; THOMAS, 2018), com baixa incidência ou nulidade no aspecto motivacional para coprodução. Assim, os resultados encontrados nesta pesquisa servem para corroborar pesquisas realizadas em outros países mostrando que os cidadãos engajados na coprodução não o fazem com o intuito de receber elogios, não estão buscando felicidade ou prestando serviços em troca de benefícios materiais.

4.1.6.7 ANÁLISE DA DIMENSÃO RELEVÂNCIA PERCEBIDA

Os itens desta dimensão buscam identificar aspectos relacionados à importância do serviço prestado, é o quanto o cidadão considera relevante o serviço para si e os outros e o quanto as atividades desenvolvidas pela organização são importantes. Estudos apontam que o cidadão estará mais motivado a participar, quanto mais relevante ele perceber o serviço (PESTOFF, 2012; VAN EIJK; STEEN, 2015; VANLEENE; VERSCHUERE; VOETS, 2017).

A análise dos itens começa pela correlação bivariada de Pearson e aponta correlações baixas para os itens RELP1 “participo dos serviços que tragam melhorias para a comunidade onde moro” e RELP6 “participo se a organização tiver regulamento formal”.

O item RELP2 “engajo-me em serviços que possam melhorar o bem-estar da minha família” apresenta correlações muito perto do limite de exclusão. Faz-se necessário enfatizar que Costa (2011) alerta para a possível exclusão de itens com correlações baixas.

A extração do teste de adequação da amostra KMO (0,712) apresenta resultado muito próximo do limite estabelecido para a pesquisa, indicando que a dimensão precisa de ajustes e que esse ajuste pode se dar com a exclusão dos itens citados acima. As correlações e o teste KMO são apresentados na tabela 13.

Tabela 13: Matriz de correlação das variáveis da dimensão relevância percebida

	RELP1	RELP2	RELP3	RELP4	RELP5	RELP6
RELP1	1,000					
RELP2	0,391	1,000				
RELP3	0,145	0,192	1,000			
RELP4	0,217	0,349	0,648	1,000		
RELP5	0,247	0,321	0,593	0,879	1,000	
RELP6	0,260	0,311	0,281	0,235	0,244	1,000
KMO						0,712

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Dando prosseguimento com a análise, foi realizada a AFE e a extração do *alpha* de Cronbach. A matriz de componente rotativa apresentou dois fatores, indicando, mais uma vez, que a dimensão precisa de ajustes. Os itens RELP1, RELP2 e RELP6, que haviam apresentado correlações baixas, apresentam carga fatorial em mais de um fator, o que não interessa para a pesquisa. A variância de explicação do fenômeno foi de 67,951%, porém representa a soma de dois fatores. A extração do *alpha* de Cronbach apresenta 0,768 e sofre alteração com a exclusão de RELP1 e RELP6. Os resultados são descritos na tabela 14.

Tabela 14: AFE e alpha para dimensão relevância percebida

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
RELP1	0,620	0,786*	0,777
RELP2	0,610	0,757*	0,750
RELP3	0,684	0,821	0,724
RELP4	0,889	0,921	0,679
RELP5	0,848	0,895	0,683
RELP6	0,428	0,626*	0,770
Variância %			67,951
Alpha de Cronbach			0,768

* Carga fatorial no segundo fator

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Para a realização de uma segunda rodada de AFE e a extração do *alpha* de Cronbach, optou-se pela exclusão dos itens RELP1, RELP2 e RELP6 pelos problemas apresentados

anteriormente. Após a exclusão dos itens citados, a matriz de componente rotativa apresentou apenas um fator, indicando que a dimensão não precisa de ajustes.

Os itens apresentam comunalidade e carga fatorial dentro dos limites da pesquisa e a variância de explicação do fenômeno e o *alpha* de Cronbach apresentaram cargas maiores, mesmo a exclusão de RELP3 “participo se o serviço for importante para mim”, indicando a elevação do *alpha*. Optou-se pela não exclusão do item, uma vez que o *alpha* apresenta valor dentro do estabelecido para a pesquisa.

A tabela 15 apresenta o resultado final para a AFE e *alpha* da dimensão relevância percebida.

Tabela 15: AFE e *alpha* final da dimensão relevância percebida

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
RELP3	0,669	0,818	0,935
RELP4	0,894	0,946	0,744
RELP5	0,857	0,926	0,786
Variância %			80,684
Alpha de Cronbach			0,877

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os itens desta dimensão que serão utilizados na segunda coleta de dados, RELP3 “participo se o serviço for importante para mim”, RELP4 “participo se o serviço for importante para um familiar” e RELP5 “participo se o serviço for importante para um amigo”, corroboram com estudos que apontam que o cidadão estará mais motivado a participar, quanto mais relevante, para si ou para o próximo, ele perceber o serviço (PESTOFF, 2012; VAN EIJK; STEEN, 2015; VANLEENE; VERSCHUERE; VOETS, 2017).

4.1.6.7 ANÁLISE CONJUNTA DOS ITENS SELECIONADOS NOS PROCEDIMENTOS ANTERIORES

Para concluir o passo 6 na construção da escala, foi realizada a AFE e a extração do *alpha* de Cronbach com os itens selecionados em cada dimensão. Optou-se pela inclusão do item NATS2 por entender, pela literatura, que o item pode apresentar carga fatorial na dimensão autoeficácia. A tabela 16 apresenta os resultados da AFE e *alpha* com todos os itens selecionados após os primeiros procedimentos de limpeza da escala.

Tabela 16: Itens selecionados após os primeiros procedimentos de limpeza

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
AEF1	0,586	0,760	0,837
AEF2	0,576	0,722	0,827
AEF3	0,604	0,768	0,834
AEF4	0,636	0,772	0,826
NATS2	0,516	0,636*	0,830
NATS5	0,580	0,652	0,824
NATS6	0,695	0,820	0,830
NATS7	0,591	0,741	0,832
NATS8	0,484	0,585	0,833
SOC2	0,773	0,851	0,829
SOC3	0,737	0,809	0,826
SOC4	0,462	0,441**	0,824
REL3	0,647	0,739	0,821
REL4	0,877	0,896	0,817
REL5	0,843	0,875	0,816
Número de observações			369
KMO			0,821
Variância %			64,045
Alpha de Cronbach			0,837

* Carga fatorial em outra dimensão

** Carga fatorial em duas dimensões

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Após a primeira rodada da AFE e extração do alpha com todos os itens, o item SOC4 “fazer novas amizades é importante para minha participação” apresenta carga fatorial similar em duas dimensões. Este item apresentou problemas também na análise dos itens isolados por dimensão, mas optou-se pela sua manutenção para a rodada com todos os itens, por entender, pela literatura, que seria um item com potencial para a pesquisa. No entanto, o item mostrou que precisa ser excluído para uma melhor adequação dos itens na construção da escala.

Após a exclusão de SOC4 foi realizada nova rodada de AFE e extração do *alpha* de Cronbach com os demais itens. Os itens apresentam KMO de (0,804) e variância de explicação do fenômeno de 65,884%. Apesar de uma pequena redução no índice de adequação da amostra, houve aumento no percentual de explicação do fenômeno.

Os itens apresentam comunalidades e cargas fatoriais dentro dos limites estabelecidos na pesquisa. Houve, ainda, uma redução do *alpha*, mas continua superior a 0,7 e não se altera com a exclusão de nenhum item. A tabela 17 apresenta os resultados da segunda AFE e *alpha* com todos os itens, após a exclusão de SOC4.

Tabela 17: Itens selecionados para a segunda coleta de dados.

	Comunalidade	Carga fatorial	Alpha se item excluído
AEF1	0,598	0,767	0,824
AEF2	0,581	0,727	0,812
AEF3	0,605	0,767	0,820
AEF4	0,631	0,772	0,812
NATS2	0,517	0,642*	0,816
NATS5	0,581	0,656	0,808
NATS6	0,696	0,822	0,815
NATS7	0,591	0,742	0,817
NATS8	0,478	0,582	0,818
SOC2	0,805	0,861	0,815
SOC3	0,765	0,819	0,812
RELP3	0,653	0,743	0,804
RELP4	0,880	0,901	0,800
RELP5	0,843	0,879	0,799
Número de observações			369
KMO			0,804
Variância %			65,884
Alpha de Cronbach			0,824

* Carga fatorial em outra dimensão

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Concluídos os passos de 1 a 6 na construção da escala, tem-se um conjunto menor e, supostamente, mais consistente e adequado para mensuração da motivação para coprodução do bem público.

Costa (2011), no entanto, aponta que o primeiro procedimento de limpeza da escala não é suficiente para afirmar que os itens finais são válidos e que medem o construto. Assim, é necessário realizar novas atividades de campo com a finalidade de levantar novos dados para aprimorar a escala. Estes procedimentos serão realizados no passo a seguir.

4.1.7 Passo 7 – Trabalhos de campo adicionais

Para a realização deste passo, Costa (2011) sugere a construção de novos questionários, o planejamento de amostragens adicionais e a gestão das atividades de campo adicionais. Para a realização do segundo instrumento de coleta de dados, foram analisados os itens excluídos das dimensões sociabilidade, natureza do serviço e relevância percebida, com a finalidade de identificar itens apontados na literatura como motivadores para a coprodução do bem público.

Após a análise dos itens, optou-se pela reescrita dos itens SOC1, SOC4, NATS1 e RELP1, conforme alteração abaixo.

Quadro 10: Itens reescritos para a segunda coleta de dados.

PRIMEIRO QUESTIONÁRIO		SEGUNDO QUESTIONÁRIO	
SOC1	Participo na prestação de serviços para não me sentir excluído da sociedade	SOC1	Participo para me sentir membro ativo na sociedade
SOC4	Fazer novas amizades é importante para minha participação	SOC4	Participo para fazer novas amizades
NATS1	Busco organizações que prestem serviços mais fáceis de realizar	NATS1	Procuo organizações que prestem serviços fáceis de realizar
RELP1	Participo dos serviços que tragam melhorias para a comunidade onde moro	RELP1	For importante para a comunidade onde moro

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Prosseguindo na execução deste passo, foi elaborado o segundo instrumento de coleta de dados que está detalhado no Apêndice F. O questionário foi elaborado utilizando-se a ferramenta *Google Forms*, e foi enviado por e-mail e pelo aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*. A coleta de dados da segunda amostragem foi realizada no período entre 12 de novembro e 14 de dezembro de 2019, com cidadãos que coproduzem serviços públicos mediante organizações da sociedade civil. Foram realizadas visitas em diversas organizações na cidade de João Pessoa e enviados e-mails para outras organizações, tanto da Paraíba quanto de outros estados.

Durante o período de coleta de dados, foram obtidas 174 respostas. Essa amostra margeia a quantidade de respondentes por item proposta por Costa (2011) que deve ser superior a 10 (dez) vezes o número de itens da escala. Ainda sobre tamanho adequado da amostra, pode-se considerar a quantidade de itens e respondentes sugeridos por Hair et al. (2009) de que o tamanho da amostra deve conter cinco vezes o número de itens. Assim, essa segunda amostra de 174 respondentes está adequada, uma vez que representa mais de nove vezes o número de respondentes por itens.

Realizados os trabalhos de campo adicionais, a pesquisa segue para o segundo procedimento de limpeza da escala.

4.1.8 Passo 8 - Procedimentos de limpeza da escala adicionais

Neste passo, os procedimentos foram aplicados sobre os dados da segunda amostra e em seguida realizadas as análises exploratórias preliminares, análise de correlação das variáveis e a análise fatorial confirmatória, conforme apresentadas a seguir.

4.1.8.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA PRELIMINAR

Após a segunda coleta de dados, as respostas foram exportadas para uma planilha em Excel, com a finalidade de verificar se alguma resposta precisava ser excluída. Inicialmente, a planilha apresentou 174 respostas e foi realizada uma verificação para identificar *missing values*. A análise, por meio do *Missing Value Analysis*, atestou a validade das 174 respostas. O quadro abaixo aponta a não incidência de dados perdidos.

Quadro 11: Missing Value Analysis – 2ª amostragem

ITEM	N	ITEM	N
AEF1	174	AEF2	174
AEF3	174	AEF4	174
SOC1	174	SOC2	174
SOC3	174	SOC4	174
NATS1	174	NATS2	174
NATS5	174	NATS6	174
NATS7	174	NATS8	174
RELP1	174	RELP3	174
RELP4	174	RELP5	174

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Ainda com relação à avaliação de entradas, foi analisado se algum item recebeu a mesma frequência de resposta e verificou-se que todos os itens tiveram resposta mínima 1 e máxima 10, o que demonstra que nenhum respondente marcou uma resposta única para os itens da escala. Tal procedimento serve também para detectar a não incidência de *outlier* nos dados, indicando que os itens são adequados com a pesquisa. Para conclusão da análise exploratória preliminar, foi realizada a extração das estatísticas descritivas convencionais, como: a média, o desvio padrão, assimetria e curtose das variáveis, conforme Apêndice H.

As médias apresentadas estão no intervalo da escala e não existem médias extremas, o que indicaria a exclusão do item. A menor média foi 6,01 do item NATS7 e a maior foi 9,00 para NATS2, indicando uma certa atenção para estes itens. Analisando o desvio padrão apresentado para os itens, não se verificou uma variação que possa indicar a exclusão de algum deles. Todos os itens apresentam alterações dentro dos limites aceitáveis pela literatura. Os valores de assimetria e curtose, que indicam a forma de distribuição dos dados nas variáveis, não apresentam distorções ou itens que possam ser excluídos.

4.1.8.2 DESCRIÇÃO GERAL DA AMOSTRA

A amostragem desta pesquisa foi não probabilística por conveniência e apresenta-se conforme a tabela 18. A amostra apresenta 174 cidadãos dos quais mais de 60% são do sexo feminino. Houve uma distribuição quase uniforme na faixa etária dos respondentes com maior número de participantes entre 30 e 40 anos.

No que se refere à variável escolaridade, todos os itens receberam respostas, porém o nível superior e a pós-graduação apresentaram percentuais bem próximos. Uniformidade também presente na variável renda familiar, com destaque para renda entre mil e três mil reais que apresenta percentual acima de 40%.

Tabela 18: Dados sociodemográficos da segunda amostra

SEXO	N	%
Feminino	107	61,50%
Masculino	67	38,50%
FAIXA ETÁRIA	N	%
Até 30 anos	38	21,80%
Acima de 30 até 40 anos	65	37,40%
Acima de 40 até 50 anos	37	21,30%
Acima de 50 anos	34	19,50%
ESCOLARIDADE	N	%
Fundamental Incompleto/Completo	5	2,90%
Médio Incompleto/Completo	28	16,10%
Superior Incompleto/Completo	72	41,40%
Pós-Graduação incompleta/Completa	69	39,70%
RENDIA FAMILIAR MENSAL	N	%
Até R\$1.000,00	35	20,10%
Acima de R\$1.000,00 até R\$3.000,00	72	41,40%

Acima de R\$3.000,00 até R\$5.000,00	39	22,40%
Acima de R\$5.000,00	28	16,10%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Com o objetivo de melhor caracterizar a amostra, foi perguntado a área de atuação da organização na qual o cidadão coproduzia. As respostas estão condensadas na tabela abaixo.

As áreas com maior número de participantes foram a saúde e a assistência social. Os homens apresentam maioria apenas nas áreas de assistência social (58,80%) e desenvolvimento e defesa de direitos (72,70%). Na variável faixa etária, os cidadãos com até 30 anos apresentam 50% dos atuantes na área de educação e pesquisa, enquanto na área de saúde, a maioria (40,70%) estão na faixa etária entre 30 e 40 anos.

Tabela 19: Área de atuação das organizações

Área de atuação	N	%
Assistência social	34	19,50%
Desenvolvimento e defesa de direitos	11	6,30%
Habitação	3	1,70%
Saúde	81	46,60%
Educação e pesquisa	16	9,20%
Cultura	17	9,80%
Meio ambiente	5	2,90%
Outra	7	4,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A variável “grau de escolaridade” que apresenta maior índice por área de atuação é Pós-Graduação incompleta/Completa, com 51,90% na saúde, e nível fundamental Incompleto/Completo apresenta ausência de resposta em várias áreas.

No que diz respeito á renda familiar mensal, houve uma distribuição equilibrada dos percentuais e o destaque fica para os 58,80% dos respondentes da área da cultura com renda até R\$ 1.000,00. Merece destaque, ainda, 31,30% dos respondentes da educação e pesquisa com renda familiar mensal acima de R\$ 5,000,00.

4.1.8.3 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO, CONSISTÊNCIA INTERNA E ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA E ANÁLISE FATORIAL CONFIRMATÓRIA.

Com o objetivo de realizar os procedimentos adicionais de limpeza da escala, foi feita a análise de correlação bivariada de Person, a análise de consistência interna e a análise fatorial exploratória e confirmatória dos itens da escala, sendo esta última realizada por dimensão.

A realização da extração das correlações bivariada de Person aponta a menor delas, 0,058, entre NATS2 “ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação” e NATS6 “exigir pouco esforço físico” e NATS6 e AEF1 “participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los”, o que demonstra certa atenção para o item NATS6.

Para a análise da consistência interna, foi extraído o alpha de Cronbach que indicou bom ajuste dos itens para medir a motivação para a coprodução. O índice foi de 0,921 e não aumenta com a exclusão de nenhum item. Continuando com a análise fatorial exploratória, foi obtida a variância extraída de 68,16% distribuídos em três fatores, o que aponta para a necessidade de analisar os itens por dimensão para o ajuste em quatro dimensões ou ratificação das três encontradas.

As cargas fatoriais foram extraídas utilizando o método da máxima verossimilhança (*Maximum Likelihood*) com os itens apresentando cargas fatoriais acima de 0,4 em pelo menos uma dimensão. No entanto, os itens SOC3 “a participação de outras pessoas na prestação do serviço é fundamental para que eu também participe” e SOC4 “participo para fazer novas amizades” apresentam cargas fatoriais muito similares em mais de uma dimensão. Também apresentaram cargas fatoriais similares em dois fatores os itens RELP1 “for importante para a comunidade onde moro” e RELP3 “for importante para mim”

Optou-se por não excluir itens após a segunda AFE, uma vez que as dimensões sociabilidade e relevância percebida ficariam com dois itens e inviabilizaria a realização da análise fatorial confirmatória (AFC), que é o próximo passo a ser realizado na limpeza adicional da escala.

4.1.8.4 ANÁLISE FATORIAL CONFIRMATÓRIA (AFC)

Após os procedimentos realizados no item anterior, foi realizada a AFC, utilizando o software R, pacote *Lavaan*. A AFC foi realizada por dimensão e ao final do procedimento é proposto o modelo ajustado da escala. A seguir são descritos os passos realizados na AFC.

Para realização da AFC, foram extraídas as medidas de GFI (**Índice de qualidade de ajuste**), CFI (**Índice de ajuste comparativo**) e TLI (**Índice de Tucker-Lewis**), RMSEA (**Raiz do erro quadrático médio de aproximação**) e χ^2/gl (qui-quadrado sobre grau de liberdade). Os índices utilizados nesta pesquisa são os listados no quadro 12.

Quadro 12: Critérios para exclusão de itens - AFC

MEDIDA	VALOR A SER CONSIDERADO
GFI	Maior que 0,900
CFI	Maior que 0,900
TLI	Maior que 0,900
RMSEA	Menor que 0,08
χ^2/gl	Menor que 5
Carga fatorial	Menor que 0.700
Variância explicada	Maior que 0.500

Fonte: Elaborado baseado em Marôco (2010) e Hair et. al. (2009).

A seguir, são apresentados os resultados da análise fatorial confirmatória por dimensão e ao final são apresentados os itens que farão parte da escala proposta, submetendo-os a validade de construto e confiabilidade.

4.1.8.4.1 Dimensão Autoeficácia

A AFC iniciou pela dimensão autoeficácia, que teve acrescida na análise o item NATS2 “ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação”, uma vez que este item já havia apresentado carga fatorial nesta dimensão por ocasião da AFE e houve a confirmação do item na dimensão por meio da AFC. Para o modelo ajustado, optou-se pela exclusão de AEF2 “participo porque os serviços prestados pelo Estado precisam de melhorias” por apresentar carga fatorial menor que 0,7.

Tabela 20: AFC dimensão autoeficácia

CÓDIGO	ITENS	CARGA FATORIAL
AEF1	Participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los	0,732
AEF2	Participo porque os serviços prestados pelo Estado precisam de melhorias	0,592
AEF3	Tenho competência para tomar decisões nas	0,829

AEF4	atividades que desenvolvo Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade				0,771
NATS2	Ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação				0,737
MEDIDAS FINAIS DA DIMENSÃO					
GFI 0.968	CFI 0.968	TLI 0.904	RMSEA 0.070	χ^2/gf 0.003	p value 0.000

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A dimensão apresenta medidas finais dentro dos padrões estabelecidos para a pesquisa com GFI, CFI e TLI acima de 0,900, o RMSEA inferior a 0,08 e o χ^2/gf inferior a 5. Apesar da dimensão não precisar de ajustes, para um melhor entendimento e ajuste final dos itens por ocasião da escala proposta, o item NATS2 passa a ter código AEF5.

Os itens da dimensão que apresentaram carga fatorial acima de 0,700 são AEF1, AEF3, AEF4 e AEF5 e apresentam características apontadas por Van Eijk e Steen (2014), que definem a eficácia como sendo o quanto os cidadãos se sentem ou não competentes para se engajar na coprodução. Logo, estes itens estão inseridos na definição anterior, uma vez que mensuram a “capacidade”, a “competência”, a “atuação” e “informações do serviço”. O item AEF2 parece não mensurar as características acima e foi excluído.

O estudo realizado por Van Eijk e Steen (2014) com cidadãos que participam de conselhos de usuários em organizações de saúde holandesas, aponta que os indivíduos que carregam alto em um dos fatores não parecem concordar explicitamente, nem discordar explicitamente da noção de que as competências são importantes para os indivíduos envolvidos na coprodução, enquanto nas entrevistas em grupo os sentimentos de competência pessoal foram discutidos como sendo impulsos relevantes para o engajamento. Contudo, os resultados do estudo não confirmaram a importância atribuída ao conceito de eficácia.

Outro estudo, este desenvolvido por Parrado et al. (2013), empregou métodos mistos para examinar determinantes e influências na coprodução de cidadãos em cinco países: Reino Unido, França, Alemanha, Dinamarca e República Tcheca. A pesquisa abarcou as áreas de segurança pública, meio ambiente e saúde e apontava correlações de coprodução com fatores demográficos (idade, gênero, educação e status de emprego), características da comunidade (urbana, não urbana), percepções de desempenho (se um bom trabalho está sendo feito pelo Estado) e autoeficácia, que seria o quanto os cidadãos acreditam que podem fazer.

O estudo aponta que a autoeficácia dos participantes no processo coprodutivo tem um impacto na coprodução dos serviços e é um determinante especialmente importante entre os

setores. Além disso, a autoeficácia parece estar ligada também ao bom desempenho dos governos na prestação de serviços.

No entanto, é importante alertar que a autoeficácia pode ser endógena, no sentido de que os níveis de coprodução existentes na sociedade podem influenciar o senso de autoeficácia dos cidadãos. Os resultados também fornecem evidências de que a coprodução é reforçada quando os governos fornecem informações ou envolvem os cidadãos em consultas.

Baseado no estudo desenvolvido por Parrado et al. (2013), os itens escolhidos para esta dimensão estão contribuindo para uma maior participação na coprodução.

4.1.8.4.2 Dimensão natureza do serviço

A dimensão natureza do serviço teve seu item NATS1 “busco organizações que prestem serviços mais fáceis de realizar” reescrito para “procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar”, uma vez que o item tem suporte teórico e apresentou comunalidade e carga fatorial baixas na AFE.

Na realização da AFC, todos os itens desta dimensão apresentaram carga fatorial satisfatória e medidas finais dentro dos limites estabelecidos para a pesquisa, indicando boa adequação dos itens.

Tabela 21: AFC dimensão natureza do serviço

CÓDIGO	ITENS	CARGA FATORIAL			
NATS1	Procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar	0,760			
NATS5	For realizado perto da comunidade onde moro	0,746			
NATS6	Exigir pouco esforço físico	0,929			
NATS7	Exigir pouco esforço mental	0,924			
NATS8	Eu tiver bastante tempo livre	0,816			
MEDIDAS FINAIS DA DIMENSÃO					
GFI	CFI	TLI	RMSEA	χ^2/gl	p value
0.974	0.989	0.978	0.004	0.033	0.000

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Um aspecto bastante importante para a coprodução do bem público é a questão de quão fácil é para os cidadãos se envolverem (VERSCHUERE; BRANDSEN; PESTOFF, 2012; PESTOFF, 2012; VAN EIJK; STEEN, 2014; VANLEENE; VERSCHUERE; VOETS, 2017). Pestoff (2012) aponta, entre outros aspectos importantes para a participação cidadã, a

facilidade em se envolver como aspecto motivacional para a coprodução do bem público. O autor coloca que esses aspectos circunstanciais estão relacionados ao tempo e esforço necessários para se envolver.

Tempo e esforço também foram aspectos estudados por Vanleene, Verschuere e Voets (2017) ao analisarem a hipótese de que “os cidadãos irão coproduzir mais quando perceberem que é fácil se envolver”. Dentre os aspectos analisados no estudo como sendo motivadores da coprodução do bem público, a facilidade de envolvimento foi aspecto com a segunda média entre 6 aspectos analisados. Apontando a validade da hipótese levantada no estudo.

Diante dos resultados apresentados nos estudos acima e pela análise dos itens da dimensão natureza do serviço, mostrou-se válida a iniciativa de reescrita de NATS1. Assim, todos os itens da dimensão apresentaram carga fatorial acima de 0,700 e não houve a exclusão de nenhum deles. O que indica que todos os itens estão medindo o mesmo construto ao serem analisados dentro da dimensão.

4.1.8.4.2 Dimensão sociabilidade

A dimensão sociabilidade apresentou na AFE índices abaixo dos estabelecidos para a pesquisa nos itens SOC1 e SOC4 e foi preciso a reescrita destes itens para que a dimensão apresentasse condições de ser analisada na AFC.

O item SOC1 “participo na prestação de serviços para não me sentir excluído da sociedade” foi para o segundo questionário com “participo para me sentir membro ativo na sociedade”. Enquanto o item SOC4 “fazer novas amizades é importante para minha participação” teve a reescrita para “participo para fazer novas amizades”. Após a reescrita dos itens, todos apresentaram cargas fatoriais satisfatórias e a dimensão parece ajustada ao modelo.

Tabela 22: AFC dimensão sociabilidade

CÓDIGO	ITENS	CARGA FATORIAL
SOC1	Participo para me sentir membro ativo na sociedade	0,705
SOC2	Prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo	0,759
SOC3	A participação de outras pessoas na prestação do serviço, é fundamental para que eu também participe	0,739
SOC4	Participo para fazer novas amizades	0,809

MEDIDAS FINAIS DA DIMENSÃO					
GFI	CFI	TLI	RMSEA	χ^2/gl	p value
1.000	1.000	1.023	0.009	0.999	0.000

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Para Alford (2002), a sociabilidade são as recompensas e prazeres que os cidadãos têm de se associarem com os outros. O autor aponta que a disposição dos cidadãos para participar está diretamente ligada ao seu desejo de pertencer, socializar, ser um membro de um grupo, ter um senso de identificação e ser bem visto, mas também a simples diversão e prazer de trabalhar juntos. Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012) apresentam que sociabilidade são incentivos sociais visando uma interação entre as pessoas, bem como o objetivo de obter sua aprovação ou evitar sua desaprovação.

Os itens desta dimensão foram baseados nesses conceitos e cabe destacar a opção pela reescrita de SOC1 “participo para me sentir membro ativo na sociedade” e SOC4 “participo para fazer novas amizades”, uma vez que estes itens apontavam para suas exclusões por ocasião da análise fatorial exploratória.

No entanto, estes itens são apontados como fortes motivadores para o engajamento do cidadão (ALFORD, 2009; CAVALCANTE, 2012; VANLEENE; VERSCHUERE; VOETS, 2017; VAN EIJK; STEEN, 2015; FLEDDERUS; HONINGH, 2016; THIJSSSEN; VAN DOOREN, 2016; UZOCHUKWU; THOMAS, 2018).

Estatisticamente, os itens apresentam índices dentro dos valores estabelecidos para a pesquisa e estão de acordo com Vanleene, Verschuere e Voets (2017), quando apontam que “os cidadãos coproduzem (mais) porque desejam pertencer e socializar”. Corroboram ainda com Van Eijk e Steen (2015) ao apontarem que os cidadãos aderem mais as motivações centradas na comunidade do que as centradas no “eu”. Ainda utilizando-se da teoria, tem-se o estudo de Cavalcante (2012), que aponta para a entrada e permanência do voluntário em uma organização para "fazer parte de um grupo" e "fazer novos amigos".

Diante do exposto, tem-se quatro itens de uma dimensão apontando para uma análise fatorial confirmatória ao serem analisados dentro da dimensão sociabilidade. Espera-se que esses itens continuem medindo o construto motivação para a coprodução do bem público, ao serem analisados conjuntamente com os das outras dimensões.

4.1.8.4.2 Dimensão relevância percebida

A última dimensão analisada na AFC é a relevância percebida, que, assim como a dimensão anterior, teve um item reescrito, trata-se do item RELP1, que inicialmente era “participo dos serviços que tragam melhorias para a comunidade onde moro” e passou a ser “participo do serviço se for importante para a comunidade onde moro”. Com exceção de RELP1(0,642), os demais itens da dimensão apresentaram carga fatorial satisfatória, conforme tabela 23.

Tabela 23: AFC dimensão relevância percebida

CÓDIGO	ITENS				CARGA FATORIAL
RELP1	For importante para a comunidade onde moro				0,642
RELP3	For importante para mim				0,703
RELP4	For importante para um familiar				0,971
RELP5	For importante para um amigo				0,937
MEDIDAS FINAIS DA DIMENSÃO					
GFI	CFI	TLI	RMSEA	χ^2/gl	p value
0.997	1.000	1.005	0.673	0.549	0.000

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A dimensão apresenta níveis aceitáveis de ajustamento, porém o valor do RMSEA (0,673) não indicou ajustamento aceitável da estrutura, visto que o valor está acima de 0,08; porém, merece atenção o destaque dado por Hair et al (2009) de que este coeficiente pode variar em modelos complexos, como é o caso do modelo que se pretende desenvolver nesta pesquisa.

A tentativa de ajustar o RMSEA foi realizada rodando nova análise fatorial confirmatória com os três itens restantes. No entanto, a AFC indicou a exclusão de RELP3 por carga fatorial abaixo do aceitável. Assim, optou-se pela manutenção dos três itens com base em Hair et al. (2009).

Os três itens restantes da dimensão “participo de um serviço ser for importante para mim”, “participo de um serviço ser for importante para um familiar” e “participo de um serviço ser for importante para um amigo” estão alinhados com a definição de Pestoff (2012), que aponta para a relevância dos serviços prestados. O autor observa que, provavelmente, os cidadãos irão coproduzir mais à medida que julga os serviços como importantes para o si ou para os membros da família.

Com o objetivo de investigar o que havia sido apontado por Pestoff (2012), Vanleene, Verschuere e Voets (2017) testaram a hipótese de que “os cidadãos coproduzirão mais quando perceberem que o projeto de coprodução é de importância duradoura para eles”. O estudo mostrou que quanto mais os serviços se apresentavam importantes para o cidadão ou seus entes queridos, mais o cidadão estava disposto a participar. Assim, optou-se pela escrita dos itens desta dimensão tomando-se por base este último estudo e apenas RELP1, que faz referência à comunidade, foi excluído.

O item RELP1 “participo do serviço se for importante para a comunidade onde moro foi escrito baseado em Thijssen e Van Dooren (2016), que analisaram os contextos de envolvimento com a comunidade e apontam que cidadãos têm maior probabilidade de coproduzir quando os serviços são importantes para sua comunidade.

Neste contexto, os cidadãos percebem que os serviços não estão sendo prestados de forma satisfatória ou enfrentam problemas e, assim, tornam-se conscientes de que podem contribuir para a solução desses problemas. No entanto, o item não teve carga fatorial satisfatória para se manter na dimensão.

Para finalizar o passo 8, faz-se necessário apresentar os itens que farão parte do passo 9 – análise da validade e confiabilidade da escala final. Após a realização da AFC para cada dimensão, foram excluídos os itens AEF2 “participo porque os serviços prestados pelo Estado precisam de melhorias” e RELP1 “participo do serviço se for importante para a comunidade onde moro” por apresentarem carga fatorial abaixo de 0,700.

O item NATS2 “ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação” foi analisado na dimensão autoeficácia (AEF5) por apresentar carga fatorial melhor que na dimensão natureza do serviço.

Após a exclusão de AEF2 e RELP1 e do agrupamento de NATS2, foram realizadas as análises de ajustes e discrepâncias no R (pacote Lavaan) com os demais itens. Os testes apresentaram necessidades de ajustes para obtenção dos índices estabelecidos na pesquisa, conforme tabela 24.

Tabela 24: Itens analisados conjuntamente na AFC

CÓDIGO	ITENS	CARGA FATORIAL	VARIÂNCIA EXPLICADA
AEF1	Participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los	0.709	0.503
AEF3	Tenho competência para tomar decisões nas	0.793	0.628

AEF4	atividades que desenvolvo Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade	0.816	0.667		
AEF5	Ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação	0.615	0.378		
NATS1	Procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar	0.768	0.590		
NATS5	For realizado perto da comunidade onde moro	0.763	0.583		
NATS6	Exigir pouco esforço físico	0.918	0.843		
NATS7	Exigir pouco esforço mental	0.915	0.838		
NATS8	Eu tiver bastante tempo livre	0.829	0.687		
SOC1	Participo para me sentir membro ativo na sociedade	0.737	0.543		
SOC2	Prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo	0,532	0.531		
SOC3	A participação de outras pessoas na prestação do serviço, é fundamental para que eu também participe	0.761	0.579		
SOC4	Participo para fazer novas amizades	0.786	0.618		
RELP3	For importante para mim	0.646	0.468		
RELP4	For importante para um familiar	0.972	0,945		
RELP5	For importante para um amigo	0.936	0.876		
MEDIDAS FINAIS					
GFI	CFI	TLI	RMSEA	χ^2/df	p value
0.746	0.820	0.786	0.135	0.000	0.000

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A análise fatorial confirmatória com os itens agrupados apresenta uma série de ajustes a serem realizados, seja por carga fatorial, variância explicada ou índices de ajustes para criação da escala. O GFI, CFI, TLI e RMSEA apresentam índices fora dos estabelecidos para a pesquisa, indicando que os itens analisados não formam uma escala ajustada para a mensuração da motivação para a coprodução do bem público.

O item AEF1 “participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los”, apresenta carga fatorial e nível de explicação do fenômeno muito próximo do limite estabelecido para a pesquisa e será excluído para uma nova rodada de AFC. Os itens AEF5 “ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação”, SOC2 “prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo” e RELP3 “for importante para mim” precisam ser excluídos por apresentarem cargas fatoriais abaixo de 0.700. O resultado após a exclusão dos citados itens é apresentado na tabela 25.

Tabela 25: Itens para validade e confiabilidade

CÓDIGO	ITENS	CARGA FATORIAL	VARIÂNCIA EXPLICADA		
AEF3	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo	0.850	0.723		
AEF4	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade	0.799	0.638		
NATS1	Procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar	0.769	0.591		
NATS5	For realizado perto da comunidade onde moro	0.761	0.579		
NATS6	Exigir pouco esforço físico	0.918	0.843		
NATS7	Exigir pouco esforço mental	0.917	0.841		
NATS8	Eu tiver bastante tempo livre	0.828	0.685		
SOC1	Participo para me sentir membro ativo na sociedade	0.720	0.519		
SOC3	A participação de outras pessoas na prestação do serviço, é fundamental para que eu também participe	0.766	0.587		
SOC4	Participo para fazer novas amizades	0.767	0.588		
RELP4	For importante para um familiar	0.949	0.900		
RELP5	For importante para um amigo	0.959	0.920		
MEDIDAS FINAIS DOS ITENS					
GFI	CFI	TLI	RMSEA	χ^2/gf	p value
0.900	0.928	0.905	0.077	0.000	0.000

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Após a exclusão de AEF1, AEF5, SOC2 e RELP3 os índices apresentaram valores dentro do estabelecido para a pesquisa, com o CFI (0.928), GFI (0.900), TLI (0.905), RMSEA (0.077) e χ^2/gf (0.000). Além dos índices de ajuste da escala apresentarem números dentro do estabelecido para a pesquisa. Todos os itens apresentam carga fatorial acima de 0.700 e nível de explicação do fenômeno superior a 0.500. Assim, esses itens serão submetidos à análise de validade e de confiabilidade para a criação da escala proposta nesta pesquisa.

4.1.9 Passo 9 - Análise de validade e de confiabilidade da escala final

Para Costa (2011), este passo pode ser considerado o mais relevante na construção de uma escala, uma vez que será dada a confirmação que o esforço de construção gerou uma escala com características de validade e confiabilidade. Foi realizada uma análise de validade de construto e o teste de confiabilidade dos itens da tabela 25.

A validação neste passo será mediante a validade convergente e discriminante. Na validade convergente foram analisadas as cargas fatoriais de todas as dimensões, enquanto na discriminante foram analisadas as variâncias extraídas. A confiabilidade da escala foi analisada mediante o *alpha* de Cronbach e o *ômega* de McDonald.

4.1.9.1 VALIDADE CONVERGENTE

Realiza-se a validade convergente para identificar o grau em que as medidas do mesmo construto são relacionadas e convergentes (HAIR et al., 2009; COSTA, 2011). A validade convergente aponta se os itens de uma escala possuem variância média extraída satisfatória dentro da dimensão. Para Hair et al. (2009), uma validade convergente adequada deve apresentar variância média extraída superior a 0,5. A tabela 26 apresenta os valores da variância média das dimensões.

Tabela 26: Validade convergente

	AUTOEFICÁCIA	NATUREZA DO SERVIÇO	SOCIABILIDADE	RELEVANCIA PERCEBIDA
AVEVAR	0.678	0.658	0.569	0.679

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A validade convergente para as dimensões propostas nesta pesquisa foi satisfeita, uma vez que todas as dimensões apresentaram variância média dos fatores com carga superior a 0,5. Como as dimensões não precisam de ajustes na validade convergente, serão apresentados os procedimentos para a validade discriminante.

4.1.9.2 VALIDADE DISCRIMINANTE

A validade discriminante serve para analisar o quanto um construto é diferente dos demais (HAIR et al., 2009). Para que se confirme a validade discriminante de uma escala, é necessário que a variância extraída em cada dimensão seja maior que o quadrado da correlação entre esta e as demais dimensões (FORNELL; LARCKER, 1981). A tabela 27 aponta as variâncias extraídas em cada dimensão.

Tabela 27: Validade discriminante

	AUTOEFICÁCIA	NATUREZA DO SERVIÇO	SOCIABILIDADE	RELEVANCIA PERCEBIDA
AUTOEFICÁCIA	0,823			
NATUREZA DO SERVIÇO	0,233	0,811		
SOCIABILIDADE	0,568	0,628	0,754	
RELEVANCIA PERCEBIDA	0,444	0,593	0,523	0,953

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Para análise da validade discriminante, comparam-se as variâncias extraídas para cada dimensão, valores destacados na diagonal na tabela 27, e as variâncias compartilhadas. As variâncias extraídas são obtidas por meio da raiz quadrada dos valores de *avevar* e precisam ser maiores que os valores para as variâncias compartilhadas entre a dimensão e as demais.

A dimensão que apresenta a menor variância extraída é sociabilidade com 0,754, mas todas as variâncias extraídas são superiores às variâncias compartilhadas entre as dimensões. Assim, as dimensões apresentam validade discriminante.

Os itens selecionados para a validade convergente e discriminante apresentaram níveis estabelecidos para ambas validades, restando apenas a confiabilidade para que se tenha a escala final proposta na pesquisa.

4.1.9.2 CONFIABILIDADE DA ESCALA

A confiabilidade de uma escala pode ser entendida como a proporção de variância que se atribui ao verdadeiro escore da variável latente (DEVELLIS, 2003). A confiabilidade dos itens e das dimensões foram realizadas durante os passos anteriores, porém Costa (2011) alerta para a necessidade de realizar o teste no conjunto final de itens para que a escala possa ser considerada confiável em termos de consistência interna.

Para verificação da consistência interna das dimensões, foi extraído o *alpha* de Cronbach e *ômega* de McDonald. A tabela 28 apresenta os valores correspondentes.

Tabela 28: Confiabilidade da escala

	AUTOEFICÁCIA	NATUREZA DO SERVIÇO	SOCIABILIDADE	RELEVANCIA PERCEBIDA
<i>Alpha</i>	0.810	0.889	0.792	0.952
<i>ômega</i>	0.807	0.910	0.796	0.945

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Objetivando reforçar a confiabilidade das dimensões, foi extraído o *ômega* de McDonald, este coeficiente baseia-se na proporção da variância comum em um teste e pode ser calculado utilizando-se rotina desenvolvida no software R. Ao passo que ambos os testes apresentam valores superiores a 0,7, pode-se dizer que a escala apresenta confiabilidade. Após a realização dos procedimentos de validação e confiabilidade, a escala para motivação da coprodução do bem público é apresentada, em sua versão final, no quadro 13. A escala é composta de 4 dimensões e 12 itens.

Quadro 13: Escala para motivação da coprodução do bem público

DIMENSÃO	ITENS
AUTOEFICÁCIA	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo
AUTOEFICÁCIA	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade
NATUREZA DO SERVIÇO	Procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar
NATUREZA DO SERVIÇO	For realizado perto da comunidade onde moro
NATUREZA DO SERVIÇO	Exigir pouco esforço físico
NATUREZA DO SERVIÇO	Exigir pouco esforço mental
NATUREZA DO SERVIÇO	Eu tiver bastante tempo livre
SOCIABILIDADE	Participo para me sentir membro ativo na sociedade
SOCIABILIDADE	A participação de outras pessoas na prestação do serviço, é fundamental para que eu também participe
SOCIABILIDADE	Participo para fazer novas amizades
RELEVÂNCIA PERCEBIDA	For importante para um familiar
RELEVÂNCIA PERCEBIDA	For importante para um amigo

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A escala inicial era composta de 27 itens enquanto a final tem 12 deles. A primeira versão constava de cinco dimensões, porém a dimensão “recompensas” teve todos os seus itens excluídos. A dimensão “autoeficácia”, restou com dois itens “tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo” e “minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade”. Estes itens corroboram com a literatura, versando sobre

competência e o quanto o cidadão sente que pode fazer a diferença (VAN EIJK; STEEN, 2016; VAN EIJK; STEEN; VERSCHUERE, 2017; FLEDDERUS, 2015).

A exclusão do item AEF1 “participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los”, apenas na última rodada da análise fatorial confirmatória pode indicar uma dúvida no respondente entre competência (conhecimento) e capacidade (aptidão). Enquanto o item AEF5 “ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação”, que na escala inicial era da dimensão “natureza do serviço”, desde a análise fatorial exploratória carregou na dimensão “autoeficácia”. O item foi mantido até a análise fatorial confirmatória por ser destacado por Pestoff (2012) e Parrado et al. (2013) como propulsor da participação. O que não se confirmou nesta pesquisa.

A dimensão “natureza do serviço” é que apresenta o maior número de itens na escala, versando sobre a facilidade para prestar determinado serviço, seja por esforço ou distância de sua moradia. Aspectos esses abordados em vários estudos sobre coprodução (BOVAIRD et al., 2016; VAN EIJK; STEEN; VERSCHUERE, 2017; UZOCHUKWU; THOMAS, 2018).

O item NATS1 “busco organizações que prestem serviços mais fáceis de realizar”, que havia sido excluído por ocasião da análise fatorial exploratória, foi reescrito para “procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar”. A reescrita do item fez com que ele apresentasse índices satisfatórios na análise fatorial confirmatória e fizesse parte da escala final.

Para a análise fatorial confirmatória da dimensão sociabilidade, foi necessário reescrever os itens SOC1 “participo para me sentir membro ativo na sociedade” e SOC4 “Participo para fazer novas amizades” na tentativa de deixá-los na escala final. Após o segundo questionário, com os itens reescritos, eles apresentaram índices satisfatórios para a pesquisa. Destaca-se o item SOC2 “prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo”. Este item apresentou todos os índices estabelecidos ao longo da pesquisa, porém precisou ser excluído para ajustes dos índices durante a análise fatorial confirmatória.

A coprodução em grupo é abordada por muitos estudos (BRUDNEY; ENGLAND, 1983; OSTROM, 2000; PESTOFF, 2012; ALFORD, 2012; BOVAIRD et al., 2012; PARRADO et al., 2013; ALFORD; YATES, 2015; LOEFFLER et al., 2008), alguns apontando vantagens e outros desvantagens. Assim, a exclusão do item da escala proposta pode levar a um entendimento de que a maioria das atividades são realizadas em grupo, mas que este aspecto parece indiferente como motivador da coprodução do bem público.

A última dimensão da escala para a coprodução do bem público é a relevância percebida com dois itens. A dimensão abordou a importância que o serviço prestado tem para a comunidade, familiares e amigos (ALFORD, 2002; PETUKIENE; TIJUNAITIENE; DAMKUVIENE, 2012; THIJSEN; VAN DOOREN, 2016; FLEDDERUS; HONINGH, 2016).

O item RELP1 “participo do serviço se for importante para a comunidade onde moro” foi excluído por ocasião da análise fatorial confirmatória, enquanto RELP3 “participo do serviço se for importante para mim” foi excluído no ajustamento final da escala.

4.1.10 Passo 10 - Desenvolvimento de normas e recomendações

A escala de motivação para a coprodução do bem público deve ser utilizada para mensurar os aspectos que motivam o cidadão brasileiro a coproduzir mediante organizações da sociedade civil. Porém, poderá ser utilizada para mensurar a motivação de cidadãos nas diversas formas de coprodução. A escala poderá, ainda, sofrer adaptações e ser aplicada em diversos contextos de participação cidadã, sendo aplicada de forma eletrônica ou impressa.

Cabe ressaltar que os cidadãos, respondentes, precisam ser alfabetizados para conseguirem ler e responder à pesquisa. Caso não sejam, o pesquisador deverá providenciar um auxiliar para ler as perguntas e poder marcar a resposta fornecida pelo respondente. O tempo médio de resposta da pesquisa é de 5 minutos. Enfatizamos que Costa (2011) alerta para a não utilização de escalas juntas que possam gerar muitos itens, pois tenderá a tornar-se cansativo e o respondente poderá ficar sem disposição para as respostas.

Para aplicação da escala, Costa (2011) recomenda que o conjunto de itens seja disposto no questionário de forma aleatória evitando associações entre as variáveis, de preferência não mais que 10 itens por seção, para evitar descontinuidade nas respostas ou enviar a pesquisa. Por fim, é importante destacar que as escalas precisam passar por outros métodos de validação, em diferentes contextos e com amostras diversificadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a contribuir com o campo da motivação para a coprodução do bem público, apresentando uma resposta para o seguinte questionamento: Como mensurar os aspectos que motivam o cidadão a participar na coprodução do bem público por meio das organizações da sociedade civil?

Para que houvesse uma resposta satisfatória, foi delimitado como objetivo principal a construção de uma escala para mensuração dos aspectos que motivam o cidadão a participar na coprodução do bem público por meio das organizações da sociedade civil. Porém, para alcançar o objetivo principal, foram elencados objetivos específicos, que serão abordados a seguir.

O primeiro objetivo específico da pesquisa buscou identificar os aspectos que motivam o cidadão a participar da coprodução do bem público por meio das organizações da sociedade civil. Este objetivo foi alcançado com a realização da revisão integrativa da literatura. A revisão pode ser acessada no Apêndice A desta pesquisa.

Por meio da revisão, foi possível identificar alguns aspectos que motivam o cidadão a se engajar na coprodução. Dentre eles, destacam-se: autoeficácia, confiança no provedor do serviço, fatores sociopsicológicos, incentivos solidários, informações sobre o serviço, motivações centradas na comunidade, motivações egocêntricas, recompensas intrínsecas e relevância do serviço.

Tomando-se por base os estudos abordados na revisão e os aspectos neles citados, foram formulados itens com a finalidade de construção da escala. Na escala proposta nesta pesquisa, é possível identificar dimensões com itens apontados na revisão integrativa como facilitadores da participação cidadã, assim como a não incidência de itens apontados como motivadores em alguns estudos.

O segundo objetivo específico visava traçar o perfil do cidadão que coproduz por meio das organizações da sociedade civil. A segunda amostra da pesquisa foi composta por cidadãos com tais características. A amostra foi composta por 174 respondentes, dos quais 107 (61,50%) são do sexo feminino e 67 (38,50%) do sexo masculino. Estes percentuais corroboram com os estudos de Pestoff (2006), Parrado et al. (2013), Alford e Yates (2015) e Vanleene, Verschueren e Voets (2017), ao apontar que as mulheres têm mais propensão a se envolverem na coprodução. Outro aspecto abordado no perfil do cidadão foi a faixa etária.

Esta teve distribuição quase uniforme em três faixas, porém a faixa entre 30 e 40 anos com 65 respondentes, que corresponde a 37,40%, teve quase o dobro das demais.

A variável “idade” poderá ser importante na seleção e permanência do voluntário que vai participar na prestação de serviços. A escala proposta nesta pesquisa apresenta itens que dizem respeito a esforços e isto pode indicar uma barreira na participação de cidadãos de faixa etária mais elevada.

Outra variável analisada foi a escolaridade. Os respondentes com nível superior 72 (41,40%) e pós-graduação 69 (39,70%) apresentaram os maiores percentuais, porém com diferença pouco significativa. Apesar da escala não apresentar itens que necessitem de maior ou menor grau de escolaridade, é importante para os gestores saberem que podem contar com cidadãos com uma certa capacidade interpretativa e explicativa.

Analisando a variável faixa etária e área de atuação, os cidadãos com até 30 anos somam 8 respondentes e apresentam 50% dos atuantes na área de educação e pesquisa, enquanto na área de saúde, são 33 respondentes (40,70%) na faixa etária entre 30 e 40 anos. Destaque para 14 respondentes (17,30%) na faixa etária acima dos 50 anos, integrantes de organizações de saúde. Este cruzamento de informações pode ser importante para a tomada de decisões dos gestores, analisando qual faixa etária se identifica mais com qual organização da sociedade civil.

O terceiro objetivo específico foi alcançado com a validação da escala de motivação para coprodução do bem público. Este objetivo é relevante ao passo que confirma que foi gerada uma escala com características de validade. A validade convergente mostra variâncias extraídas com índices bem próximos por dimensão. Enquanto a validade discriminante apresentou o quanto as dimensões são diferentes umas das outras, conforme esperado na pesquisa.

Diante do exposto, os objetivos específicos da pesquisa foram alcançados e deram suporte para o objetivo geral. O objetivo geral da pesquisa foi atingido ao passo que foi construída a escala proposta, conforme quadro 13.

O instrumento inicial contava com 27 itens e cinco dimensões e a versão final da escala tem 12 itens, distribuídos em 4 dimensões. Para a construção da escala, foi preciso seguir as dicas de Costa (2011) para a segunda amostragem. Por tratar-se de amostragem diferente da primeira e como os itens são apontados como relevantes na literatura, vale a pena o esforço em sua reescrita ou reaplicação na segunda amostragem.

Assim foi feito com o item NATS1 “procuro organizações que prestem serviços fáceis de realizar” que foi reescrito e inserido na escala, enquanto o item RELP1 “participo se o serviço for importante para a comunidade onde moro” é apontado como relevante na literatura, foi reescrito e não aparece na escala.

Diante do que foi apresentado, a principal contribuição deste trabalho é seu ineditismo em construir uma escala de motivação para a coprodução do bem público no contexto brasileiro, baseada em modelos aplicados na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, inexistem trabalhos voltados para a motivação do cidadão em coproduzir e esta pesquisa poderá ser o primeiro passo nesse sentido.

Outra contribuição da pesquisa é poder informar aos gestores sobre as estratégias de incentivos a serem utilizadas com a finalidade de aumentar a participação dos cidadãos na prestação de serviços públicos, uma vez que eles saberão quais aspectos motivam o cidadão a participar.

Como existem diferentes perspectivas sobre o engajamento do cidadão na coprodução, as organizações da sociedade civil e o Estado precisam de um instrumento capaz de identificar os aspectos motivacionais para que possam selecionar os cidadãos e fazer com estes permaneçam na atividade coprodutiva.

A escala construída neste estudo pode facilitar a implementação do processo de coprodução, por refletir aspectos motivacionais do cidadão brasileiro e apontar que não há um modelo ou formato único para as diferentes formas de coprodução. Com isso, o gestor deve adotar diferentes estratégias destinadas ao envolvimento dos cidadãos.

A escala apresenta quatro dimensões bem variadas e que podem ser utilizadas juntas ou isoladas. Uma determinada organização pode centrar suas atenções para a dimensão “natureza do serviço”, enquanto outra pode usar os itens de “sociabilidade”. Esta pesquisa aponta, por exemplo, uma maior participação das mulheres nas organizações da sociedade civil pesquisadas e isso pode ser um fator importante para os gestores por ocasião da seleção de cidadãos dispostos a se engajarem na prestação de serviços públicos. A pesquisa aponta ainda para uma maior participação de cidadãos na faixa etária entre 30 e 40 anos, que pode ser outra variável útil aos gestores por ocasião de implementação de processo coprodutivo nas organizações.

Além de implicações práticas, este estudo apresenta implicações teóricas. A primeira implicação teórica é tentar preencher a lacuna apontada por Van Eijk e Steen (2014) ao

realizar o estudo apenas em organizações de saúde. Os autores sugerem uma pesquisa sobre motivação, realizada com diferentes organizações e diferentes formas de coprodução.

Este estudo preenche a lacuna apresentada, uma vez que tiveram respondentes da área de assistência social, desenvolvimento e defesa de direitos, habitação, saúde, educação e pesquisa, cultura e meio ambiente. Essas aéreas foram escolhidas por serem as mais representativas no estado de acordo com o mapa das organizações civis da Paraíba e por suas características apontadas por Caldas et al. (2019).

Além de analisar a motivação para a coprodução do bem público em diversas áreas das organizações da sociedade e com diferentes formas de coprodução, o estudo aponta para uma escala com 12 itens em quatro dimensões, abordando diversos aspectos motivacionais dos cidadãos que coproduzem. Assim, a escala poderá ser útil em estudos futuros sobre motivação para a coprodução do bem público.

Por fim, a construção da escala poderá auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas vinculadas ao Grupo de Estudos do Terceiro Setor da Universidade Federal da Paraíba – GETS/UFPB.

A pesquisa, embora tenha cumprido o seu objetivo norteador, apresenta ainda algumas limitações. A primeira delas é não poder afirmar que a amostra da pesquisa é composta por cidadãos que coproduzem nas organizações da sociedade civil, devido ao método de coleta de dados. No entanto, foi feito um esforço por parte do pesquisador para que os questionários fossem respondidos apenas por estes cidadãos. Foram realizadas visitas e passados os questionários para os dirigentes da organização para que esses pudessem enviar para os demais integrantes. Não obstante, pela forma eletrônica de coleta de dados, não há como se certificar de que todos os 174 respondentes, de fato, participem das organizações.

Outra limitação da pesquisa pode ser apontada como a ausência de voluntários nas organizações da sociedade civil visitadas pelo pesquisador. Algumas organizações, inclusive, sem nenhum voluntário, o que impossibilitou a pesquisa naquelas organizações. Muitas organizações estão participando de editais e conseguindo verbas para contratarem trabalhadores e isso faz com que o número de voluntários seja reduzido.

Aponta-se ainda, como limitação, a aplicação da pesquisa por meio eletrônico. Ficou claro em algumas situações que os respondentes não tinham habilidade suficiente para responder a pesquisa por meio de celular ou de computador. Acredita-se que alguns cidadãos deixaram de responder a pesquisa devido à forma de coleta de dados, fazendo diminuir a amostra da pesquisa.

Como sugestão de novos estudos, pode-se apontar uma pesquisa para identificar os efeitos da coprodução individual e em grupo. Por ocasião da análise fatorial confirmatória, o item SOC2 “prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo” foi excluído e ficou fora da escala. No entanto, os serviços realizados em grupo são abordados em diversos estudos sobre a coprodução do bem público (BRUDNEY; ENGLAND, 1983; OSTROM, 2000; LOEFFLER et al., 2008; BOVAIRD et al., 2012; PARRADO et al., 2013). A pesquisa poderia esclarecer quais serviços os cidadãos preferem prestar individualmente ou em grupo.

A amostra da pesquisa foi composta de 174 respondentes dos quais 107 (61,50%) são do sexo feminino. As mulheres também apresentaram maioria nos estudos de Pestoff (2006), Alford e Yates (2015) e Vanleene, Verschuere e Voets (2017). Dessa forma, estudos futuros podem ser realizados apenas com participantes do sexo feminino para identificar suas motivações. O resultado trará contribuições teóricas e empíricas. Apenas sabemos que as mulheres participam mais, mas qual o motivo?

A realização de uma pesquisa qualitativa sobre as motivações para a coprodução pode inserir os itens “ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação” e “participo do serviço se for importante para mim”, uma vez que estes itens são apontados pela literatura sobre coprodução, como motivadores para a participação cidadã e foram excluídos por ocasião da análise fatorial confirmatória.

Aponta-se, ainda, como sugestão de novos estudos, a realização de uma pesquisa para testar a validade da escala sobre motivação da coprodução do bem público em uma organização da sociedade civil de uma área específica.

Para concluir, cabe ressaltar que esta pesquisa surgiu da inquietação de estudar aquelas pessoas que “fazem a diferença” na prestação de serviços públicos e contribuem para uma sociedade melhor, não esperando apenas pelo poder público. Espera-se que o estudo possa ser um passo inicial na ampliação do conhecimento sobre a motivação para a coprodução do bem público no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGE, L. M.; SCHOMMER, P. C. Coprodução de Serviço de Vigilância Sanitária: Certificação e Classificação de Restaurantes. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 3, p. 413-434, 2017.

ALFORD, J. Why do public-sector clients coproduce? Toward a contingency theory. **Administration & Society**, v. 34, n. 1, p. 32-56, 2002.

ALFORD, J. **Engaging Public Sector Clients: From Service Delivery to Co-production**. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009.

ALFORD, J.; YATES, S. Co-Production of Public Services in Australia: The Rules of Government Organizations and Co-Producers. **Australian Journal of Public Administration**, v. 75, n. 2, p. 159-175, 2015.

ALVES, M. A. Terceiro Setor: as Origens do Conceito. In: **Anais do XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**. Salvador: ANPAD 2002, pp. 1-15.

ARNSTEIN. S. R., Uma escada da participação cidadã. Participe. **Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação**, v. 2, n. 2, p. 4-13, 2002.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-46, 2008.

BLUMENAU. **Programa pavimentação**. Disponível em <www.blumenau.sc.gov.br>. Acesso em 03 jul. 2019.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BOVAIRD, T. Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services. **Public Administration Review**, v. 67, n. 5, p. 846-60, 2007.

BOVAIRD, T. et al. Activating citizens to participate in collective co-production of public services. **Journal of Social Policy**, v. 44, n. 1, p. 1-23, 2015.

BOVAIRD, T. et al. Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK. **International Review of Administrative Sciences**, v. 82, n. 1, p. 47-68, 2016.

BOVAIRD, T.; VAN RYZIN, G.; LOEFFLER, E.; PARRADO, S. Influences on collective coproduction of public services: Which citizens most participate in complex governance mechanisms? **Paper presented to STAD Conference**, Nijmegen, 2012.

BRAGA, A. M. C.; SANTO, I. S. E. Coprodução na Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente: Quando a Necessidade Local é Propulsora de Envolvimento. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 2, p. 66-78, 2018.

BRANDSEN, T.; HONINGH, M. Distinguishing different types of coproduction: a conceptual analysis based on the classical definitions. **Public Administration Review**, v. 76, n. 3, p. 427-435, 2016.

BRANDSEN, T.; PESTOFF, V. Co-production, the third sector and the delivery of public services: an introduction. **Public Management Review**, v. 8, n. 4, p. 493-501, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 03 mar. 2019.

BRUDNEY, J. L.; ENGLAND, R. E. Toward a definition of coproduction concept. **Public Administration Review**, v. 43, n. 1, p. 59-65, 1983.

CALDAS, P.; AMORIM, A.; DO VALE, S.; CAVALCANTE, C.; DIAS, T. De onde vim? Para onde vou? O terceiro Setor em João Pessoa/PB. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 46, p. 333-356, 2019.

CAVALCANTE, C. E. **Motivação no trabalho voluntário**: Expectativas e motivos na Pastoral da Criança. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasil. Tese de Doutorado em Administração. 2012.

CEPIKU, D.; GIORDANO, F. Co-production in developing countries: insights from the community health workers experience. **Public Management Review**, v. 16, n. 3, p. 317-340, 2014.

CHAEBO, G.; MEDEIROS, J. J. Participação Direta em Coprodução é Democrática? Controle Vetorial da Dengue em Campo Grande – MS. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 71, p. 3-22, 2017.

CHURCHILL, G. A. A paradigm for developing better measures of marketing constructs. **Journal of Marketing Research**, v. 16, n.1, p. 64-73, 1979.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em Administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

DEVELLIS, R. F. Scale development: theory and applications. **London: Sage Publications, Inc.** 2 ed., 2003.

EVERS, A. Part of the welfare mix: the third sector as an intermediate area. **New York, Voluntás**, v. 6, n. 2, p. 159-182, 1995.

FERNANDES, R, C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Relume-Dumará, 1994.

FLEDDERUS, J. Does user co-production of public service delivery increase satisfaction and trust? Evidence from a vignette experiment. **International Journal of Public Administration**, v. 38, n. 9, p. 642-653, 2015

FLEDDERUS, J.; BRANDSEN, T; HONINGH, M. User co-production of public service delivery: An Uncertainty approach. **Public Policy and Administration**, v. 30, n. 2, p. 145-164, 2015.

FLEDDERUS, J.; HONINGH, M. Why people co-produce within activation services: the necessity of motivation and trust - and investigation of selection biases in a municipal activation programme in the Netherlands. **International Review of Administrative Sciences**, v. 82, n. 1, p. 69-87, 2016.

FORNELL, C.; LARCKER, D. F. Evaluating Structural Equation Models with Unobservable Variables and Measurement Error. **Journal of Marketing Research**, v.23, p.39-50, 1986.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GOVINT. **Participatory Budgeting in the city of Recife, Brazil - the world's most participative public agency?** Disponível em: <www.govint.org>. Acesso em 03 jul. 2019.

HAIR, J. F., BLACK, W. C., BABIN, B. J., ANDERSON, R. E., TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6 edição, Porto Alegre, Bookman Editora, 2009.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa das organizações da sociedade civil**. Disponível em: <www.mapaosc.ipea.gov.br>. Acesso em 21 jun. 2019.

JOÃO PESSOA. **Centro de vigilância ambiental e zoonoses**. Disponível em <www.joaopessoa.pb.gov.br>. Acesso em 03 jul. 2019.

KISER, L.; PERCY, S. L. The concept of coproduction and its implications for public service delivery. San Francisco: **Workshop in Political Theory and Policy Analysis**, 1980.

KLEIN JR., V. H.; SALM, J. F.; HEIDEMANN, F.; MENEGASSO, M. E. Participação e coprodução em política habitacional: estudo de um programa de construção de moradias em SC. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 25-47, 2012.

LANDIM, L. **Para além do Mercado e do Estado: filantropia e Cidadania no Brasil**. ISER: Rio de Janeiro, 1993.

LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.

LOEFFLER, E. et al. **'If You Want to Go Fast, Walk Alone. If You Want to Go Far, Walk Together'**: Citizens and the Co-Production of Public Services. Paris: French Ministry of the Treasury, Public Accounts and Civil Service, on Behalf of the Presidency of the EU, 2008.

MARÔCO, J. **Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações**. Report Number, Lda, 2010.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p 758-764, 2008.

O'BRIEN, D. T. et al. Uncharted Territoriality in Coproduction: The Motivations for 311 Reporting. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 27, n. 2, p. 320-335, 2017.

OSTROM, E. Crossing the Great Divide: Co-production, Synergy and Development. **World Development**, v. 6, n. 1, p. 1073-1087, 1996.

OSTROM, E. Collective action and the evolution of social norms. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 3, p. 137–158, 2000.

PARKS, R. B. et al. Consumers as co-producers of public services: Some institutional and Economic considerations. **Policy Studies Journal**, v. 9, n. 7, p. 1001-1011, 1981.

PARRADO et al. Correlates of co-production: Evidence from a five-nation survey of citizens. **International Public Management Journal**, v. 16, n. 1, p. 85-112, 2013.

PESTOFF, V. Citizens and co-production of welfare services. **Public Management Review**, v. 8, n. 6, p. 503-519, 2006.

PESTOFF, V. Co-production and third sector social services in Europe: Some concepts and evidence. **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 23, n. 4, p. 1102-1118, 2012.

PESTOFF, V. Hybridity, Co-production and Third Sector Social Services in Europe. **American Behavioral Scientists**, v. 58, n. 11, p.1412–1424, 2014.

PESTOFF, V., BRANDSEN, T., VERSCHUERE, B. **New public governance, the third sector and co-production**. London: Routledge, 2012.

PETUKIENE, E.; TIJANAITIENE,.; DAMUKUVIENE, M. Participation of Clients in Public Services: the Aspect of Motivating. **Engineering Economics**, v. 23, n. 3, p. 301-309, 2012.

PROERD. **O que é PROERD?** Disponível em <www.proerdbrasil.com.br>. Acesso em 03 jul. 2019

RIBEIRO, A. C.; ANDION, C.; BURIGO, F. Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 119-140, 2015.

ROCHA, A. C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D. M. Transparência como Elemento da Coprodução na Pavimentação de Vias Públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 78, p. 1-22, 2019.

RONCONI, L. F. A.; DEBETIR, E.; MATTIA, C. Conselhos Gestores de Políticas Públicas: potenciais espaços para a coprodução dos serviços públicos. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 14, n. 3, p. 46-59, 2011.

ROSSITER, J. R. The C-OAR-SE procedure for scale development in marketing. **International Journal of Research in Marketing**, v. 19, n. 4, p. 305-335, 2002.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Social origins of civil society: Explaining the nonprofit sector cross-nationally. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 9, n. 3, p. 213-248, 1998.

SALM, J. F. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 42-44, 2014.

SALM, J.F. e MENEGASSO, M.E. Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação. XXXIV Encontro Científico de Administração da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD. Rio de Janeiro: Anais, CD-ROM, 2010.

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E.; RIBEIRO, R. M. Co-produção do bem público e o desenvolvimento da cidadania: o caso do Proerd em Santa Catarina. **Revista Alcance**, v. 14, n. 2, p. 231-246, 2007.

SANTA CATARINA. **Conceito de polícia comunitária**. Disponível em <www.ssp.sc.gov.br>. Acesso em 03 jul. 2019.

SCHOMMER, P. C.; NUNES, J. T.; MORAES, R. L. Accountability, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal. Brasília: **EAGU**, Ano IV, n. 18, p. 229-58, 2012.

SCHOMMER, P.C.; ANDION, C.; PINHEIRO, D.M.; SPANIOL, E.L.; SERAFIM, M.C. Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In: SCHOMMER, P.C.; BOULLOSA, R.F. **Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis: Udesc Editora, Coleção Enapegs, v. 5, p. 31-70, 2011.

SHARP, E. Toward a new understanding of urban services and citizen participation: The co-production concept. **Midwest Review of Public Administration**, v. 14, p. 105-118, 1980

SILVA, A.G. Fundações comunitárias como promotoras de coprodução do bem público: o caso do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICom). Florianópolis, UDESC/ESAG, **Dissertação de mestrado**, 2011.

SILVA, F. A.; KNOLL, A.; MORETTO NETO, L. A coprodução de serviço público na reciclagem de resíduos sólidos: estudo no município de Florianópolis. RACEF – **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 7, n. 3, p. 64-76, 2016.

SOARES, G. F.; FARIAS, J. S. Com Quem a Escola Pode Contar? A Coprodução do Ensino Fundamental Público por Familiares de Estudantes. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, p. 310-330, 2019.

SUNDEEN, R.A. Explaining Participation in Co-production – a Study of Volunteers. **Social Science Quarterly**, v. 69, n. 3, p. 547–68, 1988.

TENÓRIO, F.G.; COSTA, F.L. Bases conceituais e metodológicas para o estudo da participação cidadã na gestão pública: entre práticas e representações sociais. **Cadernos EBAP**, Rio de Janeiro, n° 93, mar. 1999.

THIJSEN, P.; VAN DOOREN, W. Who you are/where you live: do neighborhood characteristics explain co-production? **International Review of Administrative Sciences**, v. 82, n. 1, p. 88-109, 2016.

TÔNURIST, P.; SURVA, L. Is volunteering always voluntary? Between compulsion and coercion in co-production. **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 28, n. 1, p. 223-247, 2017.

TUURNAS, S. Looking beyond the simplistic ideals of participatory projects: fostering effective co-production? **International Journal of Public Administration**, v. 39, p. 1077-1087, 2016.

UZOCHUKWU, K.; THOMAS, J. C. Who Engages in the Coproduction of Local Public Services and Why? The Case of Atlanta, Georgia. **Public Administration Review**, v. 78, n. 4, p. 514-526, 2018.

VAMSTAD, J. Governing welfare: the third sector and the challenges to the Swedish welfare State. Ostersund: **Ph.D. Thesis**, 2007.

VAN EIJK, C.; GASCÓ M. Unravelling the Co-Producers. Who are They and What Motivations do They Have? In: Brandsen T., Verschuere B., Steen T. (Eds.) **Co-production and Co-creation: Engaging citizens in public services**. New York: Routledge, p. 63-76, 2018.

VAN EIJK, C.; STEEN, T. Why People Co-Produce: Analyzing Citizens Perceptions on Co-Planning Engagement in Health Care Services. **Public Management Review**, v. 16, n. 3, p. 358-382, 2014.

VAN EIJK, C.; STEEN, T. Why engage in co-production of public services? Mixing theory and empirical evidence. **International Review of Administrative Sciences**, v. 82, n. 1, p.28-46, 2016.

VAN EIJK, C.; STEEN, T.; VERSCHUERE, B. Co-producing safety in the local community: A Q-Methodology Study on the Incentives of Belgian and Dutch Members of neighborhood watch schemes. **Local Government Studies**, v. 43, n. 3, p. 323-343, 2017.

VERSCHUERE, B.; BRANDESEN, T.; PESTOFF, V. Co-production: The State of the Art in Research and the Future Agenda. **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 23, n. 4, p. 1083-1101, 2012.

VANLEENE, D.; VOETS, J.; VERSCHUERE, B. Co-producing a Nicer Neighbourhood: Why do People Participate in Local Community Development Projects? **Lex Localis**, v. 15, n. 1, p. 111-132, 2017.

WHITAKER, G. P. Coproduction: citizen participation in service delivery. **Public Administration Review**, v. 40, p. 240-246, 1980.

APÊNDICE A – Revisão Integrativa da Literatura

A revisão integrativa é um método classificado como uma revisão bibliográfica sistemática. Ela tem por finalidade reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre uma área de estudo ou tema delimitado, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento, identificação de lacunas e reflexões sobre a realização de futuros estudos. (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011; MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Tomando por base estas características, realizamos uma revisão integrativa com o objetivo de definição do construto, apontado como item do primeiro passo - especificação do domínio do construto – na elaboração da escala.

A revisão buscou identificar estudos com a temática das motivações para coprodução do bem público e adotou métodos rigorosos de análises com a finalidade de minimizar os riscos e aumentar a confiabilidade na pesquisa.

Sendo assim, optou-se por seguir as etapas descritas por Botelho, Cunha e Macedo (2011). As etapas descritas pelos autores apresentam estrutura similar em outros estudos e são as seguintes: (I) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; (II) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; (III) Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; (IV) Categorização dos estudos selecionados; (V) Análise e interpretação dos resultados; e (VI) Apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

A primeira etapa do trabalho foi a escolha do tema e a definição da questão a ser respondida na pesquisa: quais os motivos que levam os cidadãos a se envolverem na coprodução do bem público? A segunda etapa teve por finalidade selecionar os estudos. As seguintes bases de dados foram utilizadas: *Web of Science*, *Scopus*, *Scientific Electronic Library Online – SciELO* e o *Portal de periódicos da Capes*. O acesso às bases foi realizado no período entre novembro de 2018 e abril de 2019. Foram utilizados os seguintes termos para a busca: “co-production” OR “co-producing” OR “co-produce” OR “coproduction” AND “motivations” OR “motivating” OR “motivated” OR “engagement” OR “engaging”.

As buscas foram realizadas por “título” e por “resumo”, sem o filtro “idioma” e “período de publicação”, resultando em 162 artigos. Foi necessário o estabelecimento de critérios de inclusão para que fossem selecionados os trabalhos que pudessem contribuir com os objetivos da pesquisa. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: (I) ser artigo científico; (II) estar disponível na íntegra e (III) tratar sobre os aspectos motivacionais para a coprodução do bem público.

A terceira etapa consistiu na identificação dos estudos pré-selecionados para que tivéssemos uma visão geral das publicações que formam o conjunto a ser analisado. A seleção dos trabalhos se deu mediante leitura dos resumos, bem como da introdução deles. Após as leituras foram pré-selecionados 21 trabalhos, os quais foram lidos integralmente. Os estudos selecionados e os motivos de exclusão são apresentados no quadro 14.

Quadro 14: Estudos pré-selecionados para inclusão ou exclusão

NR	TÍTULO	AUTOR(ES)	DECISÃO	MOTIVO
1	Explaining participation in coproduction: A study of volunteers	Sundeen (1988)	Exclusão	Analisa o nível de participação
2	Why do public-sector clients coproduce? toward a contingency theory	Alford (2002)	Inclusão	-
3	Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence	Pestoff (2012)	Inclusão	-
4	Participation of clients in public services: the aspect of motivating	Petukiene, Tijnaitiene e Damkuvieni (2012)	Inclusão	-
5	Co-production: The State of the Art in Research and the Future Agenda	Verschuere, Brandsen e Pestoff (2012)	Exclusão	Aponta quem coproduz
6	Correlates of co-production: evidence from a five nation survey of citizens	Parrado et al. (2013)	Exclusão	Compara a coprodução em setores e países distintos
7	Why People Co-Produce: Analysing citizens' perceptions on co-planning engagement in health care services	Van Eijk e Steen (2014)	Exclusão	Aponta elementos apresentados em outros trabalhos.
8	Co-production of public services in Australia: the roles of government organizations and co-producers	Alford e Yates (2015)	Exclusão	Aponta elementos apresentados em outros trabalhos.
9	Activating Citizens to Participate in Collective Co-Production of Public Services	Bovaird et al (2015)	Exclusão	Aborda a coprodução individual e coletiva
10	Does User Co-Production of Public Service Delivery Increase Satisfaction and Trust? Evidence from a Vignette Experiment	Fledderus (2015)	Exclusão	Aborda os níveis de satisfação e confiança do cidadão coprodutor.
11	Why people co-produce within activation services: the necessity of motivation and trust – an investigation of selection biases in a municipal activation programme in the Netherlands	Fledderus e Honingh (2016)	Inclusão	-

12	User co-production of public service delivery: an uncertainty approach	Fledderus, Brandsen e Honingh (2015)	Exclusão	Explica as estratégias adotadas para a coprodução
13	Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK	Bovaird et al. (2016)	Inclusão	-
14	Uncharted Territoriality in Coproduction: The Motivations for 311 Reporting	O'Brien et al. (2016)	Exclusão	Aponta elementos apresentados em outros trabalhos.
15	Who you are/where you live? do neighbourhood characteristics explain co-production	Thijssen e Van Dooren (2016)	Inclusão	-
16	Looking beyond the Simplistic Ideals of Participatory Projects: Fostering Effective Co-production?	Tuurnas (2016)	Exclusão	Analisar a promoção da coprodução pelos agentes públicos
17	Why engage in co-production of public services? mixing theory and empirical evidence	Van Eijk e Steen (2016)	Inclusão	-
18	Co-producing a nicer neighbourhood: why do people participate in community development projects?	Vanleene, Verschuere e Voets (2017)	Inclusão	-
19	Co-producing safety in the local community: A Q-methodology study on the incentives of Belgian and Dutch members of neighbourhood watch schemes	Van Eijk, Steen e Verschuere (2017)	Inclusão	-
20	Is volunteering always voluntary? Between compulsion and coercion in co-production	Tõnurist e Surva (2017)	Exclusão	Analisa como o Estado interfere e atua na coprodução dos serviços
21	Who Engages in the Coproduction of Local Public Services and Why? The Case of Atlanta, Georgia	Uzochukwu e Thomas (2018)	Inclusão	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Após a leitura integral dos artigos, optou-se pela exclusão dos estudos 1,5,6,7,8,9,10,12,15,17 e 20. Além das explicações expostas no quadro 14, a decisão também se fundamentou em razão dos estudos apresentarem elementos em comum, como: (I) poucos avanços sobre a temática abordada nesta pesquisa; (II) testes de aspectos motivacionais já abordados em outros estudos; e/ou (III) abordagem do ponto de vista do Estado ou dos gestores públicos. Após estas ações, restaram os estudos descritos no quadro 15.

Quadro 15: Estudos selecionados para categorização dos aspectos motivacionais

TÍTULO	AUTOR(ES)
Why do public-sector clients coproduce? toward a contingency theory	Alford (2002)
Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence	Pestoff (2012)
Participation of clients in public services: the aspect of motivating	Petukiene, Tijnaitiene e Damkuviene (2012)
Why People Co-Produce: Analysing citizens' perceptions on co-planning engagement in health care services	Van Eijk e Steen (2014)
Why people co-produce within activation services: the necessity of motivation and trust – an investigation of selection biases in a municipal activation programme in the Netherlands	Fledderus e Honingh (2016)
Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK	Bovaird et al. (2016)
Who you are/where you live? do neighbourhood characteristics explain co-production	Thijssen e Van Dooren (2016)
Why engage in co-production of public services? mixing theory and empirical evidence	Van Eijk e Steen (2016)
Co-producing a nicer neighbourhood: why do people participate in community development projects?	Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
Co-producing safety in the local community: A Q-methodology study on the incentives of Belgian and Dutch members of neighbourhood watch schemes	Van Eijk, Steen e Verschuere (2017)
Who Engages in the Coproduction of Local Public Services and Why? The Case of Atlanta, Georgia	Uzochukwu e Thomas (2018)

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A categorização dos estudos selecionados - quarta etapa da revisão integrativa - tem por objetivo sumarizar e documentar as informações extraídas dos artigos científicos encontrados nas fases anteriores. Realizamos uma categorização dos estudos descritos no quadro 14 com o objetivo de sumarizar e documentar as informações para identificar os aspectos motivacionais com maiores incidências nos referidos trabalhos. Após a leitura dos estudos, foi elaborada a matriz de síntese caracterizada pelo quadro 16, que apresenta os aspectos motivacionais como maior número de incidência.

Quadro 16: Aspectos motivacionais para a coprodução

ASPECTOS MOTIVACIONAIS	ESTUDOS
Autoeficácia	Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvieni (2012), Bovaird et al. (2016), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018).
Confiança no provedor do serviço	Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvieni (2012), Bovaird et al. (2016) e Thijssen e Van Dooren (2016).
Fatores sociopsicológicos	Bovaird et al. (2016), Van Eijk e Steen (2015) e Van Eijk, Steen e Verschuere (2017).
Incentivos solidários	Alford (2002), Fledderus e Honingh (2016) e Vanleene, Verschuere e Voets (2017).
Informações sobre o serviço	Pestoff (2012), Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvieni (2012), Vanleene, Verschuere e Voets (2017), Bovaird et al. (2016), Thijssen e Van Dooren (2016) e Uzochukwu e Thomas (2018).
Motivações centradas na comunidade	Vanleene, Verschuere e Voets (2017), Thijssen e Van Dooren (2016), Van Eijk e Steen (2015), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018).
Motivações egocêntricas	Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvieni (2012), Bovaird et al. (2016), Van Eijk e Steen (2015), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018).
Recompensas intrínsecas	Alford (2002), Fledderus e Honingh (2016), Vanleene, Verschuere e Voets (2017), Thijssen e Van Dooren (2016), Van Eijk e Steen (2015), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018).
Relevância do serviço	Pestoff (2012), Vanleene, Verschuere e Voets (2017) e Van Eijk e Steen (2015).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A quinta etapa da revisão integrativa é a análise e interpretação dos resultados que foi apresentada no referencial teórico deste projeto. A sexta, e última etapa consiste na apresentação da revisão/síntese do conhecimento. Como cumprimento desta etapa, observamos que existe uma variação na nomenclatura utilizada para os diversos fatores motivacionais, mas com pouca profundidade nas pesquisas analisadas. As pesquisas, de natureza qualitativa em sua maioria, são concentradas em países desenvolvidos e os resultados encontrados podem não refletir a realidade da motivação para coprodução no Brasil.

Os estudos mais recentes trataram de investigar empiricamente a motivação para a coprodução. Os resultados, na maioria das vezes, replicaram os argumentos teóricos já existentes. Isso evidencia para os gestores públicos interessados em implementar/incrementar processos de coprodução que não há um modelo ou formato único para as diferentes formas de coprodução. Com isso, deve-se adotar diferentes estratégias destinadas ao envolvimento dos cidadãos. Uma pesquisa futura pode analisar a relação da motivação com o tipo de

coprodução desenvolvida em determinadas localidades e propor um modelo para os gestores públicos.

APÊNDICE B – Instrumento para Validação de Face e Conteúdo

Prezado (a),

Estou desenvolvendo um estudo sobre a motivação para a coprodução do bem público, o qual faz parte do meu trabalho de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Pretendo desenvolver e validar uma escala que mensure os fatores que motivam o cidadão a se engajar na coprodução do bem público.

A fase exploratória da pesquisa permitiu a identificação de vários aspectos que interferem na motivação para a coprodução, optei por dividi-los em cinco dimensões: **autoeficácia, natureza do serviço, sociabilidade, recompensas intrínsecas e relevância do serviço**. A geração de itens para cada uma das dimensões identificadas se deu a partir da realização de uma revisão integrativa, adaptação de modelos teóricos existentes ou ainda por elaboração própria.

Diante do exposto, contando com a vossa experiência acadêmica, venho solicitar vossos préstimos na validação de face e de conteúdo dos itens propostos para a escala. A validação de face refere-se à clareza, pertinência e representatividade dos itens. Enquanto a validação de conteúdo está relacionada ao fato de o item proposto remeter ao construto.

A avaliação dos itens deverá ser efetuada de acordo com os critérios abaixo:

ADEQUAÇÃO DO ITEM				
1 - Inadequado	2 – Pouco adequado	3 - Adequado	4 – Bem adequado	5 – Adequação perfeita
CLAREZA DO ENUNCIADO				
1 – Muito ruim	2 – Ruim	3 – Razoável	4 - Boa	5 – Muito boa

Agradeço antecipadamente vossa colaboração

Joacil Carlos Viana Bezerra
Mestrando

DIMENSÃO AUTOEFICÁCIA

<u>Definição de autoeficácia:</u> A crença que o cidadão possui sobre sua capacidade em realizar um serviço ou exercer controle sobre determinados acontecimentos.						<u>COMENTARIOS/SUGESTÕES</u>							
Participo porque o serviço prestado pelo Estado precisa de melhorias													
Adequação do item com a dimensão			1	2	3	4	5						
Clareza do enunciado			1	2	3	4	5						
Minha participação melhora os serviços recebidos pela sociedade													
Adequação do item com a dimensão			1	2	3	4	5						
Clareza do enunciado			1	2	3	4	5						
Participo de serviços nos quais eu possua capacidade para realizá-los													
Adequação do item com a dimensão			1	2	3	4	5						
Clareza do enunciado			1	2	3	4	5						
A organização onde desenvolvo o serviço atua em parceria com o Estado													
Adequação do item com a dimensão			1	2	3	4	5						
Clareza do enunciado			1	2	3	4	5						
Tenho competência para tomar decisões nas atividades que participo													
Adequação do item com a dimensão			1	2	3	4	5						
Clareza do enunciado			1	2	3	4	5						

DIMENSÃO NATUREZA DO SERVIÇO

<u>Definição de natureza do serviço:</u> A percepção que o cidadão possui sobre as características do serviço ou da organização onde ele será prestado.						<u>COMENTARIOS/SUGESTÕES</u>					
Busco organizações que prestem serviços com baixo grau de											

complexidade						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Tenho preferência por serviços que exijam menos esforços						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Ter informações sobre o serviço que prestarei é determinante para minha participação						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Presto serviços que ocorram, preferencialmente, no bairro onde moro						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Conhecer os dirigentes da organização é determinante para minha participação no serviço						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Estou disposto prestar serviços que me demandem pouco tempo						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	

DIMENSÃO SOCIABILIDADE

Definição de sociabilidade: A recompensa e o prazer que o cidadão tem de se associar com os outros, gerando conexões, redes sociais, reciprocidade e confiabilidade para a realização de determinados serviços.	COMENTARIOS/SUGESTÕES
Prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo	

Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Fazer novas amizades é determinante na minha participação						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
A participação de outras pessoas faz com que eu esteja disposto(a) a participar também						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
A prestação de serviços por uma equipe favorece minha participação						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Participo para não me sentir excluído da sociedade						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	

DIMENSÃO RECOMPENSAS

Definição de recompensas intrínsecas: São ações ou comportamentos que aumentam a sensação de satisfação no cidadão, fazendo com ele possa desfrutar da experiência de participar da prestação de serviços.	COMENTARIOS/SUGESTÕES				
Participo para aprender algo novo					
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5
Uso a prestação de serviços para preencher meu tempo vago					
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5

Minha felicidade aumenta à medida que participo da prestação de serviços						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Elogios aumentam a minha participação nos serviços						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Participo dos serviços para que minha vida tenha sentido						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Analiso o sistema de recompensa da organização antes de me envolver						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	

DIMENSÃO RELEVANCIA DO SERVIÇO

<u>Definição de relevância do serviço:</u> O quanto o serviço é importante para o cidadão que o presta e para quem o recebe.						<u>COMENTARIOS/SUGESTÕES</u>
Engajo-me em serviços que possam melhorar a condição de minha família						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Participo dos serviços que, preferencialmente, tragam melhorias para o bairro onde moro						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Participo se o serviço for importante para algum parente						

Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Participo se o serviço for importante para meus amigos						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	
Participo se o serviço for importante para mim						
Adequação do item com a dimensão	1	2	3	4	5	
Clareza do enunciado	1	2	3	4	5	

APÊNDICE C – Comentários e/ou Sugestões da Validação de Face e Conteúdo

COMENTÁRIOS E/OU SUGESTÕES DA DIMENSÃO AUTOEFICÁCIA
DEFINIÇÃO DA DIMENSÃO
Eficácia está relacionada ao alcance de resultados. Talvez essa questão da capacidade do cidadão fosse autoeficiência, não? Pois se relaciona aos meios para alcançar o resultado. Talvez a definição da dimensão não esteja com a nomenclatura certa, ou vice-versa. Exercer controle sobre acontecimentos também não me faz lembrar de eficácia. Mas olhando as afirmativas parecem mais com eficácia do que com eficiência. Assim, rever definição da dimensão. Por essa questão, minhas notas de adequação foram 3, pois não sei se você quer eficiência ou eficácia.
A definição do construto não ajuda. É uma coisa OU outra, e daí confunde o item. Capacidade de realizar um serviço é uma coisa e exercer controle é outra. O item está mais para motivação ou justificativa
O termo “determinados acontecimentos” ficou vago.
ITEM 1
Quem são os sujeitos? Aqueles que já participam ou que querem participar? Observar o verbo em todas as afirmativas.
Penso que deveria substituir o termo participar da questão e colocar que forma mais alinha com a coprodução, tipo “Desenvolvo o serviço” ou “executo o serviço”, algo que remeta à um protagonismo maior
Não seria mais adequado “participo para melhorar os serviços prestados pelo Estado” ou “para contribuir”
Este enunciado não tem relação com a capacidade do cidadão em realizar a tarefa ou exercer controle sobre determinados acontecimentos. A não ser que isso esteja implícito, mas daí o próximo enunciado já daria conta do tema. Trata-se mais de uma avaliação sobre a qualidade do serviço, dimensão que não foi contemplada, que talvez possa ser incorporada na natureza do serviço.
Participo do que?
O próximo item menciona serviços, poderia ser o caso de incluir esse termo também?
Tenho conhecimento
ITEM 2

Minha participação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade
Minha atuação
Meu trabalho
ITEM 3
Participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los
Da prestação
Presto
ITEM 4
Não sei quem serão seus sujeitos, mas pelo tempo verbal acho que você aplicará com aqueles que fazem cooperação com o Estado. Se assim for, já se subentende que a organização é parceira ao Estado não? Pergunta desnecessária!
Acho que este item deve ir para o bloco seguinte.
A atuação em parceria já não é um pré-requisito para a coprodução? Independentemente dessa atuação em parceria, não vi relação dessa parceria com a autoeficácia. Ou seja, o enunciado é claro, mas não a adequação com a dimensão.
Não me pareceu alinhado aos demais. Isto é, a autoeficácia é do indivíduo. Aqui, se presume da organização, no meu entendimento, e ainda assim, sem relação com autoeficácia.
Os meus serviços
ITEM 5
Dependendo da intenção da afirmativa, pode estar chocando com a afirmativa 3. Se for algo mais específico sobre liderança, talvez precise de ajuste.
Aqui não caberia utilizar capacidade, já que havia usado antes, competência não é um conceito que pode implicar diversas definições?
“NAS”
Possuo capacidade de realizar o serviço (item 3)
Tenho competência parece sinônimo de capacidade (item 5)
Que desenvolvo
COMENTÁRIOS E/OU SUGESTÕES DA DIMENSÃO NATUREZA DO SERVIÇO

DEFINIÇÃO DA DIMENSÃO
O nome do construto está muito ruim. Sugiro melhorar. Por essa definição não tenho como julgar conteúdo.
ITEM 1
E se ele quiser serviços com alto grau de complexidade? Essa questão diz a percepção que ele tem do serviço ou organização, só indica que ele quer serviços de baixa complexidade.
Não seria “busco participar de organizações”?
Seria o caso de exemplificar complexidade?
Baixa complexidade é um termo genérico, parece não caracterizar suficientemente o tipo de serviço. Talvez citar algum exemplo.
Escolho serviços mais simples
Mais fácil de realizar
ITEM 2
Esta questão e a anterior são muito similares. Talvez possa optar por outra para diversificar ou então eliminar uma delas para simplificar o questionário. Ainda mais porque estas duas e a próxima são complementares.
Esse é mais claro, entendi agora o que é complexidade.
Que tipo de esforço? Físico, mental etc.? Ou a ideia é ser generalista? Se for, acaba impactando nas questões seguintes.
Que tipo de serviço exige menos esforços? Obs. idem sobre talvez citar exemplo para melhor entendimento.
Para prestar serviços
ITEM 3
Troquei a palavra para melhorar a compreensão pelos respondentes com baixa escolaridade
Ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação
Esta questão não seria a primeira? Pois, dela deriva compreender a complexidade e esforço.
O item tem dentro dele uma relação de causalidade. Rever
Esta questão também se complementa com as duas anteriores.
É importante

É fundamental
ITEM 4
Também não condiz com a definição da dimensão.
Próximo de
Perto de
Perto da comunidade
ITEM 5
Conhecer os dirigentes da organização é fundamental para minha participação no serviço
Importante
ITEM 6
E se ele quiser mais tempo? Também não acho condizente com a definição da dimensão.
Procuo me informar sobre o tempo de execução dos serviços para saber se poderei executá-los.
Não seria interessante utilizar uma escala de tempo? Porque pouco é muito relativo.
Realizo serviços
Presto
Será que não confundiria com derivação da baixa complexidade ou menor esforço??
COMENTÁRIOS E/OU SUGESTÕES DA DIMENSÃO SOCIABILIDADE
DEFINIÇÃO DA DIMENSÃO
A definição está relacionada com “recompensa”, porém a dimensão seguinte também é sobre recompensas. É preciso revisar para evitar sobreposição.
Esta dimensão seria um subgrupo da próxima dimensão?
ITEM 1
Participo de serviços que sejam realizados em grupo
Ajustaria para “Prefiro participar de serviços no desenvolvimento/oferta do serviço”
Afirmação Item 1 parecida com a do item 4
Realizo
Executo
Participo

ITEM 2
Fazer novas amizades é determinante para minha participação no serviço
É importante
Fazer novas amizades é determinante na minha participação no desenvolvimento/oferta do serviço”
Na ou para minha participação?
ITEM 3
Acho que esse item tá chocando com o 12. Deixar um ou o outro.
Ajustaria colocando “A participação de outras pessoas na oferta/ desenvolvimento do serviço faz com
Substituiria por: motiva minha participação
Tem uma relação de causalidade dentro do enunciado do item
A participação de outras pessoas é diferente da participação em grupo (1ª questão)? Por que seriam necessárias duas questões muito parecidas?
Participar ou envolver?
Pessoas conhecidas
ITEM 4
Esta equipe é de coprodutores ou da própria organização?
Afirmação do Item 4 parecida com a do item 1
Por ou em equipe?
ITEM 5
Ajustaria para “Participo no desenvolvimento/oferta do serviço para não me sentir excluído da sociedade”
Este item não deveria aparecer no bloco seguinte?
Esta questão não poderia ser de recompensas intrínsecas?
Excluído ou de fora?
Não teria um sentido similar a: “Participo dos serviços para que minha vida tenha sentido”?
COMENTÁRIOS E/OU SUGESTÕES DA DIMENSÃO RECOMPENSAS

INTRÍNSECAS
DEFINIÇÃO DA DIMENSÃO
Entendo o construto, mas não sei se puxaria uma mensuração refletiva. Sugiro rever ou trocar por um mais fácil de mensurar por métodos mais seguros
Esta dimensão seria um subgrupo da dimensão anterior?
ITEM 1
Participo por aprender algo novo.
Ajustaria colocando “Participo na oferta/ desenvolvimento do serviço para aprender algo novo”
ITEM 2
Presto esse tipo de serviço para preencher meu tempo vago
Presto
Realizo
ITEM 3
Minha felicidade aumenta à medida que presto esse serviço.
Ajustaria para “Minha felicidade aumenta à medida que participo na oferta/desenvolvimento da prestação de serviços
Da atividade
Do serviço
ITEM 4
Elogios aumentam a minha disposição para a prestação de serviços
Ajustaria para “Elogios aumentam a minha participação na oferta/desenvolvimento dos serviços”
Participação ou envolvimento? Empenho?
ITEM 5
Participo dos serviços que tenham sentido para a minha vida
Ajustaria para “Participo na oferta/desenvolvimento dos serviços para que minha vida tenha sentido”

Sentido ou significado?
Não é uma afirmação muito forte, não seria mais adequado: participar dos serviços dar mais sentido a minha vida.
Talvez: minha vida tenha mais sentido
Melhorar minha vida de um modo geral
ITEM 6
Aqui acho que vão relacionar esse sistema de recompensa a dinheiro... como se trata de trabalho voluntário, não achei adequado.
Genérico
Enquanto os itens anteriores são específicos, este me parece muito geral, não seria interessante reformular?
Analiso o que a organização pode me oferecer em troca/de benefício antes de me envolver
COMENTÁRIOS E/OU SUGESTÕES DA DIMENSÃO RELEVÂNCIA DO SERVIÇO
DEFINIÇÃO DA DIMENSÃO
Talvez vc fale de relevância percebida..., mas os itens são mais pra necessidade de relevância. Tem que melhorar essa etapa inicial de definições.
Inseguro pra julgar conteúdo.
ITEM 1
Que condição?
O termo “condição” ficou muito vago. Seria para melhorar os serviços que minha família utiliza? Nesse sentido, não seria similar às últimas três questões?
Engajo-me em serviços que possam melhorar o bem-estar da minha família
Melhorar o bem-estar
ITEM 2
Participo dos serviços que tragam melhorias para o bairro onde moro.
Ajustaria para “participo na oferta/desenvolvimento dos serviços que, preferencialmente, tragam melhorias para o bairro onde moro
Excluir preferencialmente
Substituir bairro por comunidade

Resposta óbvia. Esperado que seja sempre um escore alto
ITEM 3
Não poderia juntar com a próxima questão?
Participo se o serviço for importante para algum parente ou amigo.
ITEM 5
Achei que ficou faltando alguma sobre a importância para a comunidade de um modo geral. Não sei se teoricamente seria o caso.
Resposta óbvia. Esperado que seja sempre um escore alto.
Considerando todos os itens, fiquei na dúvida a dimensão do cidadão é tratada de forma bem individual, pois só inclui o indivíduo, seus familiares e amigos, não deveria considerar uma visão mais abrangente? então só considera a importância de quem o recebe de pessoas do hall de convivência do cidadão, não seria uma visão limitada?
Ordenar do eu para o amigo

APÊNDICE D – Versões Originais e Finais dos Itens após Validação de Face e Conteúdo

DIMENSÃO AUTOEFICÁCIA: A crença que o cidadão possui sobre sua capacidade em realizar um serviço ou exercer controle sobre determinados acontecimentos.		
VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO FINAL	ORIGEM DO ITEM
Participo porque o serviço prestado pelo Estado precisa de melhorias	Participo porque os serviços prestados pelo Estado precisam de melhorias	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
Minha participação melhora os serviços recebidos pela sociedade	Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade	Adaptado de Van Eijk e Steen (2014)
Participo de serviços nos quais eu possua capacidade para realizá-los	Participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los	Adaptado de Van Eijk e Steen (2014)
A organização onde desenvolvo o serviço atua em parceria com o Estado	Excluído	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
Tenho competência para tomar decisões nas atividades que participo	Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo	Adaptado de Alford e Yates (2015)
DEFINIÇÃO DE NATUREZA DO SERVIÇO: A percepção que o cidadão possui sobre as características do serviço ou da organização onde ele será prestado.		
VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO FINAL	ORIGEM DO ITEM
Busco organizações que prestem serviços com baixo grau de complexidade	Busco organizações que prestem serviços mais fáceis de realizar	Adaptado de Alford e Yates (2015)
Tenho preferência por serviços que exijam menos esforços	Exigir pouco esforço físico	Adaptado de Alford e Yates (2015)
-	Exigir pouco esforço mental	Adaptado de Alford e Yates (2015)
Ter informações sobre o serviço	Ter informações sobre o serviço	Adaptado de Van Eijk

que prestarei é determinante para minha participação	que prestarei é fundamental para minha participação	e Steen (2014)
Presto serviços que ocorram, preferencialmente, no bairro onde moro	For realizado perto da comunidade onde moro	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
Conhecer os dirigentes da organização é determinante para minha participação no serviço	Conhecer os dirigentes da organização é fundamental para minha participação no serviço	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
Estou disposto(a) a prestar serviços que me demandem pouco tempo	Procuo me informar sobre o tempo de execução dos serviços para saber se poderei executá-los	Adaptado de Van Eijk e Steen (2014)
-	Eu tiver bastante tempo livre	Adaptado de Van Eijk e Steen (2014)
DEFINIÇÃO DE SOCIABILIDADE: A recompensa e o prazer que o cidadão tem de se associar com os outros, gerando conexões, redes sociais, reciprocidade e confiabilidade para a realização de determinados serviços.		
VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO FINAL	ORIGEM DO ITEM
Prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo	Prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo	Adaptado de Van Eijk e Steen (2014)
Fazer novas amizades é determinante na minha participação	Fazer novas amizades é importante para minha participação	Adaptado de Cavalcante (2012)
A participação de outras pessoas faz com que eu esteja disposto (a) a participar também	A participação de outras pessoas na prestação do serviço, é fundamental para que eu também participe	Adaptado de Van Eijk e Steen (2014)
A prestação de serviços por uma equipe favorece minha participação	Excluído	Adaptado de Van Eijk e Steen (2014)
Participo para não me sentir excluído da sociedade	Participo na prestação de serviços para não me sentir excluído da sociedade	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
DEFINIÇÃO DE RECOMPENSAS INTRÍNSECAS: São ações ou comportamentos que aumentam a sensação de satisfação no cidadão, fazendo com ele possa desfrutar da		

experiência de participar da prestação de serviços.		
VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO FINAL	ORIGEM DO ITEM
Participo para aprender algo novo	Participo da prestação de serviços para aprender algo novo	Adaptado de Cavalcante (2012)
Uso a prestação de serviços para preencher meu tempo vago	Presto esse tipo de serviço para preencher meu tempo vago	Adaptado de Van Eijk e Steen (2014)
Minha felicidade aumenta à medida que participo da prestação de serviços	Minha felicidade aumenta à medida que participo das atividades da organização	Adaptado de Cavalcante (2012)
Elogios aumentam a minha participação nos serviços	Elogios aumentam a minha disposição para a prestação de serviços	Adaptado de Cavalcante (2012)
Participo dos serviços para que minha vida tenha sentido	Excluído	Adaptado de Cavalcante (2012)
Analiso o sistema de recompensa da organização antes de me envolver	Analiso o que a organização pode me oferecer de benefício antes de me envolver	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
-	Receber algum brinde ao final da prestação do serviço	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
DEFINIÇÃO DE RELEVÂNCIA DO SERVIÇO: O quanto o serviço é importante para o cidadão que o presta e para quem o recebe.		
A dimensão foi alterada para relevância percebida		
VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO FINAL	ORIGEM DO ITEM
Engajo-me em serviços que possam melhorar a condição de minha família	Engajo-me em serviços que possam melhorar o bem-estar da minha família	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
Participo dos serviços que, preferencialmente, tragam melhorias para o bairro onde moro	Participo dos serviços que tragam melhorias para a comunidade onde moro	Baseado em Thijssen e Van Dooren (2016)

-	A organização tiver regulamento formal	Adaptado de Van Eijk e Steen (2014)
Participo se o serviço for importante para algum parente	For importante para um familiar	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
Participo se o serviço for importante para meus amigos	For importante para um amigo	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)
Participo se o serviço for importante para mim	For importante para mim	Adaptado de Vanleene, Verschuere e Voets (2017)

APÊNDICE E – Instrumento de Coleta de Dados – 1ª Amostragem



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Esta pesquisa faz parte de uma dissertação de mestrado que está sendo realizada na UFPB. O questionário que segue deve ser preenchido levando-se em consideração os aspectos que motivam o cidadão a coproduzir (participar na prestação de serviços) em organizações da sociedade civil.

QUESTIONÁRIO

PERFIL DO PARTICIPANTE

Sexo de nascimento

() Masculino () Feminino

Idade

() Até 20 anos () Acima de 20 até 30 anos () Acima de 30 até 40 anos () Acima de 40 anos

Abaixo você encontrará 10 frases. Assinale na escala o quanto você concorda ou discorda com cada uma delas. A escala varia de **1 (discordo totalmente)** a **10 (concordo totalmente)**. Responda como se sente com relação a cada uma das frases.

Participo da prestação de serviços públicos nos quais eu possua capacidade para realizá-los	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Busco organizações que prestem serviços mais fáceis de realizar	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Participo na prestação de serviços para não me sentir excluído da sociedade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conhecer os dirigentes da organização é fundamental para minha participação no serviço	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

A participação de outras pessoas na prestação do serviço, é fundamental para que eu também participe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Participo da prestação de serviços para aprender algo novo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Presto esse tipo de serviço para preencher meu tempo vago	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Participo dos serviços que tragam melhorias para a comunidade onde moro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Qual o seu grau de escolaridade?

- () Ensino fundamental incompleto/completo
 () Ensino médio incompleto/completo
 () Ensino superior incompleto/completo
 () Pós-graduação incompleto/completo

Qual a sua renda familiar mensal?

- () Até R\$ 1.000,00 () Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00
 () Acima de R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00 () Acima de R\$ 5.000,00

Pedimos novamente que use a escala que varia de **1 (discordo totalmente)** a **10 (concordo totalmente)** para os itens abaixo:

Minha felicidade aumenta à medida que participo das atividades da organização	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Engajo-me em serviços que possam melhorar o bem-estar da minha família	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Participo porque os serviços prestados pelo Estado precisam de melhorias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Procuro me informar sobre o tempo de execução dos serviços para saber se poderei executá-los	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Analiso o que a organização pode me oferecer de benefício antes de me envolver	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Elogios aumentam a minha disposição para a prestação de serviços	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Fazer novas amizades é importante para minha participação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Nesta última seção, considere a seguinte afirmação: **Participo na prestação de serviços se:**

For realizado perto da comunidade onde moro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Exigir pouco esforço físico	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Exigir pouco esforço mental	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
For importante para mim	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
For importante para um familiar	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
For importante para um amigo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Receber algum brinde ao final da prestação do serviço	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Eu tiver bastante tempo livre	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A organização tiver regulamento formal	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Agradecemos sua colaboração

APÊNDICE F – Instrumento de Coleta de Dados – 2ª Amostragem

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Esta pesquisa faz parte de uma dissertação de mestrado que está sendo realizada na UFPB. O questionário que segue deve ser preenchido levando-se em consideração os aspectos que motivam o cidadão a coproduzir (participar na prestação de serviços) em organizações da sociedade civil.

QUESTIONÁRIO

A organização da sociedade civil que você participa desenvolve atividades em qual área?

- () Desenvolvimento e defesa de direitos
 () Educação e pesquisa
 () Cultura e recreação
 () Assistência social
 () Saúde
 () Outra - _____

Abaixo você encontrará 10 frases. Assinale na escala o quanto você concorda ou discorda com cada uma delas. A escala varia de **1 (discordo totalmente)** a **10 (concordo totalmente)**. Não há respostas certas ou erradas. O importante é você responder como se sente com relação a cada uma das frases.

Prefiro participar de serviços que sejam realizados em grupo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Participo para fazer novas amizades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A participação de outras pessoas na prestação do serviço, é fundamental para que eu também participe	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Participo para me sentir membro ativo na sociedade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Ter informações sobre o serviço que prestarei é fundamental para minha participação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Participo da prestação de serviços que eu tenha capacidade de realizar	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Participo porque os serviços prestados pelo Estado precisam de melhorias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Tenho competência para tomar decisões nas atividades que desenvolvo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Procuo organizações que prestem serviços fáceis de realizar	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Minha atuação melhora os serviços públicos ofertados à	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

sociedade																			
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

PERFIL DO PARTICIPANTE

Sexo de nascimento

Masculino Feminino

Idade

Até 20 anos Acima de 20 até 30 anos Acima de 30 até 40 anos Acima de 40 anos

Pedimos novamente que use a escala que varia de **1 (discordo totalmente)** a **10 (concordo totalmente)** para os itens abaixo:

Qual o seu grau de escolaridade?

- Ensino fundamental incompleto/completo
 Ensino médio incompleto/completo
 Ensino superior incompleto/completo
 Pós-graduação incompleto/completo

Qual a sua renda familiar mensal?

- Até R\$ 1.000,00 Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00
 Acima de R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00 Acima de R\$ 5.000,00

Considerando sua participação na prestação de serviços, pontue os itens abaixo utilizando os mesmos critérios apresentados anteriormente.

Participo na prestação de serviços se:

For realizado perto da comunidade onde moro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Exigir pouco esforço físico	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Exigir pouco esforço mental	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
For importante para mim	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
For importante para um familiar	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
For importante para um amigo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Eu tiver bastante tempo livre	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
For importante para a comunidade onde moro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Agradecemos sua colaboração

APÊNDICE G – Estatística Descritiva – 1ª Amostragem

STATISTICS										
		AEF1	AEF2	AEF3	AEF4	NATS1	NATS2	SOC1	SOC2	SOC3
N	Valid	369	369	369	369	369	369	369	369	3690
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mean		7,48	7,45	8,22	7,81	6,28	8,87	4,08	6,91	5,63
Std. Deviation		2,979	2,718	2,288	2,382	3,105	2,095	3,059	2,577	2,966
Minimum		1	1	1	1	1	1	1	1	1
Maximum		10	10	10	10	10	10	10	10	10
Percentiles	25	6,00	6,00	8,00	7,00	4,00	9,00	1,00	5,00	3,00
	50	9,00	8,00	9,00	8,00	7,00	10,00	3,00	7,00	6,00
	75	10,00	10,00	10,00	10,00	9,00	10,00	6,00	9,00	8,00

STATISTICS										
		SOC4	REC1	REC2	REC3	REC4	REC5	REC6	RELP1	RELP2
N	Valid	369	369	369	369	369	369	369	369	369
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mean		7,50	7,50	4,04	7,55	6,02	7,31	3,18	7,11	7,74
Std. Deviation		2,468	2,506	2,828	2,528	3,090	2,799	2,694	2,941	2,548
Minimum		1	1	1	1	1	1	1	1	1
Maximum		10	10	10	10	10	10	10	10	10
Percentiles	25	6,00	6,00	1,00	7,00	3,00	5,00	1,00	5,00	6,50
	50	8,00	8,00	4,00	8,00	7,00	8,00	2,00	8,00	8,00
	75	10,00	10,00	6,00	10,00	9,00	10,00	5,00	10,00	10,00

STATISTICS					
		RELP3	RELP4	RELP5	RELP6
N	Valid	369	369	369	369
	Missing	0	0	0	0
Mean		7,01	6,99	6,76	6,60
Std. Deviation		3,031	2,961	2,922	2,928
Minimum		1	1	1	1
Maximum		10	10	10	10
Percentiles	25	5,00	5,00	5,00	5,00
	50	8,00	8,00	7,00	7,00
	75	10,00	10,00	9,00	9,00

APÊNDICE H – Estatística Descritiva – 2ª Amostragem

Descriptive Statistics							
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	Kurtosis	
	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Std. Error
AEF1	174	1	10	8,94	1,683	3,296	,366
AEF2	174	1	10	8,52	2,293	2,484	,366
AEF3	174	1	10	8,98	1,778	6,126	,366
AEF4	174	1	10	8,75	2,009	2,770	,366
NATS1	174	1	10	6,59	3,378	-1,302	,366
NATS2	174	1	10	9,00	1,932	6,490	,366
NATS5	174	1	10	7,25	3,097	-,701	,366
NATS6	174	1	10	6,35	3,252	-1,259	,366
NATS7	174	1	10	6,01	3,394	-1,414	,366
NATS8	174	1	10	6,99	2,881	-,703	,366
SOC1	174	1	10	8,18	2,506	,997	,366
SOC2	174	1	10	8,52	2,179	2,002	,366
SOC3	174	1	10	7,32	3,024	-,614	,366
SOC4	174	1	10	7,52	2,726	-,287	,366
RELP1	174	1	10	8,87	1,981	4,586	,366
RELP3	174	1	10	7,75	3,006	,013	,366
RELP4	174	1	10	7,79	2,914	,021	,366
RELP5	174	1	10	7,90	2,833	,142	,366

**ANEXO A – Instrumento de Coleta de Dados do Estudo Realizado por Alford e Yates
(2015)***

Perguntas da Pesquisa

Estamos fazendo uma pesquisa representativa encomendada por uma organização de pesquisa australiana. Gostaríamos de discutir com você as questões de segurança pública, o ambiente local, a saúde e o bem-estar.

Segurança pública

Primeiro quero fazer algumas perguntas sobre sua casa e sua vizinhança.

Quão seguro você se sente caminhando sozinho à noite no bairro onde mora? (Não é seguro em tudo 1, não é tão seguro 2, um pouco seguro 3, muito seguro 4.)

Vou mencionar algumas coisas que as pessoas às vezes fazem para melhorar a segurança de sua propriedade ou vizinhança. Por favor, diga-me com que frequência você faz. (Nunca = 1, às vezes = 2, muitas vezes = 3.)

Peça conselhos da polícia sobre a melhor forma de proteger sua propriedade.

Tome cuidado para trancar todas as portas e janelas da sua casa quando sair.

Peça ao seu vizinho que fique de olho em sua casa quando você estiver ausente.

Fique de olho na casa de seus vizinhos quando eles estiverem fora.

Participe de um grupo ou organização que trabalhe para melhorar a segurança em sua vizinhança.

Quão satisfeito você está com o seguinte? (Muito insatisfeito = 1, um pouco insatisfeito = 2, um pouco satisfeito = 3, muito satisfeito = 4.)

As informações que você recebe da polícia e de outras agências públicas sobre crime e segurança da comunidade?

O trabalho que está sendo feito pela polícia em sua área?

As oportunidades oferecidas pela polícia e outras agências públicas às pessoas como você para melhorar a segurança pública no seu bairro?

Até que ponto pessoas como você podem trabalhar com a polícia e outras agências para melhorar a segurança pública na sua vizinhança?

Até que ponto a polícia e outras agências públicas usam seu conhecimento e experiência para melhorar a segurança pública na sua vizinhança?

Até que ponto a polícia e outras agências públicas perguntam sua opinião sobre questões de crime e segurança da comunidade?

Quanta diferença você acha que os cidadãos comuns podem fazer para a segurança do seu bairro? (Nenhuma diferença = 1, pouca diferença = 2, alguma diferença = 3, uma grande diferença = 4.)

Quanto tempo você está disposto a gastar voluntariado no futuro para tornar a sua vizinhança mais segura, trabalhando com a polícia local e outros cidadãos? (Sem tempo = 1, algumas horas por ano = 2, algumas horas por mês = 3, algumas horas por semana (ou mais) = 4.)

Quanto tempo você atualmente dedica ao voluntariado com seus vizinhos e com a polícia local para ajudar a tornar sua vizinhança mais segura? (Não há tempo em tudo = 1, algumas horas por ano = 2, algumas horas por mês = 3, algumas horas por semana (ou mais) = 4.)

Meio Ambiente

Quero fazer algumas perguntas agora sobre a qualidade ambiental do seu bairro.

Em geral, quão bom é o ambiente onde você mora? (Não é bom em tudo = 1, não é tão bom = 2, um pouco bom = 3, muito bom = 4.)

Vou mencionar algumas coisas que as pessoas fazem para melhorar o ambiente. Por favor, me diga quantas vezes você faz. (Nunca = 1, às vezes = 2, muitas vezes = 3.)

Diga às outras pessoas para não deixarem lixo ou deixarem seus cães nas ruas.

Tente reciclar o lixo doméstico.

Tente economizar água e eletricidade em sua casa.

Caminhe, ande de bicicleta ou use o transporte público.

Participe de um grupo ou organização que trabalhe para melhorar a qualidade do ambiente.

Quão satisfeito você está com o seguinte? (Muito insatisfeito = 1, um pouco insatisfeito = 2, um pouco satisfeito = 3, muito satisfeito = 4.)

O trabalho está sendo feito por agências públicas que gerenciam o ambiente em sua área.

As informações que você recebe do conselho local ou de outros órgãos públicos sobre questões ambientais.

Até que ponto o conselho local e outras agências públicas perguntam sua opinião sobre questões ambientais.

Quanta diferença você acha que os cidadãos comuns podem fazer com a qualidade do meio ambiente? (Nenhuma diferença = 1, pouca diferença = 2, alguma diferença = 3, uma grande diferença = 4.)

Quanto tempo você está disposto a gastar voluntariamente no futuro para melhorar o ambiente onde mora, trabalhando com os vizinhos e com o conselho local? (Sem tempo = 1, algumas horas por ano = 2, algumas horas por mês = 3, algumas horas por semana (ou mais) = 4.)

Quanto tempo você atualmente dedica ao voluntariado para melhorar o meio ambiente em que vive, trabalhando com os vizinhos e com o conselho local? (Sem tempo nenhum = 1, algumas horas por ano = 2, algumas horas por mês = 3, algumas horas por semana (ou mais) = 4.)

Saúde

Quero fazer algumas perguntas sobre sua própria saúde e sobre sua família.

Quão bom você diria que sua saúde está em geral nos dias de hoje? (Não é bom em tudo = 1, não tão bom = 2, um pouco bom = 3, muito bom = 4.)

Vou mencionar algumas coisas que as pessoas fazem para melhorar sua saúde. Por favor, me diga quantas vezes você faz alguma dessas coisas? (Nunca = 1, às vezes = 2, muitas vezes = 3.)

Mude para uma dieta mais saudável - por exemplo, consuma menos álcool, tabaco e açúcar.

Tente se exercitar.

Consulte um médico para um exame de saúde e exames de sangue.

Cuide de um familiar ou amigo doente.

Participe de um grupo ou organização que lida com problemas de saúde.

Quão satisfeito você está com o seguinte? (Muito insatisfeito = 1, um pouco insatisfeito = 2, um pouco satisfeito = 3, muito satisfeito = 4.)

O trabalho está sendo feito por profissionais de saúde, como seu médico e hospitais locais.

As informações que você normalmente recebe de seus profissionais de saúde, como seu médico e hospitais locais.

Até que ponto os prestadores de cuidados de saúde, como o seu médico e os hospitais locais, perguntam a sua opinião sobre questões que afetam a sua saúde.

Quanta diferença você acha que os cidadãos comuns podem fazer para melhorar a qualidade de sua própria saúde e os cuidados de saúde de outras pessoas? (Nenhuma diferença = 1, pouca diferença = 2, alguma diferença = 3, uma grande diferença = 4.)

Quanto tempo você está disposto a gastar para melhorar sua própria saúde ou trabalhar com outras pessoas ou agências locais de saúde para melhorar a saúde de outras pessoas? (Sem tempo em tudo = 1, algumas horas por ano = 2, algumas horas por mês = 3, algumas horas por semana (ou mais) = 4.)

Quanto tempo você está gastando atualmente para melhorar sua própria saúde ou a saúde de outras pessoas, trabalhando com outras pessoas e com agências locais de saúde? (Sem tempo = 1, algumas horas por ano = 2, algumas horas por mês = 3, algumas horas por semana (ou mais) = 4.)

*Tradução livre realizada pelo autor

ANEXO B – Instrumento de Coleta de Dados do Estudo Realizado por Vanleene,
Verschuere e Voets (2017)*

Declarações Originais Da Pesquisa

- 1 Eu participo para ganhar "Torekes".
- 2 "Torekes" é uma fonte principal de renda para mim.
- 3 Eu participo por outro tipo de recompensa (se sim, qual?)
- 4 Eu participo porque ajuda minha família
- 5 Minhas relações com amigos e parentes causam meu envolvimento neste projeto.
- 6 Através da coprodução eu estou aprendendo muito.
- 7 Eu participo porque não quero ser excluído da minha comunidade.
- 8 Se eu não participar, meus amigos vão me desprezar.
- 9 Eu me sentiria culpado se não participasse.
- 10 Eu acho importante pertencer a uma comunidade.
- 11 Muitas pessoas no meu bairro já coproduzem, então eu comecei também
- 12 Eu me sinto mais feliz quando posso fazer algo pela minha vizinhança
- 13 Coprodução é na verdade um hábito, eu não penso muito antes de participar.
- 14 Eu acredito que todos devem participar
- 15 É minha responsabilidade também trabalhar para o meu bairro
- 16 Estou muito interessado nesses tipos de projetos de desenvolvimento comunitário
- 17 Eu acho que pode ser muito gratificante para as pessoas quando elas podem fazer algo por seus vizinhos.
- 18 Participar dá sentido à minha vida
- 19 Eu notei uma mudança em nossa vizinhança graças aos "Torekes"
- 20 Eu sei que meus esforços contribuirão para uma comunidade melhor
- 21 Os outros participam porque eu participo
- 22 Há lojas suficientes no meu bairro que fornecem informações e ajuda sobre os "Torekes"
- 23 Há muitas informações (pastas, mídias sociais, site) sobre o "Torekes" e eu posso encontrá-lo facilmente.
- 24 Os profissionais que trabalham para o projeto são gentis e facilmente acessíveis
- 25 O projeto é importante para mim particularmente

26 O projeto é importante para meus amigos e familiares

27 Eu acredito que se algo é importante para você, você deve gastar tempo trabalhando para isso.

*Tradução livre realizada pelo autor

**ANEXO C – Instrumento de Coleta de Dados do Estudo Realizado por Van Eijk e Stenn
(2014) ***

Tabela A: 45 ITENS SELECIONADOS

Direções para participar da pesquisa - Q-sort

Existem 45 cartões numerados de 1 a 45. Leia os cartões e encomende-os em três grupos: concorde com, discordo e neutro.

Nos cartões com os quais você concorda, selecione a declaração com a qual você mais concorda e coloque na caixa +5. Repita isso para a afirmação de que você menos concorda e coloque essa na caixa -5.

Selecione as duas frases seguintes, com as quais você mais concorda e menos concorda, e coloque-as nas caixas +4 e -4, respectivamente. Repita isso até preencher todos os cartões com os quais concordou ou discordou.

Agora, volte para o grupo com afirmações neutras. Coloque essas instruções nas caixas restantes (nas caixas 0, -1 e +1).

Agora, você deve ter ordenado todas as instruções. Você não deve ter cartões restantes nem pode existir caixas vazias.

QUESTÕES

- 1 Você tem motivos para tornar membro do conselho.
- 2 Você olha em volta regularmente e vê coisas que poderiam ser feitas de maneira diferente.
- 3 Você não pode cuidar das pessoas.
- 4 Você aprende experiências mesmo sem se tornar membro do conselho.
- 5 Recebemos algumas reclamações bastante pesadas que deveríamos tentar resolver.
- 6 Você recebe muitos documentos sobre novas políticas, por exemplo. Você deve poder ler esses documentos e discutir os problemas em questão.
- 7 Você precisa ter tempo livre suficiente para fazer isso.
- 8 O conselho deve verificar se os clientes estão enfrentando problemas ou queixas.
- 9 Às vezes você precisa se deslocar para participar do conselho.
- 10 Eu sempre digo: você precisa ser justo.
- 11 É bom fazer parte disso, acho que sim.

- 12 Acontece que o conselho do cliente e os residentes juntos podem ter uma influência real nas políticas.
- 13 Quando visito meu parente aqui, às vezes vejo as coisas acontecerem e depois entro.
- 14 Também é baseado na experiência.
- 15 Estou acostumado a participar de reuniões. Isso não é difícil para mim.
- 16 É tarefa do conselho sugerir melhorias.
- 17 É inútil quando as pessoas vêm para cá apenas porque acham acolhedor.
- 18 Como membro, tento contribuir com ideias.
- 19 Você tem capacidade de dirigir o conselho.
- 20 É claro que você é muito dependente da gerência.
- 21 Devem ser pessoas que possuem algumas habilidades.
- 22 Gostaria de ter mais pessoas vindas da própria organização.
- 23 Acho que precisamos fazer isso juntos. Temos que trabalhar juntos para os clientes nesta casa e você não trabalha por conta própria e nós também não.
- 24 Você tem que ser social.
- 25 É importante que você se relacione facilmente com outras pessoas.
- 26 Podemos nos meter em mudanças substanciais.
- 27 Isso é puro passatempo.
- 28 Você deve receber confiança.
- 29 Ter uma compreensão clara do serviço de saúde é muito importante.
- 30 Eu converso facilmente com outras pessoas e então você ouve o que está acontecendo.
- 31 Quando você vê as coisas acontecerem, tenta resolver.
- 32 Exige muito trabalho.
- 33 Se nós, como membros, não correspondermos, eu partiria em breve.
- 34 Aprendi a me defender.
- 35 Devemos receber informações antecipadamente, por exemplo, sobre os cuidados em pequena escala recém-implementados.
- 36 Acho muito importante que os (novos) membros sejam humanos.

37 É importante que a comunicação na área da saúde seja aberta e honesta.

38 Eu também acho útil.

39 Acho isso agradável.

40 Eu penso: 'o que vai acontecer quando eu estiver velho?'

41 Às vezes, você tem que lutar.

42 Você simplesmente se interessa.

43 Eu acho que conseguimos muito.

44 Eu amo organizar. Organizar é uma verdadeira paixão.

45 O conselho do cliente deve representar os interesses dos residentes.

*Tradução livre realizada pelo autor